



XIV Semana de Enfermagem

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNEB)

SAÚDE PLANETÁRIA:

A ENFERMAGEM COMO AGENTE DE MUDANÇA NA CONSTRUÇÃO DE UM MUNDO SUSTENTÁVEL



**ANAIS DA XIV SEMANA DE ENFERMAGEM DA UNIVERSIDADE DO
ESTADO DA BAHIA – UNEB DEDC XII: “SAÚDE PLANETÁRIA: A
ENFERMAGEM COMO AGENTE DE MUDANÇA NA CONSTRUÇÃO
DE UM MUNDO SUSTENTÁVEL”**

GUANAMBI – BAHIA

2025



XIV Semana de Enfermagem

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNEB)

SAÚDE PLANETÁRIA:

A ENFERMAGEM COMO AGENTE DE MUDANÇA NA CONSTRUÇÃO DE UM MUNDO SUSTENTÁVEL



CORPO EDITORIAL

Antônio Nei Santana Gondim

Douglas de Souza e Silva

Eliardo da Silva Oliveira

Júlia Renata Fernandes de Magalhães

Luzia Célia Batista Soares

Silvana Portella Lopes Cruz

COMISSÃO CIENTÍFICA

Maine Taila da Silva Matos

Maria Eduarda Magalhães Marques

Victor Pereira Domingues

Vitor Caetano Soares



XIV Semana de Enfermagem

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNEB)

SAÚDE PLANETÁRIA:

A ENFERMAGEM COMO AGENTE DE MUDANÇA NA CONSTRUÇÃO DE UM MUNDO SUSTENTÁVEL



O evento foi realizado nos dias 29, 30 e 31 de maio de 2025, de forma presencial, e contou com uma programação ampla e diversificada, incluindo palestras, mesas-redondas, minicursos e apresentações de trabalhos científicos. A participação foi aberta a toda a comunidade acadêmica da Enfermagem, com emissão de certificados tanto para ouvintes quanto para apresentadores nos grupos de trabalho, desde que cumpridos os critérios de inscrição, preenchimento dos formulários e efetiva participação nas atividades ou apresentações.

GUANAMBI – BAHIA

2025



XIV Semana de Enfermagem

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNEB)

SAÚDE PLANETÁRIA:

A ENFERMAGEM COMO AGENTE DE MUDANÇA NA CONSTRUÇÃO DE UM MUNDO SUSTENTÁVEL



**EIXO 2.1: EDUCAÇÃO EM SAÚDE: A FORMAÇÃO ACADÊMICA
COMO PROMOTORA DA SUSTENTABILIDADE.**



XIV Semana de Enfermagem

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNEB)

SAÚDE PLANETÁRIA:

A ENFERMAGEM COMO AGENTE DE MUDANÇA NA CONSTRUÇÃO DE UM MUNDO SUSTENTÁVEL



ÓBITOS EVITÁVEIS POR CAUSAS EXTERNAS EM PESSOAS IDOSAS

Amanda Lisboa dos Santos Silva¹

Amanda Brito Nunes²

Laís Lourrane Sodré Gomes³

Rísia Naele Fernandes Teixeira⁴

Jaine Karenly Silva⁵

RESUMO

Introdução: O envelhecimento populacional no Brasil impõe desafios à saúde pública, especialmente quanto às causas externas. **Objetivo:** Descrever o perfil de óbitos evitáveis por causas externas em pessoas idosas na região Nordeste do Brasil, entre 2019 e 2023.

Metodologia: Trata-se de um estudo ecológico, descritivo e de séries temporais, com dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (SIM/DATASUS). Foram analisadas as variáveis sexo, faixa etária, raça/cor, escolaridade, estado civil e local de ocorrência. **Resultados:** Foram identificados óbitos evitáveis por causas externas, com predomínio do sexo masculino, faixa etária de 60 a 64 anos, pessoas negras, com baixa escolaridade e casadas. Os óbitos ocorreram principalmente em hospitais. As causas mais frequentes foram acidentes, eventos de intenção indeterminada, agressões e lesões autoprovocadas. Entre os acidentes, destacaram-se as quedas ao mesmo nível, seguida dos acidentes de transporte. Nas agressões, predominou o uso de arma de fogo, e objeto cortante, respectivamente. Nas lesões autoprovocadas, os principais métodos foram enforcamento/estrangulamento/sufocação, seguido de envenenamento por substâncias tóxicas.

Conclusão: A maioria das mortes evitáveis entre idosos está relacionada a causas preveníveis, o que reforça a necessidade de políticas públicas voltadas à prevenção de acidentes, violência e suicídios, promovendo um envelhecimento mais seguro e saudável.

Palavras-chave: Idoso; Causas Externas; Promoção da Saúde.

¹ Amanda Lisboa dos Santos Silva; Enfermagem; Unidade/Universidade; E-mail: amandalisboa.uneb@gmail.com

² Amanda Brito Nunes; Enfermagem; Universidade do Estado da Bahia; E-mail: amandanunesuneb@gmail.com

³ Laís Lourrane Sodré Gomes; Enfermagem; Universidade do Estado da Bahia; E-mail: laissodre704@gmail.com

⁴ Rísia Naele Fernandes Teixeira; Enfermagem; Universidade do Estado da Bahia; E-mail: risianaeleft@gmail.com

⁵ Doutora em Ciências da Saúde; Enfermeira; Professora Adjunta da Universidade do Estado da Bahia. E-mail: jksilva@uneb.br

INTRODUÇÃO

No Brasil, é considerada idosa a pessoa com 60 anos ou mais, de acordo com o Estatuto do Idoso (Brasil, 2022), critério também adotado pela Organização Mundial da Saúde - OMS (WHO, 2015). Segundo projeções do Governo Federal (Brasil, 2024), a população brasileira atingirá seu pico em 2041, com aproximadamente 220,4 milhões de habitantes, e, a partir desse período, começará a decrescer em razão da queda na taxa de fecundidade e do avanço do envelhecimento populacional.

As causas externas permanecem como importantes determinantes de morbimortalidade, especialmente em grupos vulneráveis, como as pessoas idosas, representando um desafio constante para o Sistema Único de Saúde (SUS), conforme destaca Martins *et al.* (2021). Grande parte dessas ocorrências é considerada evitável por meio da implementação de políticas públicas eficazes de promoção da saúde, com foco em ações de prevenção de quedas, enfrentamento da violência, promoção da saúde mental, educação em saúde e melhoria da acessibilidade nos espaços urbanos e domiciliares.

Diante desse cenário, este estudo tem como objetivo descrever o perfil de óbitos evitáveis por causas externas em pessoas idosas na região Nordeste do Brasil, entre 2019 e 2023.

MÉTODOS

Trata-se de um estudo ecológico, descritivo e de séries temporais baseado em dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), disponibilizado pelo Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS) via acesso online. Foram selecionados dados referentes aos óbitos por causas evitáveis, classificados no Capítulo XX da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde – 10ª Revisão (CID-10), que trata das causas externas de morbidade e mortalidade (códigos V01-Y98), ocorridos na região Nordeste do Brasil, no período de 2019 a 2023. A escolha desse intervalo se justifica por representar o recorte temporal mais recente com dados consolidados disponíveis.

Foram estudadas as variáveis: sexo, faixa etária detalhada (60 a 74 anos, pois são as idades disponíveis no sistema de informação), raça/cor, escolaridade (em anos de estudo), estado civil e local de ocorrência.

Os dados foram acessados eletronicamente e foram calculados posteriormente as frequências relativas e absolutas, além da construção de tabelas e gráficos para a apresentação dos resultados. Por se tratar de uma pesquisa baseada em dados secundários, públicos e de

acesso livre, não foi necessária a submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa, conforme preconiza a resolução nº 466/2012.

RESULTADOS

A análise dos óbitos por causas evitáveis registrados na região Nordeste, entre 2019 e 2023, indicou um aumento de aproximadamente 21,4%, com a maioria dos casos no ano de 2023. Houve predomínio em pessoas do sexo masculino, raça/cor negras (pretas e pardos), com baixa escolaridade até 7 anos de estudo sendo e com companheiro/casadas. Os óbitos ocorreram principalmente, em ambiente hospitalar, seguidos do domicílio. Dados registrados na tabela 1.

Tabela 1. Distribuição sociodemográfica e características dos eventos analisados segundo sexo, faixa etária, cor/raça, escolaridade, estado civil e local de ocorrência, no Nordeste, no período de 2019 a 2023.

Variáveis	n	%
Sexo		
Masculino	17.013	76,2%
Feminino	5.209	23,8%
Faixa Etária detalhada (em anos)		
60 – 64	8.341	37,4%
65 – 69	7.330	32,8%
70 – 74	6.653	29,8%
Cor/raça		
Negros	17.613	78,9%
Branco	4.195	18,8%
Amarela/ Indígena/ Ignorados	516	2,3%
Escolaridade (em anos de estudo)		
Nenhum – 7	14.201	63,6%
≥ 8	4.118	18,4%
Ignorados/em branco	4.005	18,0%
Estado Civil		
Casados	9.295	41,7%
Solteiros	6.212	27,8%
Viúvos/Separados judicialmente/Ignorados	6.817	30,5%
Local de ocorrência		
Hospital	10.449	47,0%
Domicílio	4.280	19,6%
Outros*	7.495	33,4%

*Inclui outros estabelecimentos de saúde, vias públicas, outros locais e registros ignorados.

FONTE: Sistema de Informação de Mortalidade (SIM/DATASUS)

A análise das causas externas de morbimortalidade, conforme a CID-10, mostra que os acidentes (V01 a X59) totalizam 13.437 ocorrências (60,2%), sendo os acidentes de transporte os mais frequentes (46,3%). Dentre os acidentes de transportes, destacam-se aqueles conduzidos por veículos não especificados (14,4%) e motociclistas (10,9%). A segunda maior

ocorrência de óbitos por acidentes foi aquela relacionada aos traumatismos acidentais (W00 a X59), como quedas, representam 7.216 casos (53,7%), sendo mais comuns as em mesmo nível (25,5%) e sem especificação (13,3%). As lesões autoprovocadas intencionalmente (X60 a X84) somam 2.331 casos de óbitos evitáveis dentre as causas externas (10,4%), com predominância de enforcamento, estrangulamento e sufocação (73,6%), seguidos por autoexposição a pesticidas (4,0%) e outros meios (22,4%). As agressões (X85 a Y09) totalizam 2.819 casos (12,6%), com maior frequência de casos de óbitos devido a arma de fogo (47,9%), seguido de óbitos por objetos cortantes ou penetrantes (23,2%).

Por fim, os eventos com intenção indeterminada (Y10 a Y34) totalizam 2.992 casos (13,4%), indicando a dificuldade de se estabelecer, com precisão, a intencionalidade da lesão. Esses dados demonstram a expressiva contribuição dos acidentes, da violência interpessoal e das lesões autoprovocadas nas estatísticas de morbimortalidade, reforçando a importância de estratégias eficazes de prevenção, vigilância em saúde e aprimoramento dos registros de informação.

Tabela 2. Distribuição das categorias das Causas Externas de Mortalidade Evitável em pessoas idosas, segundo Classificação CID-10. Nordeste, Brasil, 2019 a 2023 (n=22.324)

Categorias	n	%
V01 a X59 - Acidentes	13.437	60,2
V01 a V99 – Acidentes de Transporte	6.221	46,3
V98 – Acidente com um veículo a motor ou não-motorizado, tipo de veículo não especificado	897	14,4
V29 – Motociclista traumatizado em outros acidentes de transporte e em acidentes de transporte não especificados	677	10,9
Demais categorias	4.653	21,0
W00 a X59 – Outras causas externas de traumatismos acidentais	7.216	53,7
W18 – Outras quedas no mesmo nível	1.842	25,5
W19 – Queda sem especificação	963	13,3
Demais categorias	4.411	14,9
X60 a X84 - Lesões autoprovocadas intencionalmente	2.331	10,4
X70 – Lesão autoprovocada intencionalmente por enforcamento, estrangulamento e sufocação	1.716	73,6
X68 – Autointoxicação por exposição intencional a pesticidas	94	4,0
Demais categorias	521	22,4
X85 a Y09 - Agressões	2.819	12,6
X95 – Agressão por disparo de outra arma de fogo não especificada	1.350	47,9
X99 – Agressão por objeto cortante ou penetrante	654	23,2
Demais categorias	815	28,9
Y10 a Y34 – Eventos (fatos) cuja a intenção é indeterminada	2.992	13,4
Demais óbitos evitáveis por causas externas*	760	3,4

*Englobam: Y35-Y36 (intervenções legais e operações de guerra), Y40-Y84 (complicações de assistência médica e cirúrgica), Y85-Y89 (sequelas de causas externas de morbidade e de mortalidade) e Y90-Y98 (fatores suplementares relacionados com as causas de morbidade e de mortalidade classificados em outra parte).

FONTE: Sistema de Informação de Mortalidade (SIM/DATASUS)

CONCLUSÃO

A mortalidade por causas externas entre idosos no Brasil reflete não apenas fragilidades individuais, mas também falhas nas redes de proteção social, urbana e de saúde. Acidentes, violências e lesões autoprovocadas estão ligados a contextos de desigualdade, exclusão e ausência de políticas preventivas eficazes. Diante disso, é fundamental fortalecer ações de promoção da saúde com base na educação popular, escuta qualificada e participação social, conforme a abordagem freiriana. Destaca-se que a maioria dessas mortes é evitável, o que reforça a urgência de políticas públicas integradas que assegurem um envelhecimento seguro e digno.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. **Estatuto do Idoso assegura direitos de pessoas com 60 anos ou mais**. Brasília, 4 out. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2022/eleicoes-2022-periodo-eleitoral/estatuto-do-idoso-assegura-direitos-de-pessoas-com-60-anos-ou-mais>. Acesso em: 30 abr. 2025.

BRASIL. Agência Governo Brasil. **População do país vai parar de crescer em 2041**. Brasília, 22 ago. 2024. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202408/populacao-do-pais-vai-parar-de-crescer-em-2041>. Acesso em: 3 mai. 2025.

MARTINS, Thalyta Cássia *et al.* Transição da morbimortalidade no Brasil: um desafio aos 30 anos de SUS. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. 10, p. 4483–4496, out., 2021. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/csc/2021.v26n10/4483-4496/pt>. Acesso em: 3 mai. 2025.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. World report on ageing and health. Geneva: **World Health Organization**, 2015. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789241565042>. Acesso em: 3 maio 2025.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA FORMAÇÃO E PRÁTICA DA ENFERMAGEM: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Alan Rodrigues de Azevedo¹

Franciele Neves de Souza²

Josiane Costa dos Santos³

Letícia Silva da Rocha⁴

Maria Clara Fernandes Teixeira⁵

Sophia Araújo de Jesus⁶

RESUMO

Introdução: A crise ambiental impacta diretamente a saúde coletiva, exigindo ações interdisciplinares. Nesse contexto, a enfermagem, por seu contato com a comunidade, exerce papel estratégico na promoção de práticas sustentáveis e na conscientização ambiental.

Objetivo: Descrever os achados na literatura acerca da educação ambiental na formação e prática da enfermagem. **Métodos:** Estudo descritivo, realizado por meio da revisão de literatura. As buscas foram realizadas nas bases PubMed, SciELO, LILACS e Portal CAPES, com os descritores "enfermagem", "educação ambiental" e "meio ambiente". **Resultados:** A busca inicial resultou em 222 artigos. Após refinamento, 10 foram selecionados para leitura de títulos e resumos. Destes, 4 compuseram a análise final. A análise revelou lacunas na formação e prática da enfermagem quanto à educação ambiental, frequentemente abordada de forma técnica e pontual.

Conclusão: É essencial integrar a educação ambiental à formação em enfermagem e estimular sua prática cotidiana, promovendo um cuidado mais consciente, sustentável e alinhado à saúde coletiva e ambiental.

Palavras-chave: Educação ambiental; Formação profissional; Promoção à saúde.

¹Doutorando em Ciências da Saúde; E-mail: alanuoped@gmail.com

²Graduanda em Enfermagem; Universidade do Estado da Bahia – Campus XII; E-mail: francielenevesuneb@gmail.com

³Graduanda em Enfermagem; Universidade do Estado da Bahia – Campus XII; E-mail: josianecostauneb2024@gmail.com

⁴Graduanda em Enfermagem; Universidade do Estado da Bahia – Campus XII; E-mail: leticiarochoa.uneb@gmail.com

⁵Graduanda em Enfermagem; Universidade do Estado da Bahia – Campus XII; E-mail: mariaclaraf.uneb@gmail.com

⁶Graduanda em Enfermagem; Universidade do Estado da Bahia – Campus XII; E-mail: sophiaenfermagemm@gmail.com

INTRODUÇÃO

Diante da crise ambiental e de seus impactos na saúde coletiva, destaca-se o papel da enfermagem não apenas no cuidado, mas também na educação ambiental. Como profissionais com contato direto com a comunidade, os enfermeiros têm potencial para promover a conscientização ambiental e a sustentabilidade.

No entanto, ainda há lacunas na formação e na atuação desses profissionais quanto à educação ambiental, que muitas vezes é tratada de forma técnica e desconectada da prática do cuidado. Essa abordagem limitada dificulta a compreensão do meio ambiente como determinante social da saúde e compromete o engajamento efetivo da enfermagem em ações sustentáveis.

Este estudo tem como objetivo descrever os achados na literatura acerca da educação ambiental na formação e prática da enfermagem. A atuação dos profissionais de enfermagem é destacada, especialmente no que se refere ao manejo adequado dos resíduos de serviços de saúde, prática essencial para a preservação ambiental e a proteção da saúde coletiva (COSTA; BARRETO, 2021; CAMPONOGARA et al., 2013).

Defende-se, portanto, a integração da educação ambiental nos currículos de enfermagem, a fim de formar profissionais críticos, éticos e comprometidos com a sustentabilidade (FERREIRA et al., 2024).

MÉTODOS

Trata-se de um estudo descritivo, utilizando a revisão integrativa da literatura como método de pesquisa. A busca pelos artigos foi realizada nas bases de dados eletrônicas PubMed, SciELO, LILACS e Portal de Periódicos CAPES, utilizando os descritores “enfermagem”, “educação ambiental” e “meio ambiente”, combinados com o operador booleano **AND**.

Foram incluídos estudos publicados entre os anos de 2000 e 2024, nos idiomas português e inglês. Após a triagem e seleção dos artigos, realizou-se uma análise temática, com o objetivo de identificar e sintetizar os principais achados relacionados às práticas de educação ambiental no contexto da enfermagem.

RESULTADOS

A busca nas bases de dados resultou inicialmente em 222 artigos. Após a aplicação dos critérios de refinamento — como idioma, ano de publicação e relevância temática — 10 estudos foram selecionados para leitura dos títulos e resumos. Destes, 4 atenderam plenamente aos critérios de inclusão e foram incluídos na análise final. Os artigos selecionados, publicados entre os anos de 2011 e 2024, nos idiomas português e inglês, foram analisados por meio de uma abordagem temática, a partir da leitura integral dos textos.

QUADRO 1 - EDUCAÇÃO, ENFERMAGEM E MEIO AMBIENTE

Título do Artigo	Autores	Resultados Principais
Enfermagem e meio ambiente: uma revisão bibliográfica	Camponogara, S.; Viero, C. M.; Erthal, G.; Rossato, G. C.	Identificou ações educativas, formação e gerenciamento de resíduos. Recomenda maior integração da enfermagem com o tema ambiental.
Meio ambiente e enfermagem: suas interfaces e inserção no ensino de graduação	Bruzos, G. A. S. et al.	Sugere a inclusão da temática ambiental nos cursos de enfermagem e seu impacto na saúde.
Relação saúde-ambiente e a perspectiva da Educação Ambiental durante a formação de enfermagem	Sena-Castanheira, J.; Serrano, S. P.	A Educação Ambiental é tratada como temática transversal na formação em enfermagem.
Educação ambiental para docentes enfermeiros	PERES, Roger Rodrigues et al.	Percepção docente aponta para necessidade de integrar sustentabilidade à formação.

Os artigos analisados destacam a relevância da integração entre a enfermagem e a temática ambiental. Os principais resultados evidenciam a necessidade de fortalecer a formação acadêmica dos profissionais de enfermagem no que se refere à sustentabilidade e à educação ambiental, promovendo práticas que contribuam efetivamente para o desenvolvimento sustentável. Observou-se, ainda, que tanto estudantes quanto profissionais da área apresentam uma abordagem limitada sobre o tema, o que reforça a importância de incorporar a questão ambiental de forma transversal nos currículos dos cursos de enfermagem. Além disso, foi evidenciado o papel estratégico da enfermagem na promoção da ecopedagogia e na participação ativa em políticas sustentáveis no âmbito dos sistemas de saúde.

CONCLUSÃO

A análise mostra que a relação entre educação, enfermagem e meio ambiente vai além da teoria, exigindo inserção na prática profissional. A temática ambiental tem ganhado espaço nos currículos, refletindo sobre o papel do enfermeiro como educador e promotor da saúde planetária. É essencial integrar esse conhecimento à formação e vivenciá-lo no cotidiano, compartilhando-o com pacientes, equipe e comunidade.

Observa-se um avanço na consciência socioambiental, com profissionais mais atentos aos impactos de suas ações e à necessidade de práticas sustentáveis. Ampliar a presença dessa temática na formação e estimular sua aplicação prática são medidas essenciais para uma enfermagem mais equilibrada.

REFERÊNCIAS

BRUZOS, Gabriela Azevedo de Souza et al. Meio ambiente e enfermagem: suas interfaces e inserção no ensino de graduação. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 462–469, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/z9Y9RmZDpz3Xz5HQJqK6WLS/>. Acesso em: 1 maio 2025.

CAMPONOGARA, Silviamar; VIERO, Cibelle Mello; ERTHAL, Graciele; ROSSATO, Gabriela Camponogara. Enfermagem e meio ambiente: uma revisão bibliográfica. **Revista de Enfermagem da UFSM**, Santa Maria, v. 3, n. 2, p. 373–381, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reufsm/article/view/3268/2397>. Acesso em: 1 maio 2025.

COSTA, Luiz Fernando Brito da; BARRETO, Francisca Adriana. Enfermagem e o manejo dos resíduos de serviços de saúde: uma revisão integrativa. **Revista Enfermagem Atual In Derme**, v. 95, n. 36, e-021182, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.31011/reaid-2021-v.95-n.36-art.1255>. Acesso em: 1 maio 2025.

FERREIRA, José Erivelton de Souza Maciel; CAVALCANTE, Tahissa Frota; MOREIRA, Rafaella Pessoa. Cuidados de enfermagem em tempos de mudanças climáticas: rumo a um futuro resiliente. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, 2024. eEDT013. Editorial. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.37689/acta-ape/2024EDT013p>. Acesso em: 1 maio 2025.

HORTA, Diego Aquino; EÇA, Marcela Garcia. A educação ambiental na formação do enfermeiro: uma revisão. **Revista Recien**, São Paulo, v. 6, n. 18, p. 71–75, 2016. Disponível em:file:///C:/Users/PC/AppData/Local/Microsoft/Windows/INetCache/IE/7PEDIO32/cbrito,+art+2458[1].pdf. Acesso em: 1 maio 2025.

PERES, Roger Rodrigues et al. As contribuições das produções científicas na temática “enfermagem e meio ambiente”: uma revisão narrativa. **Revista de Atenção à Saúde**, São Paulo, v. 13, n. 44, p. 85–93, abr./jun. 2015. DOI: <https://doi.org/10.13037/rbcs.vol13n44.2458>. Acesso em: 1 maio 2025.

PERES, Roger Rodrigues et al. Educação ambiental para docentes enfermeiros: percepção e relação com a formação do enfermeiro. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, v. 36, esp., p. 85–93, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1983-1447.2015.esp.56696>. Acesso em: 1 maio 2025.

SILVA, Marília Gabriela Oliveira da et al. Educação ambiental nas práticas de integração ensino-serviço-comunidade: aplicação de tecnologias educacionais na sala de espera. **Escola Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 28, e20240030, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2024-0030pt>. Acesso em: 1 maio 2025.

SOUZA, Cinoélia Leal de; ANDRADE, Cristina Setenta; SILVA, Elaine Santos da. A discussão sobre meio ambiente na formação do enfermeiro. **Revista Enfermagem UERJ**, Rio de Janeiro, v. 25, e16574, 2017. DOI: <https://doi.org/10.12957/reuerj.2017.16574>. Acesso em: 1 maio 2025.

SOUZA, Nádia Kelly de et al. Percepção ambiental e estudantes de enfermagem. **Revista Científica da Faculdade de Educação e Meio Ambiente**, Ariquemes, v. 11, n. 2, p. 260–277, 2020. Disponível em: <https://revista.faema.edu.br/index.php/Revista-FAEMA/article/view/844>. Acesso em: 1 maio 2025.

EDUCAÇÃO EM SAÚDE NO ENFRENTAMENTO DA DOENÇA DE CHAGAS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

Victor Pereira Domingues¹

Geize Barbosa Bezerra²

Otávio Santana dos Santos³

Tauany Vitória Silva de Carvalho⁴

Fabiula Ledo Araújo⁵

Ediane Santos Caires⁶

RESUMO

Introdução: A Doença de Chagas (DC), causada pelo *Trypanosoma cruzi*, é uma enfermidade tropical negligenciada, com alta taxa de casos assintomáticos, afetando principalmente populações vulneráveis. A Atenção Primária à Saúde (APS) desempenha um papel crucial na prevenção e controle da DC, com a educação em saúde sendo uma ferramenta essencial para promover conscientização e ações preventivas. **Objetivo:** Destacar a importância da educação em saúde no enfrentamento da DC na APS e identificar desafios para sua implementação eficaz. **Método:** Realizou-se uma revisão narrativa da literatura, utilizando bases de dados como PubMed, BVS e SciELO, com artigos publicados entre 2015 e 2025. Os descritores incluíram "Doença de Chagas", "Atenção Primária à Saúde" e "Educação em Saúde". **Resultados:** Os estudos destacaram a falta de capacitação dos profissionais de saúde, desinformação da população e escassez de recursos como principais obstáculos. Ações educativas adaptadas às realidades locais e com linguagem acessível foram apontadas como eficazes para melhorar a prevenção e o diagnóstico precoce. **Conclusão:** A educação em saúde é estratégica no combate à DC, mas sua efetividade depende de investimentos em capacitação profissional, políticas públicas robustas e envolvimento comunitário. A APS deve ser fortalecida como eixo central no controle dessa doença.

Palavras-chave: Doença de Chagas; Atenção Primária à Saúde; Educação em Saúde.

INTRODUÇÃO

¹ Graduando em Enfermagem pela Universidade do Estado da Bahia; E-mail: perevictorr11@gmail.com

² Graduanda em Enfermagem pela Universidade do Estado da Bahia; E-mail: geizebarbosa55@gmail.com

³ Graduando em Enfermagem pela Universidade do Estado da Bahia; E-mail: otaviosantana153@gmail.com

⁴ Graduanda em Enfermagem pela Universidade do Estado da Bahia; E-mail: silvadeocarvalhoauany480@gmail.com

⁵ Graduanda em Medicina pela Faculdade de Ciências Médicas de Guanambi; E-mail: fabiulaleara02@gmail.com

⁶ Doutoranda do PPG Enfermagem e Saúde-UESB, Docente da Universidade do Estado da Bahia-Campus XII; E-mail: escaires@uneb.br

A Doença de Chagas (DC), causada pelo *Trypanosoma cruzi*, é uma enfermidade tropical negligenciada, conhecida como "doença silenciosa e silenciada" devido ao alto índice de casos assintomáticos (70%). Atinge principalmente populações vulneráveis, com 6 a 8 milhões de infectados globalmente, sendo endêmica em países como Brasil e Argentina, onde surgem cerca de 30 mil novos casos anuais, ameaçando 75 milhões de pessoas. Por conseguinte, representando um risco a saúde pública (Silvestre *et al.*, 2024).

A atenção primária à saúde (APS) é a porta de entrada do sistema de saúde, responsável pela promoção da saúde, prevenção de doenças e cuidado integral. A educação em saúde, componente essencial da APS, utiliza abordagens participativas que fortalecem a autonomia dos indivíduos e atuam sobre os determinantes sociais da saúde. Essas ações são cruciais para prevenir doenças infecciosas, ensinando sobre vetores e medidas preventivas, o que reduz a morbimortalidade e torna o sistema mais sustentável. Ao integrar educação, participação comunitária e promoção da saúde, a APS torna-se mais eficiente e equitativa (Dias *et al.*, 2016; Fittipaldi; O'Dwyer; Henriques, 2021).

A Atenção Primária à Saúde (APS) destaca-se como um espaço estratégico para ações educativas focadas na prevenção, diagnóstico precoce e tratamento contínuo. Dessa forma, este estudo justifica-se pela necessidade de discutir a educação em saúde voltada para a Doença de Chagas na APS, objetivando destacar sua relevância como ferramenta de enfrentamento e identificar desafios para sua implementação eficaz. Assim, questiona-se: “Como as ações de educação em saúde contribuem para o combate à Doença de Chagas na APS e quais os obstáculos à sua implementação e efetividade?”.

MÉTODOS

É um estudo descritivo, utilizando a revisão narrativa da literatura como método de pesquisa. A busca por artigos foi realizada nas bases de dados eletrônicas PubMed, BVS e SciELO, utilizando os seguintes descritores: "Doença de Chagas", "Atenção Primária à Saúde", "Educação em Saúde" e termos relacionados. Foram incluídos artigos, disponíveis na íntegra, publicados entre os anos de 2015 e 2025, escritos em português. Após a seleção dos artigos, foi realizada uma análise temática para identificar os principais estudos relacionados à educação em saúde no enfrentamento da Doença de Chagas, na atenção primária.

A revisão narrativa é uma estratégia voltada para a obtenção e atualização rápida de conhecimentos sobre um tema específico. Seu objetivo é apresentar o panorama atual de determinado assunto, considerando aspectos teóricos ou contextuais (Rother, 2007).

RESULTADOS

Quadro 1. Artigos integrantes do estudo.

Autores	Título	Local e Ano de Publicação	Principais resultados
MODESTO, L. C. <i>et al.</i>	Desafios para o controle da Doença de Chagas na Atenção Primária à Saúde	Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences, 2023	Destacou a importância da APS no controle da DC. Entretanto, identificou como principais desafios: a falta de capacitação dos profissionais, o baixo nível educacional da população e as dificuldades no diagnóstico e tratamento.
SOUZA, B. B. O. G. A. <i>de et al.</i>	A educação em saúde na atuação contra os impactos da doença de Chagas	Research, Society and Development, 2020	Observou-se que os profissionais de saúde possuem um conhecimento superficial sobre a doença. Além disso, durante sua formação acadêmica, a DC e seus impactos na saúde pública não são devidamente abordados, o que contribui para a negligência em relação ao tema.
DIAS, A. C. dos S. <i>et al.</i>	Desafios de enfrentamento à doença de Chagas na atenção básica	Revista Piauiense de Enfermagem (REPEEn), 2025	Um dos principais desafios no combate à DC é a falta de capacitação profissional, que reduz a eficiência das estratégias de prevenção e tratamento. Outro fator crítico é a carência de informações sobre a rede de assistência disponível.

<p>XAVIER, E. De M. S. <i>et al.</i></p>	<p>Atividade de educação em saúde sobre doença de Chagas em área endêmica: relato de experiência</p>	<p>Revista Unimontes Científica, 2023</p>	<p>Revelou que a maioria da população participante desconhecia as formas de transmissão, manifestações clínicas. Além disso, não conseguiam identificar os vetores da DC. Isso revela a falta de informação, mesmo em regiões com alta endemicidade de DC.</p>
<p>AGUIAR, E. S. <i>et al.</i></p>	<p>Educação em saúde e a doença de chagas: Realidade de uma região no centro Brasileiro</p>	<p>Revista Saúde Coletiva, 2022</p>	<p>Embora muitos reconheçam as complicações cardíacas da DC, observa-se dificuldade em descrever os sintomas da fase aguda e, especialmente, em enumerar medidas preventivas.</p>

A APS desenvolve um papel importante no combate à DC, no entanto ainda existem percalços que impedem o pleno desenvolvimento desse papel tanto pela APS, quanto pelo sistema de saúde em geral, como a falta de capacitação dos profissionais de saúde, a falta de recursos para as medidas preventivas e, principalmente, a fragilidade das ações de educação em saúde para a população. Essa falta de informação da população sobre a DC faz com que seus impactos sobre a saúde pública sejam ainda mais devastadores (Dias *et al*, 2025).

CONCLUSÃO

Os resultados evidenciam que a educação em saúde é uma ferramenta estratégica no enfrentamento da Doença de Chagas (DC) na Atenção Primária à Saúde (APS), mas sua efetividade é limitada por desafios como a falta de capacitação dos profissionais, a desinformação da população e a escassez de recursos. Além disso, o trabalho destacou que ações educativas dialógicas, adaptadas às realidades locais e com linguagem acessível, são essenciais para melhorar a prevenção, o diagnóstico precoce e o tratamento. Ademais, é fundamental integrar a comunidade e fortalecer políticas públicas para superar as lacunas identificadas. Portanto, investimentos contínuos em educação e capacitação podem reduzir a

morbimortalidade da DC, transformando a APS em um eixo central no controle dessa doença negligenciada.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Elaine Santos *et al.* Educação em saúde e a doença de chagas: Realidade de uma região no centro Brasileiro. **Saúde Coletiva**, v. 12, n. 76, p. 10540-10557, 20 maio 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.36489/saudecoletiva.2022v12i76p10540-10557>. Acesso em: 3 maio 2025.

DIAS, Ana Clara dos Santos *et al.* Desafios de enfrentamento à doença de chagas na atenção básica. **Revista Piauiense de Enfermagem (REPEn)**, v. 2, n. 2, 10 abr. 2025. Disponível em: <https://revistaenfermagem.uespi.br/index.php/revistaenfermagem/article/view/44>. Acesso em: 2 maio 2025.

DIAS, João Victor Leite *et al.* Conhecimentos sobre triatomíneos e sobre a doença de Chagas em localidades com diferentes níveis de infestação vetorial. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, n. 7, p. 2293-2304, jul. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232015217.07792015>. Acesso em: 3 maio 2025.

FITTIPALDI, Ana Lúcia de Magalhães; O'DWYER, Gisele; HENRIQUES, Patrícia. Educação em saúde na atenção primária: as abordagens e estratégias contempladas nas políticas públicas de saúde. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 25, 21 jun. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/interface.200806>. Acesso em: 3 maio 2025.

MODESTO, Lucas Correa *et al.* Desafios para o controle da doença de chagas na atenção primária à saúde. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, v. 5, n. 3, p. 1321-1346, 26 jul. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.36557/2674-8169.2023v5n3p1321-1346>. Acesso em: 2 maio 2025.

ROTHER, Edna Terezinha. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 20, n. 2, p. v—vi, jun. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-21002007000200001>. Acesso em: 3 maio 2025.

SOUSA, Andréa Silvestre de *et al.* Chagas disease. **The Lancet**, v. 403, p. 203-218, 13 jan. 2024. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/s0140-6736\(23\)01787-7](https://doi.org/10.1016/s0140-6736(23)01787-7). Acesso em: 3 maio 2025.

SOUZA, Bia Beatriz Oliveira Gama Alves de *et al.* A educação em saúde na atuação contra os impactos da doença de Chagas. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 9, p. e799997873, 7 set. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i9.7873>. Acesso em: 3 maio 2025.

XAVIER, Emanuelle De Moura Santos *et al.* Atividade de educação em saúde sobre doença de Chagas em área endêmica: relato de experiência. **Revista Unimontes Científica**, v. 26, n. 1, p. 1-9, 3 nov. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.46551/ruc.v26n1a4>. Acesso em: 3 maio 2025.



XIV Semana de Enfermagem

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNEB)

SAÚDE PLANETÁRIA:

A ENFERMAGEM COMO AGENTE DE MUDANÇA NA CONSTRUÇÃO DE UM MUNDO SUSTENTÁVEL



AGROTÓXICOS, CÂNCER E DEGRADAÇÃO AMBIENTAL: DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO NA PROMOÇÃO DA SAÚDE E DA JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL

Geize Barbosa Bezerra ¹

Bruna Ataise Nogueira da Silva ²

Hudson Max Alves Borges ³

Livia Fernandes Teixeira ⁴

Tainá Éveli Nogueira Chaves Prates ⁵

Alan Rodrigues Azevedo ⁶

RESUMO

Introdução: A exposição constante aos agrotóxicos tem sido vinculada a diversas condições de saúde, incluindo o surgimento de câncer, além de provocar efeitos adversos ao meio ambiente. **Objeto:** Analisar, na literatura, a existência de ensino sobre os impactos dos agrotóxicos entre pequenos agricultores e suas implicações para a saúde e o meio ambiente. **Método:** Trata-se de uma revisão narrativa da literatura, com análise de estudos científicos publicados nos últimos cinco anos nas bases SciELO, BVS e Google Acadêmico. **Resultados:** Dos artigos observados, cinco foram utilizados. Foi identificado uma escassez de medidas educacionais sobre pesticidas nos programas de saúde, o que compromete a formação crítica dos pequenos agricultores e limita sua atuação preventiva. A literatura também aponta relação entre exposição contínua a pesticidas e o aumento de neoplasias associadas à atividade agrícola. Ademais, foi verificada a comercialização de produtos químicos agrícolas no Brasil, que estão proibidos na União Europeia. **Conclusão:** A falta de instrução sobre as consequências dos agrotóxicos favorece práticas impróprias entre os trabalhadores do campo, elevando os perigos à saúde. A incorporação deste assunto nos programas de estudos em saúde e o suporte às

¹Graduanda em Enfermagem pela Universidade do Estado da Bahia, Campus XII.

E-mail: geizebarbosa55@gmail.com

²Graduanda em Enfermagem pela Universidade do Estado da Bahia, Campus XII.

E-mail:bruna_ataise@hotmail.com

³Graduando em Enfermagem pela Universidade do Estado da Bahia, Campus XII.

E-mail:HUDSONBORGESBA@gmail.com

⁴Graduanda em Enfermagem pela Universidade do Estado da Bahia, Campus XII.

E-mail:liviafernandesft0807@gmail.com

⁵Graduanda em Enfermagem pela Universidade do Estado da Bahia, Campus XII.

E-mail:tainaprates.enf@gmail.com

⁶Doutorando em ciências da Saúde, Docente da Universidade do Estado da Bahia, Campus XII.

E-mail:alanuroped@gmail.com

políticas públicas são fundamentais para evitar prejuízos ao bem-estar e fomentar a justiça socioambiental.

Palavras-chave: Agrotóxicos; Saúde; Educação ambiental.

INTRODUÇÃO

O uso intensivo de agrotóxicos no Brasil vem apresentando impactos cada vez mais expressivos à saúde humana e ao meio ambiente, majoritariamente entre os pequenos agricultores, que estão em situação de maior vulnerabilidade. Tais substâncias químicas são utilizadas com o intuito de eliminar os insetos, fungos e regular o crescimento da vegetação. Dessa forma, passaram a ser empregados descontroladamente ao longo dos anos, a título de controle de pragas e consolidação da agricultura. No ano de 2021, para o Mercosul seguiram mais de 6,84 mil toneladas de agrotóxicos proibidos em território europeu. No Brasil, os campeões em vendas – mancozebe, atrazina, acefato, clorotalonil e clorpirifós – também são proibidos na Europa (Fiocruz, 2023).

Contudo, a maior parte desses trabalhadores rurais ainda contam com a falta de acesso à educação necessária sobre o manuseio seguro destes produtos bem como a conscientização da necessidade do uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), a dose adequada e o tempo máximo de exposição tolerável aos químicos. A contextualização deste fato em meio às comunidades expõe um cenário alarmante de negligência, pois utilizam os agrotóxicos de maneira equivocada o que resulta não apenas na intoxicação aguda, mas está diretamente relacionado ao surgimento de patologias crônicas graves, incluindo diferentes tipos de câncer (Fontes et al., 2021). Atualmente, já se reconhece a relação entre a exposição ocupacional a essas substâncias e a carcinogênese, classificados como potencialmente cancerígenos (Ciato et al., 2025).

Desta forma, a questão é: como a falta de aprendizado sobre o uso de agrotóxicos impacta a saúde dos pequenos agricultores e a preservação do meio ambiente? Este artigo justifica-se pela necessidade urgente de aumentar a conscientização sobre o perigo da exposição a essas substâncias e o uso de práticas mais seguras. Assim, tendo como objetivo discutir sobre os efeitos prejudiciais relacionados a carência da educação, a fim de reforçar a importância de ações educativas e políticas públicas voltadas à proteção da vida e do meio ambiente.

MÉTODOS

Tratou-se de uma revisão narrativa da literatura, realizada por meio da busca e análise de produções científicas disponíveis em bases de dados reconhecidas, tais como SciELO, LILACS, Elsevier e Google Acadêmico. Foram utilizados os descritores: “Agrotóxicos”, “Meio ambiente”, “Educação ambiental”, “Saúde”, “Agroecologia” e “Câncer”. Os critérios de inclusão consideraram publicações disponíveis entre os anos de 2020 e 2025, nos idiomas português e inglês, com acesso ao texto completo. Foram excluídos livros, capítulos de livros e materiais que não apresentaram relação direta com o tema proposto. Após a seleção, foi realizada uma análise temática e de conteúdo dos textos, com o objetivo de identificar a relação entre o uso de agrotóxicos e seus impactos na saúde humana e no meio ambiente, além da associação com o desenvolvimento de neoplasias.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente, foram encontrados 30 artigos, dos quais 17 foram selecionados após leitura dos títulos e resumos. Em seguida, foram aplicados os critérios de inclusão e exclusão, resultando em um total de 5 artigos utilizados na construção da análise. Para compreender o uso de agrotóxicos por agricultores familiares no Brasil, foram analisados cinco estudos (2021–2024) sobre manuseio, descarte e proteção em comunidades rurais do Maranhão, Minas Gerais, Pernambuco e Rio Grande do Norte. A tabela a seguir resume os principais dados relacionados à educação ambiental, saúde e meio ambiente.

Tabela 1 - Síntese de Pesquisas sobre Práticas de Uso de Agrotóxicos por Agricultores Familiares no Brasil (2021–2024)

Título	Local e Ano	Entrevistados	Resumo das Informações Colhidas
Conhecimento ambiental de trabalhadores rurais, Açailândia (MA)	Açailândia – MA, 2021	30 agricultores	Baixa escolaridade, pouco conhecimento sobre riscos, não usam EPIs, descarte incorreto.
Relato de experiência, comunidades rurais de Peçanha – MG	Peçanha – MG, 2021	9 produtores	Seguem rótulos, mas não usam EPIs e descartam incorretamente; há ações recentes de educação.

Comunicação em saúde, Petrolina (PE)	Petrolina – PE, 2024	18 pessoas	Sintomas frequentes de intoxicação, desconhecimento, materiais educativos escassos, não usam EPIs.
A educação ambiental e os riscos, Paço do Lumiar (MA)	Paço do Lumiar – MA, 2022	15 agricultores	Uso frequente de agrotóxicos, baixa orientação técnica, EPI parcial, descarte inadequado.
Educação ambiental... Caicó e Jardim do Seridó (RN)	RN, 2023	80 produtores	Uso elevado de agrotóxicos, descarte irregular, falta de assistência, não usam EPIs, rodas de conversa.

Fonte: Portal de Periódicos da CAPES

Os estudos apontam uso frequente de agrotóxicos sem orientação técnica, descarte irregular de embalagens e baixa utilização de EPIs. A baixa escolaridade dificulta o entendimento dos riscos e limita o acesso a práticas agroecológicas, mesmo quando algumas são aplicadas empiricamente. Em Petrolina (PE), há relatos de sintomas e mortes associadas à exposição crônica. Em Paço do Lumiar e Açailândia (MA), as embalagens são descartadas no lixo comum. Em Caicó e Jardim do Seridó (RN), 90% descartam de forma inadequada e 98% desconhecem práticas agroecológicas.

Mesmo onde há certa conscientização sobre EPIs, como em Pernambuco e Maranhão, o uso efetivo é mínimo. A assistência técnica é ausente, sendo substituída por orientações de balconistas. Ações pontuais de educação ambiental, como rodas de conversa e oficinas, surgem como alternativas viáveis. Constatou-se que até 95% usam agrotóxicos sem orientação, entre 90% e 98% descartam embalagens de forma incorreta, mais de 70% têm baixa escolaridade e mais de 90% desconhecem práticas agroecológicas. O cenário reforça a necessidade de políticas públicas e ações educativas contínuas. Além disso, a pesquisa observou que, há uma crescente liberação de substâncias químicas, incluindo produtos banidos em outras partes do mundo e nas regiões brasileiras muitos trabalhadores usam no setor rural sem muitas informações básicas sobre o manuseio seguro desses produtos. Essa problemática evidencia a gravidade da exposição aos riscos que o veneno provoca, como intoxicações agudas e doenças crônicas, incluindo cânceres relacionados à exposição ocupacional a agrotóxicos.

CONCLUSÃO

O presente estudo trata dos impactos causados pelo uso intensivo de agroquímicos no território nacional, pautando-se, em especial nas consequências para a saúde humana e para o meio ambiente e particularmente entre os pequenos agricultores. A análise dos diversos estudos realizados em diferentes estados brasileiros evidencia um cenário preocupante pois o uso de agrotóxicos é constante entre trabalhadores da agricultura familiar. Infelizmente, as práticas agrícolas observadas revelam negligências educacionais e institucionais, bem como denunciam a necessidade urgente de se incorporar a temática do uso de agrotóxicos e à educação ambiental nos currículos escolares e em programas de formação rural para consolidar as políticas públicas voltadas para a saúde. Ademais, constatou-se que há ausência de orientação técnica, negligência no uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e descarte inadequado de embalagens, fatores que comprometem seriamente a saúde humana e o meio ambiente.

Portanto, a partir dos casos analisados, é imprescindível políticas públicas firmes, que assegurem o direito à informação, à saúde e à proteção ambiental e compromisso político para a construção de uma agricultura mais segura, sustentável e socialmente justa.

REFERÊNCIAS

CIOATO, Fernanda Meire; STEDILE, Nilva Lúcia Rech; LUCAS, João Ignacio Pires. **O uso de agrotóxicos e o desenvolvimento do câncer em agricultores: uma revisão de escopo.** Saúde em Debate, Rio de Janeiro, v. 49, n. 144, p. e9298, jan.-mar. 2025.

FONTAN, Ivan da Costa Ilhéu; OLIVEIRA, Simone Gonçalves de; ANJOS, Thalia dos. **Relato de experiência de educação ambiental: conscientização sobre uso de agrotóxicos em comunidades rurais de Peçanha – MG por estudantes de engenharia florestal.** Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, São Paulo, v. 7, n. 11, nov. 2021.

FIOCRUZ. **Brasil é um dos principais receptores de agrotóxicos proibidos na União Europeia.** Centro de Estudos Estratégicos da Fiocruz, Rio de Janeiro, 10 out. 2023.

SANTOS. Carlos Alberto Andrade Serra dos. **Conhecimento ambiental de trabalhadores rurais sobre o uso de agrotóxicos em um assentamento do município de Açailândia (Maranhão).** Educação Ambiental (Brasil), v.2, n.2. 016-037 (2021)

MEDEIROS, D. D.; GIAROLO, K. A.; LOPES, F. A. **Educação ambiental: diagnóstico do uso de agrotóxicos pela agricultura familiar nos municípios de Caicó e Jardim do Seridó/RN.** In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – CONEDU, 9., 2023, João Pessoa:Realize Editora, 2023.



EXPERIÊNCIA EXTENSIONISTA NA PROMOÇÃO DE SAÚDE E BEM-ESTAR DE GESTANTES E PUÉRPERAS

Daniely Geoavana Lopes De Oliveira¹

Larissa Hellen Da Costa Porto²

Dálete Táyla Rodrigues Carvalho³

Larissa Silva De Abreu Rodrigues⁴

Andreza Lima Silva⁵

RESUMO:

Introdução: A educação em saúde se configura como estratégia primordial para o cuidado no ciclo gravídico-puerperal. **Objetivo:** Relatar experiência extensionista envolvendo ações de educação em saúde para pessoas na gestação e puerpério. **Método:** Trata-se de um estudo descritivo do tipo relato de experiência no âmbito do projeto de extensão “Gestar: Educação em Saúde da gestação ao puerpério”, no período fevereiro a abril de 2025, na Unidade de Saúde da Família Beija-Flor, em Guanambi-BA. **Resultados:** As ações do projeto, pautadas em demandas contextuais e em metodologias dialógicas, tem potencial para fortalecer vínculos e subjetividades, além de, contribuir para decisões mais assertivas no gravídico-puerperal. **Conclusão:** A experiência extensionista ratifica a educação em saúde como uma estratégia para promoção de saúde e bem-estar.

Palavras-chave: Educação em saúde; Gestantes; Período Pós-parto.

¹ Graduanda em Enfermagem pela Universidade do Estado da Bahia, Campus XII.
E-mail: danielygeovana21@gmail.com

² Graduanda em Enfermagem pela Universidade do Estado da Bahia, Campus XII.
E-mail: hellenlarissap28@gmail.com

³ Graduanda em Enfermagem pela Universidade do Estado da Bahia, Campus XII.
E-mail: dalete_2016@hotmail.com

⁴ Doutora em Enfermagem pela Universidade Federal da Bahia. Docente do curso de enfermagem da Universidade do Estado da Bahia, DEDC XII.
E-mail: lsarodrigues@uneb.br

⁵ Enfermeira. Mestranda em Enfermagem
E-mail: andrezasilva@gmail.com

INTRODUÇÃO

A educação em saúde, em termos gerais, objetiva a formação e o desenvolvimento de consciência crítica favorecendo a busca de soluções para os problemas vivenciados. Assim, tem como finalidade a transformação (BRASIL, 2007). Ademais, a atividade educativa integra a prática social da enfermagem e constitui-se instrumento valioso no processo de trabalho em saúde (PAIVA *et al.*, 2020).

No contexto do pré-natal e do puerpério, a educação em saúde se configura como estratégia primordial para a promoção da saúde materna e do (a) recém-nascido (a), pois, por meio dela, é possível estimular o autocuidado, a adesão ao acompanhamento pré-natal, a preparação para o parto e cuidados no pós-parto, além de fortalecer o vínculo mãe-bebê e orientar cuidados com o (a) recém-nascido (a) (BRASIL, 2012).

Nessa perspectiva, coaduna e se alinha diretamente aos Objetivo de Desenvolvimento Sustentável, especificadamente promover saúde e bem-estar e suas metas como reduzir a mortalidade materna global, eliminar mortes evitáveis recém-nascidos (as) e crianças menores de 5 anos; assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva, informações e educação em saúde; eliminar todas as formas de discriminação contra mulheres e meninas (ONU, 2015).

Apesar do impacto positivo da educação em saúde no período gravídico-puerperal, essa estratégia ainda é subutilizada (SANTOS, 2021). Nesse contexto, o estreitamento das relações entre a universidade e os serviços de saúde, por meio da Extensão, constitui oportunidade ímpar tanto para a comunidade, público-alvo, quanto para estudantes (SILVA *et al.*, 2020).

Diante do exposto, este trabalho tem como objetivo relatar experiência extensionista envolvendo ações de educação em saúde para pessoas na gestação e puerpério.

MÉTODOS

Trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência, que apresenta a experiência de graduandas de enfermagem que integram o Projeto de Extensão “Gestar: Educação em Saúde da gestação ao puerpério”.

O referido projeto é direcionado a gestantes e puérperas e seu entorno familiar. Atualmente, envolve usuárias que fazem acompanhamento pré-natal e puerperal na Unidade de Saúde da Família (USF) Beija-Flor, na cidade de Guanambi, estado da Bahia. Na referida USF, o atendimento pré-natal é realizado semanalmente, às quartas-feiras, nos turnos matutino e vespertino.

A equipe do projeto atualmente integra três discentes do curso de Enfermagem da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), monitoras de iniciação à extensão, uma enfermeira voluntária vinculada à USF e uma enfermeira docente da UNEB, Guanambi, que coordena o projeto.

As ações do projeto envolvem reuniões de planejamento, incluindo definição de materiais e metodologias e avaliação das intervenções realizadas em equipe; estudos e capacitação sobre temas envolvendo o período gravídico-puerperal; planejamento e produção de material educativo para subsidiar as intervenções e realização de atividades educativas envolvendo o público-alvo por meio de salas de espera enquanto aguardam atendimento. E, também integram as atividades do projeto, a realização de grupos educativos, quinzenalmente, agendados em comum acordo e convite ao público-alvo do projeto.

Cabe destacar que a experiência relatada se refere ao período de fevereiro a abril de 2025. A escolha dos conteúdos/temas é pautada nas demandas identificadas junto às participantes, garantindo, assim, a adaptação dos temas à realidade local e ao contexto vivenciado.

As atividades educativas pilares do projeto são mediadas por metodologias problematizadoras e dialógicas associando experiência e aprendizagem mútua, visando adoção de práticas e cuidados que concorram para o bem-estar e o enfrentamento de vulnerabilidades. Desse modo, se distanciam de metodologias verticalizadas de “transferência do conhecimento”.

RESULTADO

As atividades educativas realizadas envolveram dinâmica de acolhimento e integração; desenvolvimento do tema com metodologia dialógica e participativa e, em seguida, breve síntese e avaliação da atividade realizada. A duração de cada atividade durou em média 01 hora. Foram alcançadas 15 gestantes entre 17 e 35 anos e com idade gestacional variando entre 8 e 39 semanas.

A realização dos encontros e das atividades educativas foi guiada por um roteiro previamente elaborado pela própria equipe do projeto durante as reuniões de planejamento. E após cada intervenção foi produzido um relatório sucinto com base nas anotações realizadas com impressões e observações sobre o desenvolvimento das ações. Tais instrumentos foram importantes para documentar e refletir sobre a experiência.

No primeiro encontro buscou-se uma interação acolhedora e conhecer melhor o perfil das gestantes e puérperas. Para tanto, iniciou-se com uma dinâmica interativa: perguntas relacionadas aos anseios e inquietações sobre o período gestacional e puerperal foram inseridas em balões e distribuídos um para cada participante. Simultaneamente, um boneco representando um (a) recém-nascido (a) era passado de mão em mão ao som de uma música. Quando a música parava, a participante que estivesse com o boneco estourava o balão recebido e respondia à pergunta contida nele. Essa dinâmica lúdica e interativa criou um espaço de expressão e escuta, favorecendo a identificação das percepções, dúvidas e expectativas das mulheres em relação à gestação e ao puerpério.

O segundo encontro abordou o tema Alimentação Saudável na Gestação. Para essa intervenção, utilizou-se uma dinâmica com figuras de alimentos impressos e pratos descartáveis. As gestantes foram convidadas a montar suas refeições, conforme seus hábitos alimentares cotidianos. Em seguida, comentaram brevemente cada montagem, assim foi possível no grupo, dialogar sobre possíveis melhorias na alimentação. Essa ação possibilitou compreender os padrões alimentares das participantes e relacionar a importância da alimentação e dos nutrientes na promoção da saúde e prevenção de agravos durante a gestação.

Em outro momento, foi realizado encontro com o tema Direitos da Gestante e Parcerias abordou: 1) Direitos Sociais; 2) Direitos na Saúde; 3) Direitos Trabalhistas e 4) Licença Paternidade. Abriu-se, na oportunidade, um campo de troca de diálogo e disseminação de conhecimentos o que se mostrou essencial para que gestantes e acompanhantes conhecessem seus direitos, promovendo o empoderamento e o exercício da cidadania.

Nos encontros, houve partilha de informações qualificadas com valorização do conhecimento do público-alvo na direção de favorecer a autonomia nas decisões sobre o próprio corpo, vivência mais segura e consciente do ciclo gravídico-puerperal e, quiçá, o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

Na perspectiva das estudantes, a experiência proporcionou fortalecimento de senso de responsabilidade social, de trabalho em equipe e visão crítica e habilidade de comunicação. Além disso, possibilitou articulação entre teoria e prática e maior compreensão do campo de atuação profissional enquanto futuras enfermeiras.

CONCLUSÃO

As vivências no projeto ratificam a importância da educação em saúde pautada em metodologias participativas, dialógicas e adaptadas à realidade local, como estratégia potente para promover o cuidado, o protagonismo e a autonomia de gestantes e seu entorno. Reforçam

ainda o quanto é imprescindível que esteja integrada ao processo formativo de estudantes de enfermagem.

Conclui-se ainda que as ações do projeto dialogam diretamente com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, uma vez que, a educação em saúde é também uma estratégia de promoção de saúde e bem-estar, enfrentamento das desigualdades sociais e promoção da justiça reprodutiva.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. **Diretrizes de educação em saúde visando à promoção da saúde: documento base** – Documento I. Brasília: Funasa, 2007. 70 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Atenção ao pré-natal de baixo risco**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

SANTOS, Leite dos. **Educação em saúde no pré-natal no município de São Cristóvão, Sergipe: perspectiva das puérperas**. 2022. 41 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Enfermagem em Saúde da Mulher) – Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 2022.

SARMENTO PAIVA, M. V.; MARQUES SOARES, A. M.; SILVA LOPES, A. R.; BATISTA DOS SANTOS, K. C.; LIMA SARDINHA, A. H. de; TAVARES PALMEIRA ROLIM, I. L. Educação em saúde com gestantes e puérperas: um relato de experiência. **Revista Recien - Revista Científica de Enfermagem**, [S. l.], v. 10, n. 29, p. 112–119, 2020. DOI: 10.24276/rrecien2358-3088.2020.10.29.112-119.

SILVA, H. G. N.; OLIVEIRA, B. C.; SANTOS, L. E. S.; CLARO, M. L. O papel social da Universidade mediante integração ensino-serviço-comunidade no Brasil: revisão sistemática e metassíntese. **Linhas Críticas**, Brasília, DF, v. 26, p. 1–20, 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Agenda 2030**. Brasília: ONU Brasil, 2015.



INTOXICAÇÕES EXÓGENAS EM PESSOAS IDOSAS NA REGIÃO NORDESTE DO BRASIL E AS IMPLICAÇÕES DO AMBIENTE EXTERNO EM SUA SAÚDE

Rayanne Neves Souza¹

Dêvidy Souza da Silva²

Eduardo Felipe Moura da Silva³

Jaine Karenny da Silva⁴

RESUMO

Introdução: a intoxicação exógena é um problema de saúde pública e na população idosa vem aumentando progressivamente, o que justifica maiores investigações sobre esse evento. **Objetivo:** traçar o perfil das intoxicações exógenas em pessoas idosas no período de 2020 a 2024 na região Nordeste do Brasil, quanto as características dos indivíduos e dos eventos. **Método:** estudo ecológico, de séries temporais sobre intoxicações exógenas em pessoas idosas na região Nordeste do Brasil, utilizando os dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificações (SINAN), entre 2020 e 2024. **Resultados:** foram notificados 7.637 casos de intoxicações exógenas em pessoas idosas e aumento de 9,8% no período estudado. Destes, prevalecem os indivíduos autodeclarados negros (n=5.281;69,1%), as mulheres, com baixa escolaridade e na faixa etária entre 60 e 64 anos (n=2.798;36,6%). Tentativa de suicídio foi a circunstância mais comum (n=1.903; 24,9%), com exposição aguda-única e a medicação (n=3.098;40,5%) foi o principal agente tóxico utilizado. Houve majoritariamente cura sem sequelas para os casos notificados. **Conclusão:** os resultados evidenciam importância da vigilância de familiares/cuidadores durante uso de medicamentos em domicílio e da orientação do uso de medicamentos por parte dos profissionais, considerando o nível de escolaridade. Além disso, é necessário inserir estratégias oportunistas na atenção primária a saúde, voltadas para o âmbito da saúde mental da pessoa idosa, como foco nos fatores de risco do suicídio, a fim de reduzir os casos de internações e óbitos.

Palavras-chave: Intoxicação Exógena; Pessoa Idosa; Notificação.

INTRODUÇÃO

¹ Estudante do curso de Bacharelado em Enfermagem da Universidade do Estado da Bahia- UNEB. E-mail: rayannenevessouza@gmail.com

² Estudante do curso de Bacharelado em Enfermagem da Universidade do Estado da Bahia- UNEB; E-mail: souzadevidy28@gmail.com

³ Estudante do curso de Bacharelado em Enfermagem da Universidade do Estado da Bahia- UNEB; E-mail: dudufelipe2012@gmail.com

⁴ Doutora em Ciências da Saúde; Professora Adjunta do Colegiado de Enfermagem da Universidade do Estado da Bahia-UNEB; E-mail: jksilva@uneb.br

A ENFERMAGEM COMO AGENTE DE MUDANÇA NA CONSTRUÇÃO DE UM MUNDO SUSTENTÁVEL

É denominada intoxicação exógena quando um indivíduo que vem sendo exposto a substâncias químicas, como agrotóxicos, medicamentos, produtos de uso doméstico, entre outros, apresenta sinais e sintomas clínicos ou alterações laboratoriais que são compatíveis com a intoxicação (BRASIL, 2022).

Em complemento, a intoxicação exógena pode ocorrer por exposição acidental ou intencional a substâncias como pesticidas, produtos industriais e domésticos, ou medicamentos. Diversos fatores, como o tempo de exposição, a via de absorção, a toxicidade da substância e a sensibilidade individual, influenciam diretamente nos desfechos clínicos. A letalidade desse agravo é maior em regiões socialmente vulneráveis, como o Nordeste do Brasil, especialmente no Estado da Bahia (NEPOMUCENO; FIGUEIREDO; SANTOS, 2023), o que justifica investigações nessa localidade.

No que se refere aos grupos populacionais mais afetados, os idosos constituem uma parcela dessa população. Com o processo natural de envelhecimento, surgem condições de saúde crônicas que, frequentemente, exigem tratamentos contínuos e o uso simultâneo de diversos medicamentos, que podem comprometer a saúde da pessoa idosa. Esse contexto demanda cuidados específicos, especialmente em relação à administração correta dos fármacos. No entanto, é comum que muitos idosos façam uso inadequado de medicamentos, frequentemente sem a orientação de profissional da saúde, aumentando o risco de intoxicações e complicações clínicas (SILVA *et al.*, 2021).

Embora a maioria dos casos de intoxicação exógena seja registrada em crianças, adolescentes e adultos, estudo recente aponta um aumento generalizado dessas ocorrências em todas as faixas etárias, incluindo a população idosa. Considerando o atual processo de envelhecimento populacional no Brasil e no mundo, torna-se essencial investigar precocemente o perfil das intoxicações exógenas entre os idosos. As projeções demográficas indicam que, nos próximos anos, a proporção de pessoas idosas superará a de crianças, adolescentes e adultos jovens, o que reforça a necessidade de compreender os fatores de risco, causas e consequências das intoxicações nesse grupo específico, a fim de orientar ações preventivas e promover um cuidado mais eficaz e direcionado (CASTRO *et al.*, 2024).

Diante do exposto, o objetivo desse estudo foi traçar o perfil das intoxicações exógenas em pessoas idosas na região Nordeste do Brasil, no período de 2020 a 2024.

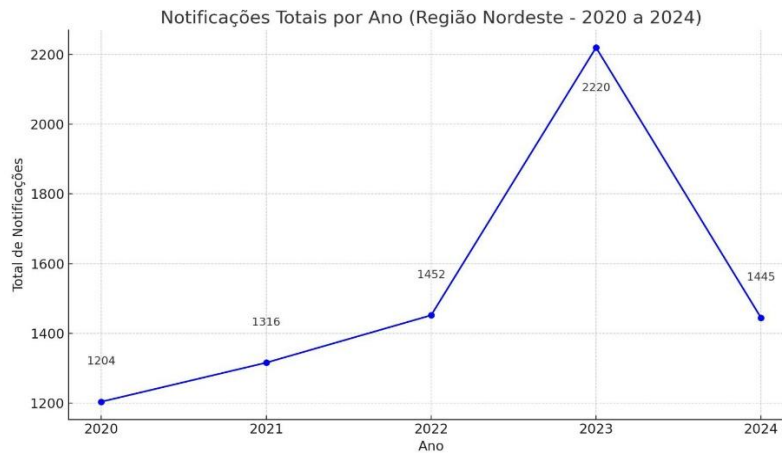
Trata-se de um estudo ecológico de series temporais, realizado a partir das notificações dos casos de intoxicações exógenas registradas em idosos na região Nordeste, entre os anos de 2020 e 2024, utilizando dados secundários disponibilizados pelo Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), provenientes do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN). As notificações de intoxicações exógenas foram analisadas e selecionadas tendo como base a faixa etária a partir dos 60 anos de idade, sendo esses moradores provenientes da região Nordeste do Brasil. Para além das exigências mínimas, foram especificadas algumas variáveis quanto a busca de dados, sendo estes: raça/cor (ignorada, branca, preta, amarela, parda e indígena), sexo (em branco, ignorado, masculino e feminino), escolaridade (ignorado/em branco, analfabetos, ensino fundamental completo e incompleto, ensino médio completo e incompleto, ensino superior completo e incompleto), agente tóxico (medicamentos, produtos de uso domiciliar, drogas de abuso, outros), circunstâncias (ignorado/em branco, uso habitual, abuso, tentativa de suicídio, outros), tipo de exposição (ignorado / em branco, aguda-única, aguda-repetida, crônica e aguda sobre crônica) e evolução (ignorado/ em branco, curas com ou sem sequelas, óbito por intoxicação, óbito por outra causa e perda de seguimento).

Os dados foram analisados pelo Excel (2025), organizados em planilhas e submetidas a cálculos de frequências absolutas (n) e relativas (%). Por se tratar de dados secundários e de acesso público, disponibilizados eletronicamente pelo Ministério da Saúde e que preservam a identidade dos sujeitos, é, portanto, dispensado, a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa, conforme orienta a resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 466/2012.

RESULTADOS/DISCUSSÃO

No período de 2020 a 2024, foram registradas o quantitativo de 7.637 notificações de intoxicações exógenas em pessoas idosas na região Nordeste do Brasil. Desse total, predominam os indivíduos autodeclarados negros (n=5.281;69,1%), com pouca discrepância entre o sexo dos indivíduos notificados (sexo feminino=3.841;50,3%). Para a variável de escolaridade, houve subnotificação dos casos (n=4.980;65,2%). Contudo, quando avaliada, a baixa escolaridade até 4 anos de estudos foi a mais prevalente (n=861;11,2 %).

Para o período investigado, houve um aumento de 9,8% dos casos notificados, com maior registro no ano de 2023.



No que se refere à circunstância, houve a prevalência de tentativa de suicídio ($n=1.903$; 24,9%), seguida pelo uso acidental ($n=1.171$; 15,3%) e abuso ($n=798$; 10,4%). Ao analisar conjuntamente circunstância e agente tóxico, é evidenciado que o uso de medicamentos é o principal agente tóxico utilizado em intoxicações por tentativa de suicídio ($n=1.115$; 58,7%), e dentre estas, predominam indivíduos na faixa etária entre 60 e 64 anos ($n=771$; 40,5%).

A principal exposição foi do tipo aguda única ($n=4.300$; 56,3%). Entre essas, ($n=1.884$; 43,8%) foram circunstanciadas pelo uso de medicamentos, seguida por alimento e bebida ($n=411$; 9,5%) e drogas de abuso ($n=686$; 9%). A maioria dos casos evoluem para cura sem sequela ($n=4.964$; 65%) seguida por óbito por intoxicação exógena ($n=197$; 2,6%). Ao analisar a evolução e faixa etária dos indivíduos notificados, é observado que a evolução para cura sem sequela é maior em idosos entre 60 e 64 anos de idade ($n=1.828$; 36,6), em comparação aos idosos longevos ($N=584$; 11,7%).

Os resultados levantam questões importantes em torno do aumento do número de casos de intoxicações exógenas em pessoas idosas. Atualmente, entre a população idosa, denotasse um de perfil de automedicação consolidado, sendo, muitos destes medicamentos potencialmente inapropriados, podendo aumentar a chance de ocorrências de reações adversas aos medicamentos, tornando necessário a conscientização por parte dos profissionais da saúde a cerca deste fator (NASCIMENTO *et al.*, 2024)

O aumento de casos evidenciado no ano de 2023, pode ser justificado, visto que se trata de um ano pós pandêmico. O isolamento social, as doenças crônicas e a perda de papéis sociais contribuem em comportamentos suicidas entre idosos, evidenciando a necessidade de

A ENFERMAGEM COMO AGENTE DE MUDANÇA NA CONSTRUÇÃO DE UM MUNDO SUSTENTÁVEL

programas que promovam estratégias de reengajamento social e ofereçam atendimento integral em saúde mental (SOUZA, 2024).

CONCLUSÃO

Os dados analisados neste estudo evidenciam um aumento no número de intoxicações de pessoas idosos na região Nordeste, com destaque para casos circunstanciados por tentativa de suicídio, e casos relacionados ao uso de medicamentos, e outros fatores de menor expressão. Muitas dessas ocorrências poderiam ser prevenidas por meio de ações oportunas na atenção primária à saúde. A ampliação do acesso aos serviços públicos, a implementação de estratégias de intervenção em saúde e o acompanhamento contínuo dessas condições ao longo do tempo são medidas fundamentais para mitigar os efeitos já intensificados pelo processo de envelhecimento da população.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Intoxicação exógena. Brasília: Ministério da Saúde, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/svsa/saude-do-trabalhador/vigilancia-em-saude-do-trabalhador-vigisat/doencas-e-agrivos-relacionados-ao-trabalho/intoxicacao-exogena>. Acesso em: 28 abr. 2025.

Castro, B.V.C. *et al.* Tendência temporal e perfil epidemiológico das intoxicações exógenas no Brasil: um estudo ecológico de 2007 a 2019. **Ciência e Saúde Coletiva**, 2024.

NASCIMENTO, T. S. *et al.* Reações adversas na utilização de medicamentos pelos idosos: uma revisão integrativa / Adverse reactions in the use of medications by the elderly: an integrative review. **Brazilian Journal of Health Review**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 2042–2051, 2022.

NEPOMUCENO, A. F. S. F.; FIGUEIREDO, M. S.; SANTOS, L. O. Análise do perfil de intoxicação exógena no estado da Bahia entre 2012 e 2021. **Revista Ciência Plural**, v. 9, n. 1, p. 1–14, 2023.

SILVA, W. B. *et al.* Estudo epidemiológico de idosos acometidos por intoxicação medicamentosa no estado da Paraíba: o retrato de uma década. **Research, Society and Development**, v.10, n.10, p. 1-11, 2021.

SOUZA, N. A. Aspectos do comportamento suicida em idosos através de autópsias psicossociais: uma revisão integrativa. **SciELO Preprints**, v. 1, p. 14-15, 2024.

CAUSAS DE MORTES EVITÁVEIS REDUZÍVEIS POR AÇÕES DE PROMOÇÃO À SAÚDE RELACIONADAS ÀS DOENÇAS NÃO TRANSMISSÍVEIS EM PESSOAS IDOSAS

Laís Lourrane Sodré Gomes¹

Amanda Brito Nunes²

Amanda Lisboa dos Santos Silva³

Rísia Naele Fernandes Teixeira⁴

Jaine Karenny da Silva⁵

RESUMO

Introdução: As Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), representam um dos maiores desafios para a saúde pública no Brasil e no mundo, especialmente diante do envelhecimento populacional. **Objetivo:** Descrever o perfil das causas de mortes evitáveis reduzíveis por ações de promoção à saúde relacionadas às doenças não transmissíveis em pessoas idosas. **Metodologia:** Trata-se de um estudo ecológico, descritivo e de séries temporais, com dados obtidos do Sistema de Informações sobre Mortalidade, armazenados eletronicamente no Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde (SIM/DATASUS), referentes à região Nordeste, entre os anos de 2019 a 2023. Foram analisadas as variáveis capítulo e categoria da CID-10, sexo, faixa etária, raça/cor, escolaridade, estado civil e local de ocorrência. **Resultados:** No Nordeste brasileiro, as DCNT foram responsáveis por 257.294 óbitos evitáveis (23,9%), com destaque para doenças do sistema circulatório (127.851; 49,7%), principalmente o infarto agudo do miocárdio (44.448; 17,3%) e o acidente vascular cerebral (16.656; 6,5%). A maior parte das vítimas era do sexo masculino (143.768; 55,9%), cor de pele parda/preta (188.437; 73,2%), com até 7 anos de estudo (171.383; 66,6%) e casada (107.981; 42%). Os óbitos ocorreram predominantemente em hospitais (161.545; 62,8%), seguidos por domicílios (71.941; 28,0%). **Conclusão:** As doenças crônicas não transmissíveis em pessoas idosas, embora de alto impacto e prevalência, são em grande parte evitáveis. Diante disso, é fundamental investir na promoção da saúde, no fortalecimento da Atenção Primária e no rastreamento precoce, seguido de intervenções efetivas, visando reduzir os óbitos evitáveis e melhorar a qualidade de vida dessa população.

¹ Estudante; Enfermagem; Universidade do Estado da Bahia; E-mail: laissodre704@gmail.com

² Estudante; Enfermagem; Universidade do Estado da Bahia; E-mail: amandanunes.uneb@gmail.com

³ Estudante; Enfermagem; Universidade do Estado da Bahia; E-mail: amandalisboa.uneb@gmail.com

⁴ Estudante; Enfermagem; Universidade do Estado da Bahia; E-mail: risianaeleft@gmail.com

⁵ Doutora em Ciências da Saúde; Enfermeira; Professora Adjunta do Colegiado de Enfermagem da Universidade do Estado da Bahia; E-mail: jksilva@uneb.br

Palavras-chave: Causas de morte; Doenças não Transmissíveis; Idoso.

INTRODUÇÃO

As Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) despontam como um dos grandes entraves para a promoção da saúde pública no Brasil e no mundo, particularmente diante da crescente longevidade da população (BRASIL, 2022). Segundo o Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das DCNT no Brasil 2022-2030, essas condições são responsáveis por mais de 70% das causas de morte no país, afetando diretamente a qualidade de vida e a funcionalidade das pessoas, sobretudo a pessoa idosa (BRASIL, 2020). Nesse contexto, a promoção da saúde e a prevenção das DCNT tornam-se estratégias fundamentais, articuladas principalmente pela Atenção Primária à Saúde (APS), que tem papel essencial na detecção precoce, no controle de fatores de risco e no acompanhamento contínuo dos usuários (MALTA *et al.*, 2021).

Além disso, discutir propostas de intervenção e estratégias de cuidado para pessoas com DCNT é essencial para promover um envelhecimento ativo e saudável, contribuindo para a redução das desigualdades em saúde e para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS). (SANTOS, 2023; MELO *et al.*, 2023). Diante disso, o objetivo desse estudo foi descrever o perfil das causas de mortes evitáveis reduzíveis por ações de promoção à saúde relacionadas às doenças não transmissíveis em pessoas idosas.

MÉTODOS

Trata-se de um estudo ecológico, descritivo e de séries temporais baseado em dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), disponibilizado pelo Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS) via acesso online no endereço eletrônico <https://tabnet.datasus.gov.br>. Foram selecionados dados de óbitos por causas evitáveis ocorridos no Nordeste, no período de 2019 a 2023. Esse período foi escolhido por se tratar do intervalo mais recente com dados disponíveis pelo sistema de informação do Ministério da Saúde.

Foram estudadas as variáveis: capítulo e categoria da CID-10, sexo, faixa etária (detalhada), raça/cor, escolaridade (em anos), estado civil e local de ocorrência.

Os dados foram acessados eletronicamente, organizados em planilhas e submetidos a análise descritiva com cálculos de frequências absolutas (n) e relativas (%), além da construção de tabelas para a apresentação dos resultados. Por se tratar de uma pesquisa baseada em dados secundários, públicos e de acesso livre, não foi necessária a submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa. Contudo, foram mantidos os aspectos éticos, conforme recomenda da resolução do Conselho Nacional de Saúde 466/2012.

RESULTADOS

No Nordeste brasileiro, as doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) são responsáveis por 257.294 óbitos evitáveis, representando 23,9% do total de mortes dessa categoria, com destaque para aquelas relacionadas ao sistema circulatório (n=127.851; 49,7%). Entre essas, o infarto agudo do miocárdio (IAM) foi a principal causa (n=44448; 17,3%), seguido pelo acidente vascular cerebral (AVC) (n=16656; 6,5%).

A análise sociodemográfica revela uma predominância do sexo masculino (n=143.768; 55,9%) entre os óbitos registrados, em comparação ao sexo feminino (113.517; 44,1%). Em relação à raça/cor e escolaridade, observou-se que a maioria dos falecidos eram pardo/preto (n=188.437; 73,2%), seguido de branco (n=59.093; 23,0%) e possuíam baixa escolaridade com até 7 anos de estudo (n=171.383; 66,6%). Quanto ao estado civil, a maior predominância foi em pessoas casadas (n=107.981; 42,0%).

Quanto ao local de ocorrência dos óbitos, a maioria aconteceu em hospitais (161.545; 62,8%), seguido por domicílio (71.941; 28,0%), evidenciando que essas pessoas tiveram acesso a intervenções hospitalares antes dos óbitos.

Tabela 1. Perfil dos óbitos evitáveis por Doenças Crônicas Não Transmissíveis entre idosos no Nordeste brasileiro, no período de 2019 a 2023.

Variáveis	N	%
Sexo		
Masculino	143.768	55,9%
Feminino	113.517	44,1%
Faixa etária (anos)		
60 a 64	72.550	28,2%
65 a 69	86.106	33,5%
70 a 74	98.638	38,3%

Raça/cor

Pardo/preto (negro)	88.437	73,2%
Branco	59.093	23,0%
Amarelo/Indígena/Ignorado	68.857	3,8%

Escolaridade (anos de estudo)

Nenhum- 7	171.383	66,6%
≥8	44.347	17,2%
Ignorado	41.564	16,2%

Estado civil

Casado	107.981	42,2%
Solteiro	44.347	17,2%
Viúvo/separado judicialmente/ignorado	87.880	34,1%

Local de ocorrência

Hospital	161.545	62,8%
Domicílio	71.941	28,0%
Outros*	23.808	9,5%

Total	257.294	100%
--------------	----------------	-------------

*Outro estabelecimento de saúde, via pública, Ignorado.

FONTE: Sistema de Mortalidade (SIM).

CONCLUSÃO

As doenças crônicas não transmissíveis em pessoas idosas, embora de alto impacto, são em grande parte evitáveis. O estudo demonstrou que fatores como escolaridade, condições sociais e acesso aos serviços de saúde influenciam diretamente os índices de mortalidade.

Dessa forma, investir em ações de promoção da saúde e no fortalecimento da Atenção Primária à Saúde rastreamento precoce das DCNT é essencial para prevenir e acompanhar adequadamente essas doenças, reduzir os óbitos evitáveis, melhorar a qualidade de vida dos idosos e garantir um sistema de saúde mais resolutivo, equitativo e eficiente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. População idosa tem direito à atenção integral à saúde. Brasília, 3 out. 2022a. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/saude-e-vigilancia-sanitaria/2022/10/populacao-idosa-tem-direito-a-atencao-integral-a-saude> Acesso em: 1 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis no Brasil 2022-2030. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/consultas-publicas/2020/arquivos/PlanoDANTversoConsultapblica.pdf>. Acesso em: 1 mai. 2025.

MALTA, Deborah *et al.* Doenças crônicas não transmissíveis e mudanças nos estilos de vida durante a pandemia de COVID-19 no Brasil. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, [S.l.], v. 24, e210015, p.1-15, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepid/a/rhTGSqRDbs94Wh8CmjggYTb/>. Acesso em: 1 mai. 2025.

MELO, Mônica *et al.* Estratégias de promoção à saúde de idosos com doenças crônicas não transmissíveis. **Diversitas Journal**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 1473–1488, 2023. Disponível em: https://www.diversitasjournal.com.br/diversitas_journal/article/view/2036 Acesso em: 1 mai. 2025.

SANTOS, Marizete da Silva. **Vida saudável para pessoas com doenças crônicas não transmissíveis: uma proposta de intervenção na atenção básica**. 2023. 29 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização Multiprofissional em Gestão do Cuidado em Saúde da Família) – Escola de Enfermagem, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2022. Disponível em:

https://www.repositorio.ufal.br/jspui/bitstream/123456789/12772/1/Vida%20saud%c3%a1vel%20para%20pessoas%20com%20doen%c3%a7as%20cr%c3%b4nicas%20n%c3%a3o%20transmiss%c3%adveis_uma%20proposta%20de%20interven%c3%a7%c3%a3o%20na%20aten%c3%a7%c3%a3o%20b%c3%a1sica.pdf. Acesso em: 1 mai. 2025.

EDUCAÇÃO EM SAÚDE SOBRE PLANTAS MEDICINAIS: UMA EXPERIÊNCIA EXTENSIONISTA NO INTERIOR BAIANO

Natiellen Felix dos Santos¹

Edilaine de Jesus Ribeiro²

Daniele Luísa Domingues Araújo³

Elionara Teixeira Boa Sorte Fernandes⁴

RESUMO

Introdução: As plantas medicinais são utilizadas há milênios no cuidado à saúde, sendo parte do saber popular transmitido entre gerações. No Brasil, a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF) busca garantir seu uso seguro e sustentável no SUS. No entanto, há carência na formação profissional sobre práticas integrativas, o que dificulta sua inserção no cuidado em saúde. **Objetivo:** Relatar a experiência de uma ação educativa sobre o uso consciente de plantas medicinais. **Método:** Trata-se de um relato de experiência de uma atividade conduzida por monitoras do projeto de extensão CuidarDela, ocorrida em setembro de 2023, no distrito de Morrinhos, Guanambi-BA, durante evento promovido pela subprefeitura. Na atividade foi utilizado material educativo e abordagem dialógica para explorar o conhecimento prévio das participantes. **Resultados:** Houve expressiva adesão do público, especialmente mulheres adultas e idosas, que relataram o uso regular de plantas medicinais, como boldo e capim-limão, para fins terapêuticos. A ação evidenciou a valorização dos saberes populares e a falta de orientação profissional sobre o uso dessas plantas. Foram discutidos riscos de interações medicamentosas e incentivado o cultivo doméstico como prática sustentável. **Conclusão:** A ação destacou a importância da educação em saúde para o uso consciente de plantas medicinais, promovendo o diálogo entre conhecimento tradicional e científico. A iniciativa favoreceu o autocuidado, fortaleceu vínculos comunitários e contribuiu para uma atenção integral, interdisciplinar e alinhada aos princípios da sustentabilidade.

Palavras-chave: Plantas Medicinais; Educação em Saúde; Saúde Coletiva.

INTRODUÇÃO

Planta medicinal (PM) é aquela capaz de aliviar ou curar enfermidades e que possui tradição de uso como remédio pelas pessoas da comunidade. Essas plantas vêm sendo utilizadas

¹ Graduanda; Enfermagem; Universidade do Estado da Bahia; E-mail: natiellenfelix1@gmail.com

² Graduanda; Enfermagem; Universidade do Estado da Bahia; E-mail: edilainejesusribeiro@gmail.com

³ Graduanda; Enfermagem; Universidade do Estado da Bahia; E-mail: dldaraujo0206@gmail.com

⁴ Doutora; Enfermagem; Universidade do Estado da Bahia; E-mail: elionaraboasorte@gmail.com

pela humanidade no tratamento de doenças há milhares de anos, como parte do saber popular transmitido oralmente entre gerações (BRASIL, 2022).

No Brasil, a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF), criada em 2006, têm como objetivo “garantir à população brasileira o acesso seguro e o uso racional de plantas medicinais e fitoterápicos e promover o uso sustentável da biodiversidade, o desenvolvimento da cadeia produtiva e da indústria nacional” (BRASIL, 2006). Desde então, as plantas medicinais e os fitoterápicos vêm ganhando importância no âmbito da política nacional de saúde, com crescimento de investimentos e valorização de programas no SUS (Ribeiro, 2019).

Entretanto, identifica-se uma limitação do conhecimento técnico-científico sobre essas terapias, visto que durante a formação de profissionais da saúde, os temas de práticas integrativas e complementares não são abordados. Tal fato gera menos conhecimento, menos incentivo para o desenvolvimento de pesquisas e mais preconceito por falta de informação, o que resulta em menor incentivo e divulgação para a população, dificultando sua inserção efetiva no cuidado em saúde (Patrício *et al.*, 2021).

Diante disso, o trabalho tem como objetivo relatar a experiência de uma ação educativa sobre o uso consciente de plantas medicinais.

MÉTODOS

Trata-se de um relato de experiência de uma atividade conduzida por monitoras do projeto de extensão CuidarDela, ocorrida em setembro de 2023, no distrito de Morrinhos, Guanambi-BA. O evento foi promovido pela sub-prefeitura do município, onde foram oferecidos serviços realizados pelo SAC móvel e contou com a presença de projetos de extensão da Universidade do Estado da Bahia. O projeto CuidarDela, com foco na promoção da saúde da mulher em situação de vulnerabilidade social, esteve presente na ocasião abordando o uso consciente e seguro de plantas medicinais no contexto do autocuidado.

Inicialmente, foi utilizado um material educativo elaborado com informações sobre fitoterápicos, incluindo exemplos de plantas medicinais de uso comum. A atividade teve caráter interativo e dialógico, conduzida por meio de perguntas norteadoras voltadas à identificação do conhecimento prévio das participantes sobre o uso de plantas medicinais, formas de preparo, indicações terapêuticas e a existência de acompanhamento médico ou orientação profissional. Ressalta-se que o evento teve boa adesão por parte das mulheres da comunidade, o que demonstrou o interesse e a receptividade do público em relação à temática abordada.

RESULTADOS

A atividade apresentou expressiva adesão do público-alvo, predominantemente composto por mulheres adultas e idosas residentes no distrito de Morrinhos. Observou-se engajamento das participantes durante a ação educativa, com destaque para o interesse em dialogar sobre práticas integrativas e complementares, especialmente no tocante à fitoterapia. Durante a abordagem, a maioria das participantes relatou utilizar regularmente plantas medicinais como parte dos cuidados cotidianos com a saúde, evidenciando a presença e valorização dos saberes populares no contexto comunitário. As plantas mais mencionadas foram o boldo (*Peumus boldus*) e o capim-limão (*Cymbopogon citratus*), utilizadas, respectivamente, com finalidades digestivas e calmantes.

Um estudo que discute os benefícios do boldo evidenciou o conhecimento sobre seu uso como fitoterápico no tratamento de distúrbios gástricos e digestivos, destacando ainda a transmissão desse saber entre gerações (Souza; Moraes; Oliveira, 2021). O capim-cidreira, por sua vez, tem demonstrado eficácia no auxílio ao tratamento da hipertensão arterial, além de apresentar efeitos calmantes, analgésicos, entre outros. Além disso, trata-se de uma erva de fácil cultivo, o que a torna um fitoterápico acessível à população em geral (Oliveira; Santos, 2021). Essas evidências reforçam a importância de reconhecer o valor terapêutico das plantas medicinais no cuidado em saúde.

A ação educativa voltou-se a promover reflexões sobre o uso consciente e seguro das plantas medicinais, reforçando sua utilização como recurso complementar à saúde, bem como da necessidade de relatar seu uso aos profissionais de saúde durante as consultas. O uso inadequado dessas plantas e de suas derivações pode trazer riscos à saúde, como infecções e reações adversas, sobretudo em idosos, que frequentemente fazem uso concomitante de outras medicações. Por isso, é fundamental que os profissionais de saúde se comprometam a fornecer informações claras sobre o uso correto, os possíveis efeitos de interações medicamentosas e os cuidados necessários no consumo dessas plantas (Júnior *et al.*, 2023).

No entanto, a maioria das pessoas relataram não informar aos profissionais sobre a utilização de plantas, assim como nunca receberem orientações acerca da utilização, representando uma preocupação. Apesar da relevância do tema, muitos profissionais ainda demonstram insegurança ao orientar ou prescrever fitoterápicos, o que contribui para a baixa inserção dessas práticas no cotidiano dos serviços de saúde. Esse cenário revela a necessidade

de maior capacitação profissional e incentivo à abordagem interdisciplinar no cuidado com as práticas integrativas (Caboclo *et al.*, 2022).

Na oportunidade, foram incentivadas práticas sustentáveis, como o cultivo doméstico de espécies medicinais, valorizando o vínculo entre saúde, meio ambiente e cultura local. Martins, Nascimento e Francos (2021) evidenciam a importância do cultivo residencial de plantas como as plantas medicinais, sendo uma relação de caráter promotor da saúde e da sustentabilidade e meio ambiente. Tal orientação vai ao encontro dos objetivos da PNPMF, que defende o desenvolvimento sustentável e a preservação da biodiversidade brasileira, considerada a maior do planeta (Silva; Alves; Meira, 2024).

CONCLUSÃO

A atividade extensionista destacou a importância da educação em saúde para o uso consciente de plantas medicinais, valorizando os saberes populares e promovendo o diálogo entre conhecimento tradicional e científico. A boa adesão da comunidade reforça o papel dessas práticas no autocuidado. Contudo, evidenciou a falta de orientação profissional e a necessidade de maior inserção das práticas integrativas na formação em saúde.

Além disso, ao promover o cultivo doméstico de plantas medicinais, a ação também se articulou com princípios de sustentabilidade e cuidado ambiental, apontando para uma abordagem de saúde mais integral e comprometida com os determinantes sociais e ecológicos. Iniciativas como esta contribuem para a consolidação de um modelo de atenção que valoriza a pluralidade terapêutica, a autonomia dos sujeitos e o fortalecimento dos vínculos comunitários.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Cartilha de orientações sobre o uso de fitoterápicos e plantas medicinais**. Brasília: Anvisa, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br>. Acesso em: 5 maio 2025.

BRASIL. Presidência da República; Decreto Nº 5.813 de 22 de junho de 2006. Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 de junho de 2006. Disponível em: bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_fitoterpicos.pdf. Acesso em: 5 maio 2025.

CABOCLO, Estela Karoline Dias et al. Fitoterápicos e plantas medicinais na prática dos profissionais de saúde em unidades de Estratégia Saúde da Família. **Revista de Ciências**

Médicas e Biológicas, v. 21, n. 2, p. 211-217, 31 out. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/cmbio.v21i2.47704>. Acesso em: 5 maio 2025.

JÚNIOR, José de Ribamar de Ribamar Medeiros Lima et al. Uso de plantas medicinais por idosos: Conhecimento dos riscos e benefícios. **Nursing (São Paulo)**, v. 26, n. 298, p. 9509-9522, 24 mar. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.36489/nursing.2023v26i298p9509-9522>. Acesso em: 5 maio 2025.

MARTINS, Guilherme Nogueira; DO NASCIMENTO, Ana Paula Branco; FRANCOS, Maria Solange. Plantas cultivadas em hortas residenciais: contribuições para a sustentabilidade em uma cidade da região metropolitana de São Paulo, Brasil. **Biodiversidade**, v. 20, n. 3, 2021. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/biodiversidade/article/view/12944>. Acesso em: 5 maio 2025.

OLIVEIRA, Carla Cristina Alves de; SANTOS, Jâno Sousa. Compostos ativos de capim cidreira (*Cymbopogon citratus*): uma revisão. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 12, p. e263101220281, 19 set. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.33448/rsd.v10i12.20281>. Acesso em: 5 maio 2025.

PATRÍCIO, Karina Pavão et al. O uso de plantas medicinais na atenção primária à saúde: revisão integrativa. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, n. 2, p. 677-686, fev. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-8123202272.46312020>. Acesso em: 5 maio 2025.

RIBEIRO, Luis Henrique Leandro. Análise dos programas de plantas medicinais e fitoterápicos no Sistema Único de Saúde (SUS) sob a perspectiva territorial. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, n. 5, p. 1733-1742, maio 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018245.15842017>. Acesso em: 5 maio 2025.

SILVA, Adriana; ALVES, Lúcio Alair Silva Nogueira; MEIRA, Juliana Froede Peixoto. Capítulo 6 – Saberes tradicionais, saúde e sustentabilidade: uma análise das práticas integrativas e complementar. In: SILVA, Adriana; ALVES, Lúcio Alair Silva Nogueira; MEIRA, Juliana Froede Peixoto. **Direitos Da Natureza E Educação Ecológica**. [S. l.]: Casa Leiria, 2024. ISBN 9788595091139. Disponível em: <https://doi.org/10.29327/5392371.1-9>. Acesso em: 5 maio 2025.

SOUZA, Marcela Beatriz Ribeiro; MORAES, Sabrina de Jesus Vieira; DE OLIVEIRA ALVIM, Haline Gerica. Boldo e seus benefícios em doenças gastrointestinais. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, Brasil, São Paulo, v. 4, n. 9, p. 15–26, 2021. DOI: 10.5281/zenodo.5079879. Disponível em: <https://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/273>. Acesso em: 5 maio. 2025.



PROMOÇÃO DO ALEITAMENTO MATERNO COMO ESTRATÉGIA DE QUALIDADE DE VIDA E SUSTENTABILIDADE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Kamille Couto Alves¹

Kauanna Couto Alves²

Jucimaura da Cruz e Dias³

Darlyane Antunes Macedo⁴

Ivanete Fernandes do Prado⁵

Eliardo da Silva Oliveira⁶

RESUMO

Introdução: A amamentação traz importantes benefícios à criança, como proteção contra doenças, fortalecimento do sistema imunológico e promoção do crescimento e desenvolvimento, e para a mãe, no período pós-parto, contribui para a contração natural do útero e a sua recuperação. Além dos aspectos de saúde, o aleitamento materno representa uma opção econômica para alimentar o bebê, considerando o alto custo das fórmulas infantis, bem como o seu impacto no meio ambiente. **Objetivo:** Relatar a experiência de graduandas do 9º semestre do curso de Enfermagem da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) em ações educativas realizadas com puérperas e gestantes, acerca da amamentação, como estratégia para a saúde materno-infantil, qualidade de vida e sustentabilidade ambiental. **Métodos:** Trata-se de um relato de experiência sobre ações de educação em saúde realizadas com gestantes e puérperas no alojamento conjunto do Hospital Geral de Guanambi, promovidas por acadêmicas do 9º semestre de enfermagem da UNEB durante o Estágio Supervisionado II. As atividades destacam os benefícios nutricionais, imunológicos, afetivos, ambientais e de sustentabilidade do aleitamento materno, que ocorreram à beira-leito. **Resultados:** As atividades desenvolvidas com gestantes e puérperas resultaram em uma experiência enriquecedora. As ações permitiram a aplicação prática do conhecimento acadêmico e reforçaram o papel da Enfermagem na promoção da saúde e da sustentabilidade. **Conclusão:** Ao garantir a promoção e incentivo do

¹ Graduanda em Enfermagem; Universidade do Estado da Bahia Campus XII; E-mail: kmlcouth@gmail.com

² Graduanda em Enfermagem; Universidade do Estado da Bahia Campus XII; E-mail: kcouth.ibce@gmail.com

³ Graduanda em Enfermagem; Universidade do Estado da Bahia Campus XII; E-mail: jucimauracruzdias84@gmail.com

⁴ Professora Ma.; Enfermagem; Universidade do Estado da Bahia Campus XII; E-mail: damedo@uneb.br

⁵ Doutora em Educação Física; Docente Adjunta da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus XII. E-mail: iprado@uneb.br

⁶ Mestre em Ciências da Saúde pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), E-mail: liiu_cba@hotmail.com

aleitamento materno como uma prioridade das políticas públicas, possibilitamos o avanço significativo de um modelo moldado no princípio da sustentabilidade e da equidade.

Palavras-chave: Promoção da Saúde; Amamentação; Sustentabilidade.

INTRODUÇÃO

A gestação é um processo transformador na vida da mulher, envolvendo mudanças físicas, hormonais, psicológicas e sociais. A amamentação surge como uma mudança física e hormonal, que configura o momento em que o bebê recebe o leite materno, considerada a forma mais adequada e natural de alimentação (Brasil, 2009).

São inúmeros os benefícios do aleitamento materno, tanto para a mãe quanto para o filho. A partir do leite, o bebê receberá os nutrientes essenciais durante os primeiros anos de vida, além de nutrir, também ajudará com a proteção da criança, já que contém anticorpos e diversas substâncias protetoras que ajudam a prevenir infecções, como diarreias, doenças respiratórias e otites, além do fortalecimento do vínculo entre o binômio (Brasil, 2019).

Em relação a mãe, a amamentação também trará importantes benefícios no período pós-parto, de modo que contribui para a contração natural do útero e a sua recuperação, auxilia na perda de peso e está associada à redução do risco em desenvolver câncer de mama, colo do útero e ovários (Moraes, *et al.*, 2020).

Além dos aspectos de saúde, o aleitamento materno representa uma opção mais econômica para alimentar o bebê, considerando o alto custo das fórmulas infantis disponíveis no mercado, bem como o seu impacto no meio ambiente. A produção de fórmulas infantis exige alto consumo de energia, utilização de materiais para embalagens, combustíveis para transporte e grandes volumes de água e substâncias químicas para o preparo (Ares Segura, 2022).

Em contrapartida, o leite materno é uma fonte alimentar sustentável, natural, renovável e isenta de poluentes. Além dos benefícios ecológicos, a amamentação contribui para a melhora da saúde materno-infantil, o que, por sua vez, reduz os gastos com serviços de saúde e favorece a economia global, ao mesmo tempo em que promove um impacto positivo na saúde ambiental (Binns, Lee, Maycock, Torheim *et al.*, 2021).

Diante do exposto, objetiva-se relatar a experiência de graduandas do 9º semestre do curso de Enfermagem em ações educativas realizadas com mulheres na maternidade de um hospital geral, acerca do aleitamento materno, como estratégia de saúde materno-infantil, qualidade de vida e sustentabilidade ambiental.

MÉTODOS

Trata-se de um relato de experiência das atividades de educação em saúde realizadas com gestantes e puérperas no alojamento conjunto. As ações foram voltadas à promoção do aleitamento materno como prática essencial para a qualidade de vida, saúde materno-infantil e a sustentabilidade ambiental.

A experiência foi vivenciada por graduandas do 9º semestre do curso de enfermagem da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), durante o desenvolvimento do componente curricular Estágio Supervisionado II, em um hospital público do interior da Bahia, no alojamento conjunto. As intervenções ocorreram com abordagem dialógica, em forma de orientações que aconteceram por meio de conversas individuais à beira-leito, abordando as vantagens nutricionais e imunológicas do leite materno, técnicas adequadas de pega e posicionamento do bebê, importância do vínculo afetivo entre mãe e filho, impactos positivos do aleitamento para a saúde da mulher, segurança alimentar e os benefícios ambientais, como a redução do uso de embalagens artificiais e diminuição do consumo de recursos naturais, contribuindo para a sustentabilidade.

RESULTADOS

As atividades de educação em saúde desenvolvidas com as gestantes e puérperas no alojamento conjunto resultaram em uma vivência enriquecedora, que possibilitou não apenas a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos na formação acadêmica, como também o fortalecimento do papel da enfermagem como agente promotor da saúde e da sustentabilidade.

Durante as orientações realizadas à beira-leito, observou-se grande interesse e receptividade por parte das puérperas, que apresentaram dúvidas sobre o aleitamento materno, como o posicionamento adequado do bebê, o tempo ideal de mamada e produção de leite. Além de ser evidenciado que muitas mulheres enfrentam dificuldades para iniciar ou manter a amamentação, revelando sentimento de insegurança, frustração e ansiedade.

Essas abordagens permitiram, ainda, desconstruir mitos e tabus amplamente disseminados, no que diz respeito as vantagens nutricionais e imunológicas do leite materno, técnicas adequadas de pega e posicionamento do bebê, importância do vínculo afetivo entre mãe e filho, impactos positivos do aleitamento para a saúde da mulher, segurança alimentar e os benefícios ambientais, como a redução do uso de embalagens artificiais e diminuição do consumo de recursos naturais, contribuindo para a sustentabilidade.

Essa prática dialoga com o que defendem Silva *et al.* (2020) ao afirmarem que o aleitamento materno representa um fator primordial não apenas para a promoção da saúde

infantil, mas também para a preservação da saúde ambiental, uma vez que reduz a produção de resíduos sólidos, o uso de combustíveis fósseis no transporte e fabricação de fórmulas infantis, além de evitar o consumo excessivo de energia elétrica e água potável associadas ao preparo de alimentos industrializados.

Além disso, o envolvimento das graduandas com as vivências e relatos reais das puérperas proporcionaram uma experiência única, que vai além do conteúdo teórico. A convivência direta com a realidade permite o desenvolvimento de habilidades práticas, empatia e escuta qualificada, contribuindo para a formação de profissionais mais sensíveis, críticos e comprometidos com um cuidado humanizado e centrado nas necessidades reais das pacientes.

CONCLUSÃO

Conclui-se que ao garantir a promoção e incentivo do aleitamento materno como uma prioridade das políticas públicas, possibilitamos o avanço significativo de um modelo moldado no princípio da sustentabilidade e da equidade. Este reconhecimento do aleitamento materno tem potencial para construir uma sociedade mais sustentável e responsável em caráter ambiental. Para além disso, ressalta-se que ações como essa são relevantes para fortalecimento início e manutenção do aleitamento materno.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Promoção da Saúde. Guia alimentar para crianças brasileiras menores de 2 anos.**

Brasília (DF): Ministério da Saúde; 2019. Acesso em 29 de abril de 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde da Criança: Nutrição Infantil, Aleitamento Materno e Alimentação Complementar. Caderno de Atenção Básica, nº 23.** Brasília – DF. 2009.

Disponível em:

<https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_crianca_nutricao_aleitamento_alimentacao.pdf>. Acesso em 29 de abril de 2025.

MORAES, I. C. SENA, N. L. OLIVEIRA, H. K. F. ALBUQUERQUE, F. H. S. ROLIM, K. M. C., FERNANDES, H. I. V. M., SILVA, N. C. Percepção sobre a importância do aleitamento materno pelas mães e dificuldades enfrentadas no processo de amamentação.

Rev Enf Ref Coimbra. 2020. serV(2):19065-5. <https://doi.org/10.12707/RIV19065>. Acesso em 29 de abril de 2025.

SILVA, B. C. F., et al. Aleitamento materno: fator primordial para a preservação da saúde ambiental. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 8, p. e857986554-e857986554, 2020. Acesso em 29 de abril de 2025.

LIMA, S., SANTOS, E., ERDMANN, A., FARIAS, P., AIRES, J., & NASCIMENTO, V. (2019). Percepção de mulheres quanto à prática do aleitamento materno: uma revisão integrativa. **Revista de Pesquisa: Cuidado é Fundamental Online**, 11(1), 248-254. Acesso em 01 de maio de 2025.

ARES SEGURA, S. The challenges of breastfeeding in a complex world. **An Pediatr (Engl Ed)**, Apr 16 2022. Acesso em 29 de abril de 2025.

BINNS, C. W. LEE, M. K. MAYCOCK, B.TORHEIM, L. E. et al. Climate Change, Food Supply, and Dietary Guidelines. **Annu Rev Public Health**, 42, p. 233-255, 04 01 2021. Acesso em 01 de maio de 2025.



XIV Semana de Enfermagem

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNEB)

SAÚDE PLANETÁRIA:

A ENFERMAGEM COMO AGENTE DE MUDANÇA NA CONSTRUÇÃO DE UM MUNDO SUSTENTÁVEL



**EIXO 2.2: SAÚDE E SUSTENTABILIDADE: IMPACTOS DO MEIO
AMBIENTE NA SAÚDE DA POPULAÇÃO.**



CASOS DE LEPTOSPIROSES RELACIONADOS AO TRABALHO NOTIFICADOS NO BRASIL ENTRE 2015 E 2024.

Larissa Hellen Da Costa Porto¹

Daniely Geovana Lopes De Oliveira²

Alexandre de Almeida Soares³

Lívia Fernandes Teixeira⁴

Luzia Célia Batista Soares⁵

Marcela Andrade Rios⁶

RESUMO:

Introdução: A leptospirose é uma doença infecciosa causada pela bactéria *Leptospira* transmitida por meio do contato direto ou indireto à urina de animais infectados. Há nesta doença uma relação significativa entre meio ambiente e saúde do trabalhador. **Objetivo:** Descrever os casos de leptospiroses relacionadas ao trabalho registrados no Brasil, no período de 2015 a 2024. **Método:** Trata-se de um estudo descritivo transversal baseado em dados secundários obtidos através do Sistema de Informação de Agravos e Notificação (SINAN). Os dados foram acessados eletronicamente e as planilhas baixadas no Microsoft Office Excel, possibilitando o cálculo de frequências relativas e construção de gráficos e tabelas. **Resultados:** A análise epidemiológica dos dados apresentados revelou um total de 5.160 casos de leptospirose relacionada ao trabalho, com maior incidência no ano de 2015 (16,5%) e expressividade na região Sul do país. O estudo apontou que a maioria dos atingidos pela doença eram do sexo masculino (92,8 %), na faixa etária de 20 a 64 anos (90,2%), na raça/cor branca (58,1 %) e com escolaridade de até o ensino fundamental (41,2%). **Conclusão:** A leptospirose ocupacional é um agravo relevante à saúde do trabalhador, associada a fatores ambientais, sociais e estruturais. A alta incidência e os óbitos registrados exigem ações intersetoriais de

¹ Graduanda em Enfermagem pela Universidade do Estado da Bahia, Campus XII.
E-mail: hellenlarissap28@gmail.com

² Graduanda em Enfermagem pela Universidade do Estado da Bahia, Campus XII.
E-mail:alexandrealmeida.as83@gmail.com

³ Graduanda em Enfermagem pela Universidade do Estado da Bahia, Campus XII.
E-mail:geovanadaniely21@gmail.com

⁴ Graduando em Enfermagem pela Universidade do Estado da Bahia, Campus XII.
E-mail: liviafernandesft0807@gmail.com

⁵ Mestre em Saúde Coletiva. Docente da Universidade do Estado da Bahia, Campus XII.
E-mail:luziasoares@uneb.br

⁶ Doutora em Ciências da Saúde. Docente da Universidade do Estado da Bahia, Campus XII.
E-mail: mrios@uneb.br

vigilância, prevenção e educação em saúde. Políticas integradas de saneamento, controle ambiental e planejamento urbano são fundamentais para reduzir sua ocorrência.

Palavras-chave: Leptospirose; Saúde do Trabalhador; Meio ambiente; Epidemiologia;

INTRODUÇÃO

A leptospirose é uma doença infecciosa febril aguda causada pela bactéria *Leptospira*, transmitida pela exposição direta ou indireta à urina de animais infectados, especialmente ratos. A infecção ocorre por meio de mucosas ou da pele, mesmo íntegra quando imersa por longos períodos em água contaminada. Na fase precoce, os sintomas mais comuns incluem febre, mialgia, cefaleia, náuseas e vômitos (Brasil, 2024).

As mudanças climáticas e ambientais globais impactam diretamente a saúde humana, por meio de eventos como ondas de calor e desastres naturais, que ao alterarem ecossistemas, biodiversidade e ciclos naturais, favorecem o surgimento e a intensificação de doenças infecciosas. Nesse cenário, destacam-se os agravos transmitidos por vetores e aqueles associados ao saneamento inadequado, como a leptospirose. A ocorrência dessa doença está diretamente relacionada a fatores como o regime de chuvas, a temperatura, as condições de saneamento básico, o nível de instrução da população e o uso e ocupação do solo (Brasil, 2017).

Em ambientes laborais, a leptospirose é observada entre trabalhadores expostos a águas contaminadas ou locais com presença de dejetos de animais, como minas, esgotos, galerias, drenagens e áreas com roedores ou animais domésticos. Também são grupos de risco os profissionais que lidam com alimentos de origem animal, peixes e laticínios (Galan; Schneider; Roess, 2023). Diante disso, este estudo tem como objetivo descrever os casos de leptospirose relacionados ao trabalho registrados no Brasil entre 2015 e 2024, a fim de subsidiar ações de vigilância, prevenção e proteção à saúde do trabalhador.

MÉTODOS

Trata-se de um estudo descritivo transversal baseado em dados secundários do Sistema de Informação de Agravos e Notificação (SINAN), disponibilizado pelo Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS) via acesso online e público. Foram selecionados os casos de leptospirose registrados no Brasil, nos anos de 2015 a 2024.

Foram estudadas as variáveis: ano de notificação, sexo, faixa etária, raça/cor, escolaridade, região de notificação, área de infecção, critério de confirmação do caso e evolução do caso.

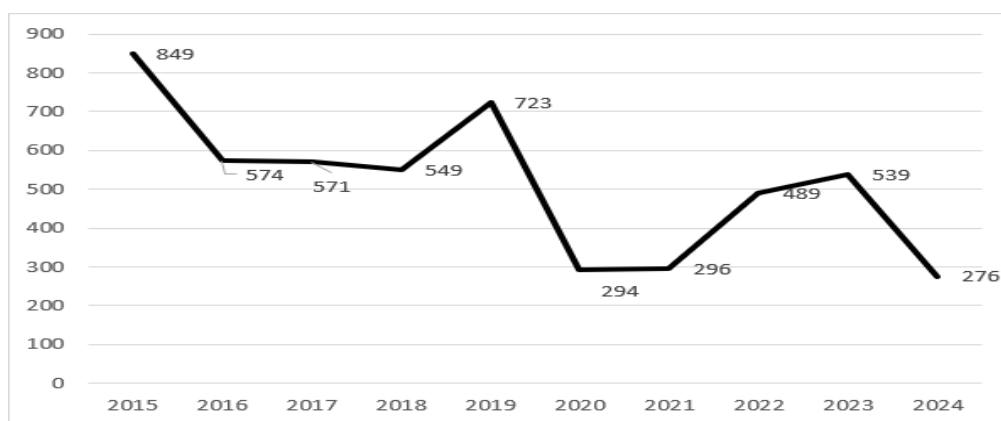
Os dados foram acessados eletronicamente e as planilhas baixadas no Microsoft Office Excel, possibilitando o cálculo de frequências relativas e construção de gráficos e tabelas.

No tocante aos aspectos éticos deste estudo, não houve submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa por envolver dados secundários e de domínio público.

RESULTADOS

Foi registrado um total de 5.160 casos de Leptospirose relacionada ao trabalho notificados no Brasil entre 2015 e 2024 havendo oscilações no período estudado. A incidência da doença teve seus maiores picos nos anos de 2015, 2019 e 2023, sobretudo no ano de 2015 com 849 notificações, conforme visualizado no gráfico 01.

Gráfico 1 - Distribuição temporal da leptospirose ocupacional no Brasil entre 2015 e 2024.



FONTE: SINAN/DATASUS, 2025

Na análise das características sociodemográficas dos trabalhadores que adquiriram a doença, apresentadas na tabela 1, revela que a maioria era do sexo masculino ($n = 4.790$; 92,8 %), na faixa etária de 20 a 64 anos ($n = 4634$; 90,2%), raça/cor branca ($n = 2.997$; 58,1 %) e com escolaridade de até o ensino fundamental ($n = 2131$; 41,2%).

Tabela 1 - Distribuição dos casos de leptospirose ocupacional notificados no Brasil entre 2015 e 2024, segundo variáveis sociodemográficas.

VARIÁVEIS	N	%
Sexo		
Masculino	4.790	92,8
Feminino	370	7,2
Faixa etária (em anos)		

Até 19 anos	305	6
20 a 64 anos	4.634	89,8
De 65 anos acima	221	4,2
Raça/cor		
Ign/Branco	258	5
Branca	2.997	58,1
Preta	289	5,6
Amarela	25	0,5
Parda	1580	30,6
Indígena	11	0,2
Escolaridade		
Ignorado/Branco	1.639	31,8
Analfabeto	56	1,1
Até o Ensino Fundamental	2.131	41,3
Do Ensino Médio incompleto acima	1. 334	25,8
TOTAL	5160	100

FONTE: SINAN/DATASUS, 2025.

A Região Sul apresentou o maior número de notificações (n = 2.723; 52,8%), seguida da Região Sudeste (n = 1.279; 23,6%). Observou-se que a possível área de infecção da leptospirose apresentou uma distribuição relativamente equilibrada entre zona urbana (n=2.359; 45,7%) e zona rural (n=2.240; 43,4%), indicando que a exposição ao risco não está restrita a um único tipo de ambiente. O critério de confirmação mais utilizado foi o clínico-laboratorial (n=4.434; 85,9%), reforçando a importância da infraestrutura laboratorial na detecção da doença. Quanto à evolução dos casos, a maioria expressiva dos trabalhadores infectados evoluiu para cura (n=4.475; 86,7%), embora tenha sido registrado um número significativo de óbitos (n=388; 7,5%), o que evidencia a gravidade do agravo à saúde (Brasil, 2025).

CONCLUSÃO

A análise dos 5.160 casos de leptospirose ocupacional notificados no Brasil entre 2015 e 2024 revela um importante agravo à saúde do trabalhador, com predominância de homens entre 20 e 39 anos, baixa escolaridade e autodeclarados brancos. A Região Sul concentrou a maior parte das notificações, possivelmente devido a fatores ambientais, ocupacionais e

estruturais. A ampla distribuição entre áreas urbanas e rurais reforça a abrangência do risco, enquanto os óbitos registrados evidenciam a gravidade da doença.

Esses dados reforçam a necessidade de fortalecer a vigilância em saúde do trabalhador e de implementar estratégias preventivas, como ações educativas, controle de roedores, saneamento básico e articulação intersetorial. A prevenção da leptospirose demanda uma abordagem integrada entre saúde e meio ambiente, considerando a influência de fatores como deficiência no saneamento, acúmulo de resíduos e inundações na disseminação da bactéria *Leptospira*. Nesse contexto, destaca-se a urgência de políticas públicas efetivas de saneamento básico, gestão ambiental e infraestrutura urbana, especialmente em áreas de maior vulnerabilidade social. Investimentos estruturais nessas áreas são essenciais não apenas para a contenção da leptospirose, mas também para a promoção de ambientes mais seguros e saudáveis para a população trabalhadora exposta a riscos ambientais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Organização Pan-Americana da Saúde. **Doenças relacionadas ao trabalho**: manual de procedimentos para os serviços de saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2001. 580 p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos; n. 114).

BRASIL. Ministério da Saúde. **Leptospirose**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Informações de Saúde - Tabnet. Sistema de Informação de Agravos de Notificação - SINAN. Leptospirose.

BRASIL. Ministério da Saúde; Organização Pan-Americana de Saúde – OPAS; Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz; Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica – ICICT. **Análise de situação em clima e saúde**. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde, OPAS, FIOCRUZ, ICICT, 2017.

GALAN D. I; SCHNEIDER M. C; ROESS, A. A. Leptospirosis Risk among Occupational Groups in Brazil, 2010-2015. **American Journal of Tropical Medicine and Hygiene**. v. 109, n. 2, p. 376, 2023.



INTERNAÇÕES POR ESQUISTOSSOMOSE EM ADULTOS REGISTRADAS NO ESTADO DA BAHIA NO PERÍODO DE 2015 A 2024

Otávio Santana dos Santos¹

Isadora Ferreira Teixeira²

Ivana Santos de Araújo³

Laís de Souza Porto⁴

Luzia Célia Batista Soares⁵

Marcela Andrade Rios⁶

RESUMO

Introdução: A esquistossomose mansônica é uma doença tropical negligenciada, transmitida pelo contato com água contaminada pelo *Schistosoma mansoni*. Na Bahia, é altamente endêmica, com 251 municípios afetados. Entre 2018 e 2023, ocorreram 91 internações, destacando a persistência da doença como problema de saúde pública. A falta de saneamento básico é o principal fator de risco. **Objetivo:** descrever as internações por esquistossomose em adultos registradas no estado da Bahia no período de 2015 a 2024. **Método:** estudo descritivo e transversal, com dados do SIH/SUS via DATASUS. Foram analisadas variáveis sociodemográficas, assistenciais e desfecho. Os dados foram organizados em planilha no Microsoft Excel. **Resultados:** houve 90 internações por esquistossomose em adultos na Bahia, com pico em 2015-2016 e queda até 2020. Predominaram homens (63,3%), entre 50-59 anos (31,1%) e de cor parda (54,4%). A maioria dos casos foi de urgência (95,6%) e concentrados no leste baiano (34,4%). O tempo de internação foi em média de 8,6 dias e com custo médio de R\$376,44. Apenas um óbito foi registrado, em 2024. **Conclusão:** O estudo aponta que, apesar da queda nas internações por esquistossomose na Bahia, a doença ainda é um desafio para a saúde pública, destacando a importância de ações preventivas, como melhorias sanitárias e educação em saúde.

Palavras-chave: Esquistossomose; Hospitalizações; Saúde Pública.

¹ Graduando; Enfermagem; Universidade do Estado da Bahia; E-mail: otaviosantana153@gmail.com

² Graduanda; Enfermagem; Universidade do Estado da Bahia; E-mail: isadoratfgbi@gmail.com

³ Graduanda; Enfermagem; Universidade do Estado da Bahia; E-mail: ivanasantosdearaujo9324@gmail.com

⁴ Graduanda; Enfermagem; Universidade do Estado da Bahia; E-mail: crislai35@hotmail.com

⁵ Mestre em Saúde Coletiva; Enfermagem; Universidade do Estado da Bahia; E-mail: luziasoares@uneb.br

⁶ Doutora em Ciências da Saúde; Enfermagem; Universidade do Estado da Bahia; E-mail: mrios@uneb.br

INTRODUÇÃO

A esquistossomose mansônica (EM) é uma doença tropical negligenciada, cuja infecção ocorre pelo contato direto com águas contaminadas que contêm formas infectantes do parasita *Schistosoma mansoni*. Popularmente conhecida como “barriga d’água” ou “doença dos caramujos”, a EM afeta cerca de 240 milhões de pessoas no mundo, sendo que mais de 700 milhões vivem em áreas consideradas endêmicas, especialmente na África, América do Sul e partes da Ásia (Dutra *et al.*, 2024).

No Brasil, o estado da Bahia destaca-se pela elevada endemicidade da doença, com registros em 251 dos 417 municípios, incluindo a capital, Salvador. A prevalência está diretamente associada à precariedade ou ausência de saneamento básico, o que favorece a transmissão e contribui para altas taxas de internações. Entre os anos de 2018 e 2023, foram registradas 91 internações por EM na Bahia, segundo dados do SIM/SUS, com o ano de 2022 apresentando o maior número de casos (26), evidenciando um quadro preocupante (Sampaio *et al.*, 2023).

A EM permanece como um desafio significativo para a saúde pública, gerando custos ao sistema de saúde e impactando negativamente a qualidade de vida da população baiana (Santos; Cardoso, 2020). O controle efetivo da doença exige ações preventivas abrangentes, como o diagnóstico precoce, educação em saúde, investigação clínica detalhada e, principalmente, investimentos em infraestrutura sanitária, a fim de reduzir os ambientes propícios à proliferação do parasita.

Com base em dados oficiais e literatura científica existente destaca-se a necessidade de discussões acerca a EM enquanto um problema de saúde pública. O presente estudo tem como objetivo descrever as internações por esquistossomose em adultos registradas no estado da Bahia no período de 2015 a 2024.

MÉTODOS

Trata-se de um estudo descritivo e transversal, baseado em dados secundários do Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS), disponibilizado pelo Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), por meio de acesso público e online.

Foram selecionados os dados referentes às hospitalizações por Esquistossomose no estado da Bahia, no período de 2015 a 2024, em indivíduos adultos com idade entre 20 e 59 anos. Foram analisadas as seguintes variáveis: ano de internação, sexo, faixa etária, raça/cor,

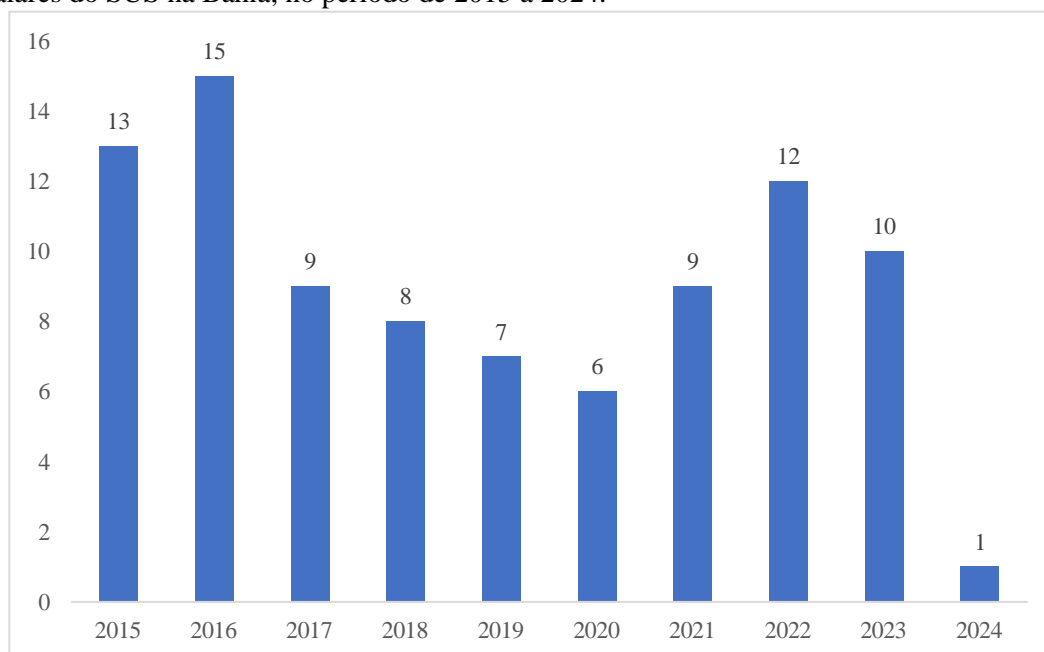
caráter de atendimento, valor médio gasto com a internação, média de dias de permanência, macrorregião de saúde e ocorrência de óbito.

Os dados foram acessados eletronicamente e organizados em planilhas do Microsoft Office Excel, possibilitando o cálculo de frequências relativas e a construção de tabelas e figuras. O estudo não foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa por utilizar dados secundários de domínio público.

RESULTADOS

Foram registrados um total de 90 casos de internações hospitalares por esquistossomose em adultos no estado da Bahia no período de 2015 a 2024. Conforme visualizado na Figura 1, os anos com maiores incidências foram 2015 e 2016, respectivamente, com possível tendência a declínio até 2020, seguido por moderado aumento. O ano de 2024 foi o apresentado com menor registro.

Figura 1. Número de hospitalizações por esquistossomose registrados no Sistema de Informações Hospitalares do SUS na Bahia, no período de 2015 a 2024.



Fonte: SIH/SUS/DATASUS, 2025.

Quanto à análise das características sociodemográficas revela que a maior parte das hospitalizações registradas são do sexo masculino (n= 57; 63,3%), na faixa etária de 50 a 59 anos (n=28; 31,1%) seguida de 40 a 49 anos (n= 27; 30,0%) e raça/cor parda (n=49; 54,4%), conforme Tabela 1.

O elevado número de raça/cor sem informação é um problema que evidencia a necessidade de aperfeiçoamento dos profissionais no preenchimento dos dados neste sistema de informação.

Tabela 1. Hospitalizações por esquistossomose registrados no Sistema de Informações Hospitalares do SUS na Bahia, no período de 2015 a 2024, segundo as características sociodemográficas.

VARIÁVEIS	INTERNAÇÕES	
	N	%
Sexo		
Masculino	57	63,3
Feminino	33	36,7
Faixa etária		
20 a 29 anos	21	23,3
30 a 39 anos	14	15,6
40 a 49 anos	27	30,0
50 a 59 anos	28	31,1
Raça/cor		
Branca	2	2,2
Preta	6	6,7
Parda	49	54,4
Amarela	3	3,3
Sem Informação	30	33,3
TOTAL	90	100

Fonte: SIH/SUS/DATASUS, 2025.

Ao considerar as características destas internações grande maioria obteve um caráter de atendimento do tipo urgência (n= 86; 95,6%) com predominância de notificação na macrorregião do leste do estado baiano (n= 31; 34,4%), conforme observado na Tabela 2. Ainda é válido salientar, que a duração das internações variou de um a 45 dias (média de 8,6) e com valor médio de R\$376,44 por internação.

Tabela 2. Característica das hospitalizações por esquistossomose registrados no Sistema de Informações Hospitalares do SUS na Bahia, no período de 2015 a 2024.

VARIÁVEIS	INTERNAÇÕES	
	N	%
Caráter do atendimento		
Eletivo	4	4,4
Urgência	86	95,6
Macrorregião da Notificação		
Sul	18	20,0
Sudoeste	14	15,6
Oeste	3	3,3
Norte	7	7,8

Nordeste	7	7,8
Leste	31	34,4
Extremo Sul	1	1,1
Centro-Leste	6	6,7
Centro-Norte	3	3,3
TOTAL	90	100

Fonte: SIH/SUS/DATASUS, 2025.

Quanto aos óbitos decorrentes da esquistossomose, foi registrado um no ano de 2024, no sexo masculino, de 50 à 59 anos e de raça/cor parda.

CONCLUSÃO

Os resultados deste estudo evidenciam que, apesar da redução progressiva das internações por esquistossomose na Bahia nos últimos anos, a doença ainda representa um importante desafio para a saúde pública. O perfil epidemiológico dos pacientes internados mostra predominância de adultos do sexo masculino, especialmente na faixa etária de 50 a 59 anos, e de cor parda, o que reforça a necessidade de políticas direcionadas para esses grupos vulneráveis.

A alta frequência de internações por urgência e os custos envolvidos sinalizam a importância de medidas preventivas que possam minimizar a necessidade de hospitalização. Nesse sentido, investimentos em infraestrutura sanitária, educação em saúde, são essenciais para qualificar as ações de enfrentamento à esquistossomose no estado.

REFERÊNCIAS

DUTRA, A. S. S *et al.* Análise da esquistossomose na região nordeste de 2020 a 2023: diagnóstico, terapêutica e considerações clínicas. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, v. 6, n. 2, p. 691-711, 2024.

SAMPAIO, B. R. *et al.* ANÁLISE DO PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DA TAXA DE INTERNAÇÃO POR ESQUISTOSSOMOSE NA BAHIA DURANTE O PERÍODO DE 2018 A 2022. **The Brazilian Journal of Infectious Diseases**, v. 27, p. 103503, out. 2023.

SANTOS, L. S. T. D. A.; CARDOSO, A. C. C. Internações por esquistossomose mansônica no estado da Bahia entre 2012 e 2016. **Revista Enfermagem Contemporânea**, v. 9, n. 2, p. 231–237, 26 out. 2020.

NOTIFICAÇÕES DE HEPATITES VIRAIS TRANSMITIDAS POR ALIMENTOS E ÁGUA NO ESTADO DA BAHIA

Letícia Silva da Rocha¹

Josiane Costa dos Santos²

Sabrina Alves Nunes³

Cíntia Gonçalves dos Santos⁴

Dorival Fagundes Cotrim Junior⁵

Marcela Andrade Rios⁶

RESUMO

Introdução: As hepatites virais são doenças infecciosas que apresentam diferentes formas de transmissão, por meio de alimentos ou água contaminados. A Bahia é um dos estados com maiores áreas de vulnerabilidade social, tendo notificações constantes nos últimos anos. **Objetivo:** descrever os casos de hepatite virais notificados no estado da Bahia entre os anos de 2007 e 2023, cuja fonte de infecção informada foi por alimentos ou água. **Método:** Trata-se de um estudo descritivo, baseado em dados secundários do SINAN, disponibilizado pelo DATASUS. **Resultados:** Constatou-se 2508 casos de hepatites virais com maior prevalência no sexo masculino (51,9%), na raça/cor parda (65,5%), na faixa etária de 01 a 05 anos (35,4%); escolaridade não se aplica (37,5%), e zona de residência ignorada (100%). **Conclusão:** as hepatites virais são um grave problema de saúde pública no Brasil, em especial no estado da Bahia. As mesmas estão diretamente relacionadas ao contexto socioeconômico da população. Para tanto, as redes de atenção à saúde devem estar integradas afim de garantir o acesso às tecnologias necessárias à assistência e combate dessas infecções.

Palavras-chave: Hepatites virais; Saneamento básico; Meio Ambiente e Saúde Pública.

INTRODUÇÃO

¹ Graduanda em enfermagem pela Universidade do Estado da Bahia, Campus XII. E-mail: leticiarocha.uneb@gmail.com

² Graduanda em enfermagem pela Universidade do Estado da Bahia, Campus XII. E-mail: josianecostauneb2024@gmail.com

³ Graduanda em enfermagem pela Universidade do Estado da Bahia, Campus XII. E-mail: sabrinaalvesn23@gmail.com

⁴ Graduanda em Enfermagem pela Universidade do Estado da Bahia, Campus XII. E-mail: goncalvescintia22@gmail.com

⁵ Doutor em Saúde Coletiva e em Direito. Docente da Universidade do Estado da Bahia, Campus XII. E-mail: dorivalfcotrim@gmail.com

⁶ Doutora em Ciências da Saúde. Docente da Universidade do Estado da Bahia, campus XII. E-mail: mrios@uneb.br

As hepatites virais são doenças infecciosas que afetam o fígado e apresentam diferentes formas de transmissão, sendo os vírus A e E associados à via fecal-oral, principalmente por meio do consumo de alimentos ou água contaminados (BRASIL, 2020). Essas infecções são influenciadas por agentes sociais e ambientais, sendo mais frequentes em regiões com acesso limitado a saneamento básico, água potável e condições adequadas de higiene (OPAS, 2022).

No Brasil, os casos de hepatite A e E são de notificação compulsória, registrados por meio do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), que coleta dados a partir das fichas de investigação e os compartilha entre as esferas de gestão do Sistema Único de Saúde (SUS), contribuindo para a vigilância e o planejamento em saúde pública (BRASIL, 2025).

Na Bahia, essas hepatites representam um relevante problema de saúde pública, com notificações constantes ao longo dos últimos anos, especialmente em áreas de maior vulnerabilidade social. Dados do SINAN indicam a continuidade de casos entre 2007 e 2023, evidenciando a necessidade de aprofundamento da análise sobre a distribuição e o perfil epidemiológico desses agravos no estado (BRASIL, 2025). Estudos apontam que fatores como baixa escolaridade, ausência de saneamento e consumo de água contaminada estão associados à maior ocorrência da hepatite A no país (OLIVEIRA et al., 2021).

Diante disso, torna-se relevante a realização de estudos sobre as notificações de hepatites virais de transmissão hídrica e alimentar, visando contribuir com estratégias de prevenção e controle. Assim, este trabalho tem como objetivo descrever os casos de hepatite virais notificados no estado da Bahia entre os anos de 2007 e 2023, cuja fonte de infecção informada foi por alimentos ou água.

MÉTODOS

Foi realizado um estudo descritivo, baseado em dados secundários do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), disponibilizado pelo Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS).

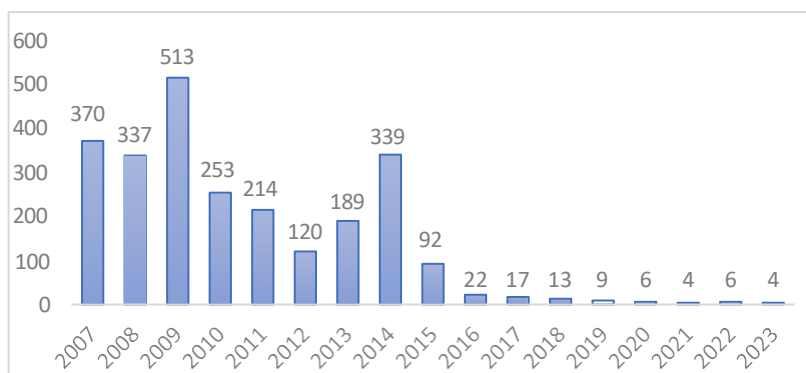
Os dados foram coletados do SINAN, por meio da ficha de notificação e investigação intitulada “Hepatites virais”, sendo selecionados os casos registrados no estado da Bahia, com fonte de infecção por alimentos e água. Foram selecionados os dados do período de 2007 a 2023. As variáveis estudadas foram: ano de diagnóstico, sexo, faixa etária, raça/cor, escolaridade, zona de residência, classificação etiológica, classificação final do caso.

Os dados foram acessados de maneira online, sendo baixadas planilhas no formato .CSV e posteriormente abertas no Microsoft Office Excel, o que possibilitou o cálculo de frequências relativas e construção das figuras e tabela. Por se tratar de um estudo baseado em dados secundários e de acesso público não houve submissão a um Comitê de Ética em Pesquisa.

RESULTADOS

Foi registrado um total de 2508 casos de hepatites virais transmitidas por alimentos e água no estado da Bahia, no período de 2007 a 2023, havendo redução dos casos no período estudado. Os anos com maiores registros foram 2009 e 2014, conforme visualizado na figura 01.

Figura 1. Evolução no número de notificações de hepatites virais transmitidas por alimentos/água no estado da Bahia, no período de 2007 a 2023.



Fonte: SINAN/DataSUS, 2025.

A análise das características sociodemográficas nos revela que a maior parte deles era do sexo masculino (n=1301; 51,9%); na faixa etária de 01 a 05 anos (n=887; 35,4%); de raça/cor parda (n=1643; 65,5%); de escolaridade não se aplica (n=939; 37,5%); e zona de residência ignorada (n=2508; 100%) conforme tabela 1. Esse quantitativo expressivo de zona de residência ignorada é problemático, na medida que representa uma importante limitação para a vigilância em saúde. Essa lacuna impede análises territoriais mais precisas, dificultando a identificação de padrões espaciais de ocorrência e a correlação com fatores socioambientais, como saneamento básico precário e acesso à água potável, elementos cruciais na dinâmica de transmissão das hepatites A e E.

Tabela 1. Casos de hepatites virais transmitidas por alimentos/água no estado da Bahia, no período de 2007 a 2023, segundo características sociodemográficas.

Variáveis	N	%
Sexo		
Masculino	1301	51,9
Feminino	1207	48,1

Faixa etária (em anos)		
Ign/branco	64	2,6
Até 4	474	18,9
1 a 5	887	35,4
5 a 18	480	19,1
15-19	211	8,4
20-39	252	10,0
40-59	92	3,7
60 -64	12	0,5
65 -69	11	0,4
70- 79	14	0,6
80 e mais	11	0,4
Raça/cor		
Ign/branco	188	7,5
Branca	387	15,4
Preta	240	9,6
Amarela	18	0,7
Parda	1643	65,5
Indígena	32	1,3
Escolaridade		
Ign/branco	442	17,6
Analfabeto	21	0,8
1ª a 4ª série incompleta do ensino fundamental	465	18,5
4ª série completa do ensino fundamental	130	5,2
5ª a 8ª série incompleta do ensino fundamental	283	11,3
Ensino fundamental completo	53	2,1
Ensino médio incompleto	77	3,1
Ensino médio completo	75	3,0
Educação superior incompleta	11	0,4
Educação superior completa	12	0,5
Não se aplica	939	37,5
Zona de residência		
Ign/branco	2508	100
Total	2508	100

Fonte: SINAN/DATASUS, 2025.

Ao considerar a análise a partir das classificações, verificou-se a totalidade de dados ignorados na classificação etiológica, referente as classificações finais identificaram a predominância do critério laboratorial (n=2042; 81,4%), seguido do critério clínico epidemiológico (n=466; 19,6), conforme visualizado na tabela 2.

Tabela 2. Casos de hepatites virais transmitidas por alimentos/água no estado da Bahia, no período de 2007 a 2023, segundo classificações.

Variáveis	N	%
Classificação etiológica		
Ign/branco	2508	100

Classificação final		
Critério laboratorial	2042	81,4
Critério clínico	466	19,6
Total	2508	100

Fonte: SINAN/DATASUS, 2025.

Chama atenção o fato de que a totalidade dos casos notificados apresenta ausência do registro da classificação etiológica, o que compromete significativamente os resultados e as inferências possíveis sobre a origem das infecções, bem como os estudos propriamente relacionados a etiologia.

CONCLUSÃO

Conclui-se, que as hepatites virais são um grave problema de saúde pública no Brasil, em especial no estado da Bahia. A análise do estudo evidencia que casos de hepatites estão diretamente relacionadas ao contexto socioeconômico da população. A vulnerabilidade social é um desafio no enfrentamento à essas infecções, mediante o ambiente em que vivem ou das situações a que estão expostas.

Desse modo, há necessidade de um olhar mais amplo pelos profissionais de saúde que atuam nos territórios, de forma a intensificar as ações de prevenção e diagnóstico das hepatites virais para a comunidade. Finalmente, é relevante a capacitação de profissionais de saúde para registrar os casos e realizar a correta notificação, evitando subregistros de variáveis e subnotificação de casos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Boletim Epidemiológico de Hepatites Virais**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN. Hepatites Virais – Bahia** (2007 a 2023). Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/defthtm.exe?sinannet/cnv/hepaba.def>. Acesso em: 30 abr. 2025.

OLIVEIRA, M. L. et al. Fatores associados à ocorrência de hepatite A no Brasil: uma revisão integrativa. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 55, p. 1-10, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/s1518-8787.2021055002676>. Acesso em: 30 abr 2025.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Hepatites virais nas Américas: vigilância, prevenção e controle**. Brasília, DF: OPAS, 2022.

VIOLÊNCIA FÍSICA EM PESSOAS IDOSAS NO NORDESTE DO BRASIL

Júlio Cesar de Souza Bastos ¹

Kelly Nayara da Silva Pereira ²

Rafaela Maria da Silva Nunes Pereira ³

Jaine Karenly da Silva ⁴

RESUMO:

Introdução: O aumento das notificações de violência física contra idosos na região Nordeste do Brasil reforça a importância de investigar o perfil das vítimas e características das agressões e os desdobramentos assistenciais registrados em serviço de saúde. **Objetivo:** Identificar o perfil da violência física em pessoas idosas no período de 2020 a 2024 na região Nordeste do Brasil. **Método:** Estudo quantitativo descritivo, de séries temporais, com uso de dados secundários obtidos eletronicamente pelo Departamento de Informação e Informática, através do Sistema de Informação de Agravos de Notificação, no período de 2020 a 2024, na população idosa da região Nordeste do Brasil. **Resultados:** No período analisado, houve um total de 14.517 casos de violência física contra a pessoa idosa e aumento de 158,7% nas notificações. Os anos de 2023 e 2024 tiveram os maiores registros. A violência física prevaleceu nas pessoas idosas do sexo masculino, autodeclarados negros (cor preta ou parda), com baixa escolaridade (até 4 anos de estudo); os episódios de violência ocorreram predominantemente no ambiente domiciliar, seguido das vias públicas. Os principais agressores foram pessoas desconhecidas, seguidas de filhos e amigos/conhecidos, que cometeram violência física de forma repetida. Houve subnotificação nos dados referentes ao encaminhamento para serviço de saúde e à evolução dos casos. **Conclusão:** O combate à violência contra o idoso se faz necessário pela capacitação dos profissionais de saúde para reconhecimento dos sinais de violência, reforço da rede de atenção básica, mecanismos eficientes de denúncia e ações para garantir a promoção do envelhecimento digno e protegido.

Palavras-chave: Idosos; Violência; Vulnerabilidade.

¹ Acadêmico de graduação em Enfermagem, Universidade do Estado da Bahia – *campus* XII; cesargbi095@gmail.com

² Acadêmica de graduação em Enfermagem, Universidade do Estado da Bahia – *campus* XII; kellynayaragbi19@gmail.com

³ Acadêmica de graduação em Enfermagem, Universidade do Estado da Bahia – *campus* XII; rafaelanunesgbi@gmail.com

⁴ Doutora em Ciências da Saúde; Enfermeira. Professora Adjunta do Colegiado de Enfermagem da Universidade do Estado da Bahia, *campus* XII; jksilva@uneb.br

INTRODUÇÃO

O Brasil apresenta um rápido processo de envelhecimento populacional. De acordo com o Censo Demográfico de 2022, o número de pessoas com 65 anos ou mais teve um aumento significativo em comparação a 2010 (Brasil, 2023).

Paralelamente ao envelhecimento, cresce o índice de maus tratos ou violência à pessoa idosa. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS) os atos de violência referem-se ao “uso intencional de força física e/ou poder, real ou em forma de ameaça, contra si mesmo, outra pessoa ou um grupo, que resulte ou tenha grande probabilidade de resultar em lesões, morte, danos psicológicos, comprometimento do desenvolvimento ou privação” (OMS, 2025).

A região Nordeste ocupa a segunda posição, entre as localidades brasileiras, com altas taxas de envelhecimento, evidenciando a necessidade de atenção específica a essa faixa etária. (Camacho; Caldas, 2023). Nesse sentido torna-se relevante o estudo que apresenta dados das pessoas idosas vulneráveis e susceptíveis a violência, sobretudo aquela que causa danos físicos, que é uma das principais manifestações de maus tratos a esse grupo populacional no cenário internacional e nacional.

Dados do estudo inquérito Vigilância de Violências e Acidentes (VIVA) mostram que no Brasil a violência ocorre com predominância contra os idosos do sexo masculino e com baixa escolaridade, no ambiente residencial e por pessoas desconhecidas (Andrade *et al.*, 2020). Contudo, é necessário analisar se esse perfil ocorre igualmente em todas as localidades geográficas ou se há divergências entre elas, sobretudo na região Nordeste que apresenta casos elevados de violência.

A reflexão sobre o tema pode contribuir para o fortalecimento de políticas públicas e estratégias de cuidado, que auxiliarão na identificação, na prevenção e no enfrentamento dessas situações. Portanto, o objetivo deste estudo foi identificar o perfil da violência física em pessoas idosas no período de 2020 a 2024 na região Nordeste do Brasil.

MÉTODOS

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem quantitativa, descritiva e do tipo séries temporais, baseada em dados secundários obtidos no período de 2020 a 2024, correspondendo aos cinco anos mais recentes com informações disponíveis eletronicamente.

As informações foram extraídas do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), disponível no banco de dados do Departamento de Informática do Sistema Único de

Saúde (DATASUS), acessado em abril de 2025. Para esta pesquisa, foram consideradas apenas as notificações de violência física contra pessoas com 60 anos ou mais.

As variáveis selecionadas para análise incluíram: ano de registro, sexo da vítima, raça/cor, escolaridade, local da ocorrência, repetição da violência, encaminhamento ao serviço de saúde, evolução do caso, e tipo de agressor. A análise temporal do ano de maiores registros da violência física foi organizada em dois blocos principais: 2020 a 2022, correspondente ao período pandêmico da COVID-19, e 2023 a 2024, representando o período pós-pandêmico.

Os dados foram analisados e calculados pelo Excel versão 2025, sendo expostos em frequências absolutas (n) e relativas (%). As questões éticas foram preservadas conforme orienta a resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 466/2012, mas não foi necessário o envio ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), pois trata-se de dados secundários e de acesso público, disponibilizados eletronicamente pelo Ministério da Saúde, que preservam a identidade dos sujeitos, mantendo-se o sigilo e privacidade dos participantes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados obtidos apresentam um cenário alarmante para a violência física contra a pessoa idosa. Com um total de 14.517 casos no período de 2020 a 2024 e aumento de 158,7%. Ao analisar os anos de 2020 a 2022 (período da pandemia) e de 2023 a 2024 (período pós-pandemia), nota-se que prevaleceram o maior número de registro de violência física entre 2023 e 2024 (n=8.224; 56,7%). Durante o período da pandemia, os números foram menores, tal qual se resume aos altos índices de internação hospitalar pelos membros desta faixa etária, que por sua vez não se encontravam em sua moradia e, portanto, não estavam sujeitos à violência física. No entanto, é provável que, no pós-pandemia, ao retornarem para suas residências ainda debilitados, muitos se depararam com um ambiente hostil, tornando-se novamente vítimas de violência. Esse aumento pode estar relacionado tanto ao agravamento das condições sociais ao longo da pandemia de COVID-19 quanto à melhoria nos mecanismos de denúncia e registro.

Prevaleceram as vítimas do sexo masculino (n=7.960; 54,83%). No que se refere a questão racial, também, é desigual em sua expressão. A população negra (pardos e pretos) apresenta 76,1% dos casos notificados (n=11.046). No tocante à escolaridade, 3.171 casos envolveram idosos com baixa escolaridade com até 4 anos de estudos, o que representa 21,8% dos registros. A maioria das agressões ocorreram dentro da própria residência da vítima (n=7.740; 53,3%) seguida por vias públicas (n=2.420; 16,6%); tal ocorrência se dá à ambientes físicos inseguros, como ruas mal iluminadas, transporte público ineficiente e falta de

acessibilidade. Esses elementos configuram um cenário de risco, onde o idoso fica mais exposto à negligência, ao abandono e à violência física, especialmente dentro do próprio domicílio. Outro dado é a reincidência: 21,9% (n=3.192) ocorreram com vítimas que já haviam sofrido violência anteriormente.

No que se refere aos principais agressores, houve predomínio de pessoas desconhecidas (n=2.164; 14,9%), seguida de filho (n=1.928; 13,2%) e amigo/conhecido (n=1.524; 10,5%). Houve subnotificação dos dados no que se refere ao encaminhamento aos serviços de saúde (n=14.496; 99,8%) e evolução dos casos (n=14.506; 99,9%).

A violência contra a pessoa idosa no Brasil é um fenômeno multifatorial, com base enraizada na desigualdade social, no etarismo e na fragilidade das redes de apoio e cuidado. No momento da pandemia de COVID-19, os determinantes se agravaram, criando um cenário propício à abertura da violência doméstica contra os idosos, especialmente no contexto intrafamiliar. O isolamento social, juntamente com as sobrecargas emocionais e econômicas dos cuidadores, pode ter contribuído para que muitos casos não fossem acompanhados ou mesmo identificados (Oliveira *et al.*, 2018).

Além disso, uma revisão sistemática sinaliza que a dependência financeira ou física do idoso em relação aos familiares, o grau de baixa escolaridade, a presença de doenças crônicas e a experiência de conflitos familiares são elementos cuja combinação potencializa a vulnerabilidade à violência. A combinação desses elementos, sobretudo de idosos negros e de baixa escolaridade, coloca em risco uma população que se depara com múltiplas formas de exclusão e negligência (Santos *et al.*, 2020).

Outro fator importante demonstrado na literatura é a subnotificação das variáveis relacionadas ao encaminhamento para o serviço de saúde e à evolução dos casos. Vários idosos não denunciam por medo, vergonha ou dependência emocional dos agressores, o que compromete o combate efetivo da violência. A própria equipe de saúde, nem sempre tem formação suficiente para reconhecer sinais de violência ou para agir de forma resolutiva. Isso compromete a eficácia das políticas públicas e reforça a invisibilidade do problema (Oliveira *et al.*, 2018).

CONCLUSÃO

Portanto, os resultados da coleta de dados traduzem não apenas a ocorrência da violência em si, mas também a falha dos mecanismos de proteção, a omissão de registro de assistência institucional após a violência e a urgente necessidade das ações transversais. Esses dados

demonstram a importância do rastreamento e a identificação dessa população para que medidas preventivas sejam construídas e realizadas de maneiras efetivas. O combate à violência contra o idoso se faz necessário pela capacitação dos profissionais de saúde, reforço da rede de atenção básica, mecanismos eficientes de denúncia e ações visando a promoção do envelhecimento digno e protegido.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, F. M. D. *et al.* Perfil dos atendimentos por violência contra idosos em serviços de urgência e emergência: análise do VIVA Inquérito 2017. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 23, e20008, supl. 01, p. 1-12, 2020.

BRASIL. Censo 2022: número de idosos na população do país cresceu 57,4% em 12 anos. Brasília: **Secretaria de Comunicação Social**, 27 out. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/10/censo-2022-numero-de-idosos-na-populacao-do-pais-cresceu-57-4-em-12-anos>. Acesso em: 30 abr 2025.

CAMACHO, A; CALDAS, C. P. Bioética na violência contra o idoso: análise das informações. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, [S.l.], v. 16, n. 5, p. 1–19, ago, 2024. Disponível em: <https://ojs.cuadernoseducacion.com/ojs/index.php/ced/article/view/4193/3268>. Acesso em: 29 abr 2025.

SANTOS, M. A. B., *et al.* Fatores associados à violência contra o idoso: uma revisão sistemática da literatura. **Ciência & Saúde Coletiva**, Porto Alegre, v. 25, n. 6, p. 2153-75, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020256.25112018>

OLIVEIRA, K. S. M., *et al.* Violência contra idosos: concepções dos profissionais de enfermagem acerca da detecção e prevenção. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 39, e57462, p. 1-9, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1983-1447.2018.57462>

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Violência**. Disponível em: <https://www.emro.who.int/health-topics/violence/index.html>. Acesso em: 30 abr. 2025.



MORBIMORTALIDADE HOSPITALAR POR AMEBÍASE NO ESTADO DA BAHIA NO PERÍODO DE 2015 A 2024

Franciele Neves de Souza¹

Lorraine Montalvão Viana²

Silvana dos Santos Martins³

Marcela Andrade Rios⁴

Eliardo da Silva Oliveira⁵

RESUMO

Introdução: A amebíase é uma infecção causada pelo protozoário *Entamoeba histolytica*, com maior prevalência em regiões com precárias condições socioeconômicas e ausência de saneamento básico. **Objetivo:** Descrever o perfil de morbimortalidade hospitalar por amebíase no estado da Bahia, no período de 2015 a 2024. **Método:** Estudo descritivo, quantitativo, baseado em dados secundários do Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS), referente às internações hospitalares com diagnóstico de amebíase (CID-10: A06). Foram analisadas variáveis como ano de internação, sexo, faixa etária, raça/cor, macrorregião de saúde, tempo de permanência, custos e características dos óbitos. **Resultados:** Foram registrados 311 casos de internações no período estudado, com picos em 2015 (n=53/17%) e 2016 (n=68/21,9%). A maioria dos casos ocorreu em indivíduos do sexo masculino (51,4%), com predominância nas faixas etárias de 60 anos ou mais (22,5%) e de 1 a 4 anos (20,3%). A raça/cor parda correspondeu a 65,6% dos registros. As macrorregiões com maiores números de internações foram Vitória da Conquista (18,3%), Ilhéus (16,7%) e Salvador (16,4%). A média de permanência hospitalar foi de 5,5 dias e o valor médio por internação foi de R\$462,49. Houve 15 óbitos, com maior frequência entre idosos, mulheres e pessoas pardas. **Conclusão:** A amebíase permanece como desafio de saúde pública na Bahia, refletindo desigualdades regionais no acesso ao saneamento e à saúde. Faz-se necessário ampliar políticas públicas voltadas à prevenção, vigilância e infraestrutura sanitária.

Palavras-chave: Amebíase; Internação; Morbidade; Mortalidade.

¹ Graduanda em Enfermagem pela Universidade do Estado da Bahia; Campus XII; E-mail: francielenevesuneb@gmail.com.

² Graduanda em Enfermagem pela Universidade do Estado da Bahia, Campus XII; E-mail: lorrannemontalvao@gmail.com.

³ Graduanda em Enfermagem pela Universidade do Estado da Bahia; Campus XII; E-mail: silvanamartins1002@gmail.com.

⁴ Doutora em Ciências da Saúde; Docente da Universidade do Estado da Bahia, campus XII; E-mail: mrios@uneb.br.

⁵ Mestre em Ciências da Saúde pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB); E-mail: liiu_cba@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

A amebíase é uma infecção parasitária causada pelo protozoário *Entamoeba histolytica*, popularmente conhecida como ameba, um microrganismo altamente patogênico, comum em regiões onde as condições socioeconômicas são deficitárias e saneamento básico inadequado. As infecções podem persistir por anos, apresentando-se de forma assintomática, com sintomas leves ou, em alguns casos, manifestações clínicas graves (Almeida *et al*, 2020). Os casos sintomáticos podem variar de uma diarreia leve a uma disenteria grave com sangue e muco nas fezes. Quando há disseminação para o fígado, pode ocorrer a formação de abscessos hepáticos, uma complicação potencialmente grave (Guerrero *et al*. 2021).

As principais formas de transmissão envolvem a ingestão de água ou alimentos contaminados com fezes contendo cistos maduros de *Entamoeba histolytica* (Brasil, 2010). Mas também existem outras formas que são menos comuns de infecção, como equipamentos de lavagem intestinal contaminados ou pelo sexo anal e oral. No entanto, ressalta-se que nem todas as pessoas que ingerem o cisto evoluem com a doença, necessitando, assim, que elas estejam suscetíveis (Souza *et al*, 2019). A ausência de práticas adequadas de higiene no ambiente doméstico pode contribuir para a propagação dos cistos entre os membros da família (Brasil, 2010).

Apesar do direito ao saneamento básico estar garantido por instrumentos legais — como a Lei nº 11.445/2007, atualizada pela Lei nº 14.026/2020, que estabelece diretrizes nacionais para sua universalização, o Brasil ainda apresenta um cenário de vulnerabilidades. Isso se deve, principalmente, aos desafios e lacunas na efetivação da universalidade, integralidade e equidade do acesso aos serviços de saneamento em diferentes regiões do país (Cardoso *et al*. 2022).

Diante disso, esse estudo tem por objetivo descrever o perfil de morbimortalidade hospitalar por amebíase no estado da Bahia, no período de 2015 a 2024.

MÉTODOS

Trata-se de um estudo descritivo, quantitativo e baseado em dados secundários do Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS), referente às hospitalizações no estado da Bahia, no período de 2015 a 2024 cuja causa registrada foi amebíase (código A06 da Classificação Internacional de doenças, 10ª revisão – CID 10). As variáveis estudadas foram: ano de internação, sexo, faixa etária, raça/cor, valor médio gasto com a internação, média de dias de permanência, macrorregião de saúde da internação e características dos óbitos (sexo, faixa etária, raça/cor e município de residência).

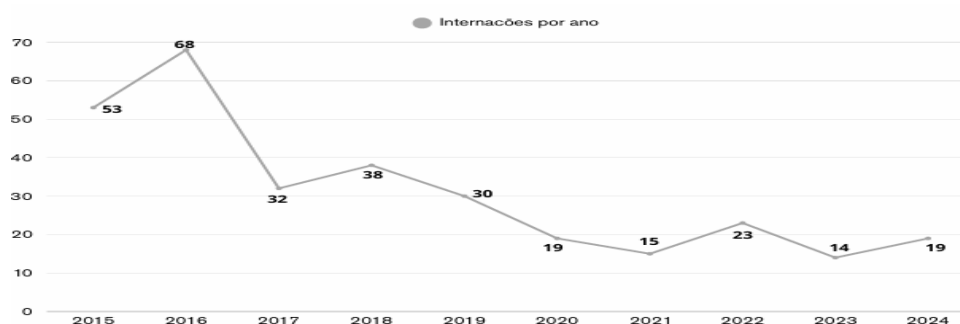
Os dados foram acessados eletronicamente e organizados em planilhas do Microsoft Office

Excel, possibilitando o cálculo de frequências relativas e a construção de tabelas e figuras. O estudo não foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa por utilizar dados secundários de domínio público.

RESULTADOS

Foi registrado um total de 311 internações hospitalares no estado da Bahia entre o período estudado. A maioria das internações por amebíase ocorreu no ano de 2016, com 68 (21,9%), e o menor no ano de 2023 com 14 (4,5%) conforme apresentado na figura 1.

Figura 1: Evolução no número de casos de morbidade hospitalar do SUS por amebíase no período de 2015 e 2024 registrados no estado da Bahia.



Fonte: SIH/SUS/DATASUS, 2025.

No período dos anos analisados observou-se maior concentração de casos na faixa etária de 60 anos ou mais, com 70 registros (22,5%), seguida pelo grupo de 1 a 4 anos, com 63 internações (20,3%). Faixas etárias intermediárias também apresentaram proporções relevantes, como 5 a 9 anos (10,3%), 20 a 29 anos e 40 a 49 anos, ambas com 9,0%. Em relação ao sexo, houve predomínio de indivíduos do sexo masculino, com 160 casos (51,4%), enquanto o sexo feminino correspondeu a 151 internações (48,6%). Quanto à raça/cor, predominou a população parda, com 204 casos (65,6%), seguida por indivíduos com raça/cor não informada (24,1%), brancos (5,5%), pretos (3,2%) e amarelos (1,6%).

Tabela 1: Perfil de morbidade hospitalar do SUS por amebíase no período de 2015 e 2024 registrados no estado da Bahia.

VARIÁVEIS	INTERNAÇÕES	
	N	%
Sexo		
Masculino	160	51,4
Feminino	151	48,6
Faixa etária		

Menor que 1 anos	22	7,1
1 a 4 anos	63	20,3
5 a 9 anos	32	10,3
10 a 14 anos	7	2,3
15 a 19 anos	14	4,5
20 a 29 anos	28	9,0
30 a 39 anos	24	7,7
40 a 49 anos	28	9,0
50 a 59 anos	20	6,4
60 anos e +	70	22,5
Raça/cor		
Branca	17	5,5
Preta	10	3,2
Parda	204	65,6
Amarela	5	1,6
Sem Informação	75	24,1
TOTAL	311	100

Fonte: SIH/SUS/DATASUS, 2025.

Ao considerar a análise das características dos casos de internações por amebíase registrados no estado da Bahia no período do estudo, encontrou-se que as macrorregiões de saúde com maior número de internações foram a de Vitória da Conquista (n= 57; 18, 3%); seguido de Ilhéus (n= 52; 16,7 %) e Salvador (n= 51; 16,4%), de acordo a figura 2.

Figura 2: Características dos casos de internações por amebíase em macrorregiões de saúde no estado da Bahia registrados entre os anos 2015 e 2024.



Fonte: SIH/SUS/DATASUS, 2025.

Em relação a análise da média dos dias de permanência hospitalar foram de 5,5 dias com valor médio de internação R\$462,49.

Quando analisados as características referentes a mortalidade, há registro de 15 óbitos, com predomínio na faixa etária de 60 anos e mais (n=10; 66,7%), seguido de 40 a 49 anos (n=3; 20%). Não foram registrados óbitos na idade infante-juvenil. Em relação ao sexo, verifica-se maior incidência para o feminino (n=10; 66,7%) e raça/cor parda (n=7; 46,7%). O maior número

de mortes ocorreu nas cidades de Livramento de Nossa Senhora, Irecê e São Francisco do Conde com 3 casos em cada uma.

A taxa de mortalidade considerando todo o período estudado, foi de 4,82%, com maiores marcas nos anos de 2022 (8,70%) e 2015 (8,33%).

CONCLUSÃO

Os dados analisados evidenciam que a amebíase ainda representa um relevante problema de saúde pública no estado da Bahia, com destaque para as internações hospitalares registradas entre 2015 e 2024. Observou-se maior ocorrência entre os indivíduos do sexo masculino, da faixa etária de 60 anos ou mais, e de raça/cor parda, refletindo desigualdades sociais e demográficas no impacto da doença. Além disso, a maior concentração de casos em determinadas macrorregiões de saúde, como Vitória da Conquista, Ilhéus e Salvador, reforça a importância do contexto territorial e das condições de infraestrutura sanitária.

Apesar dos avanços legais na garantia do saneamento básico como direito fundamental, é sabido que a persistência de internações e óbitos por amebíase denuncia lacunas na efetivação de políticas públicas voltadas à universalização do acesso a serviços essenciais. Portanto, reforça-se a urgência de estratégias intersetoriais voltadas à ampliação do saneamento básico, à educação em saúde e à vigilância contínua, com foco em populações mais vulneráveis, visando à redução da morbimortalidade por amebíase e à superação das desigualdades regionais no acesso à saúde.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Amanda Andrade; LEITE, Tailana Santana Alves. Entamoeba histolytica como causa da amebíase. **Revista Saúde e Meio Ambiente**, v. 10, n. 1, p. 133-139, 2020. Acesso em: 01 de maio de 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Departamento de Vigilância Epidemiológica. Doenças infecciosas e parasitárias: guia de bolso**. 8. ed. rev. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. 444 p. (Série B. Textos Básicos de Saúde)

CARDOSO, Amanda Moreira et al. Perfil da amebíase e sua relação com os indicadores de saneamento básico no Brasil: contexto de emergência entre 2010 e 2021. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 7, p. e50511730435-e50511730435, 2022.

GUERRERO, María et al. Colitis amebiana, semeando una enfermedad inflamatoria intestinal en paciente pediátrico. **Gen**, v. 75, n. 1, p. 39-42, 2021.

SOUZA, Camylla Santos de et al. Amebíase no contexto da emergência: análise do perfil de internações e morbimortalidade nos Estados brasileiros em 5 anos. **Revista da Sociedade Brasileira de Clínica Médica**, v. 17, n. 2, p. 66-70, 2019. Acesso em: 04 de maio, 2025.

ACIDENTES LABORAIS COM EXPOSIÇÃO A MATERIAL BIOLÓGICO EM TRABALHADORES DE LAVANDERIA

Andressa Rodrigues da Silva Lopes¹

Caroline de Brito Pereira²

Herllem Luan Teixeira Lima³

Natiellen Felix dos Santos⁴

Marcela Andrade Rios⁵

Dorival Fagundes Cotrim Junior⁶

RESUMO

Introdução: As lavanderias hospitalares lidam com resíduos potencialmente contaminantes, expondo os profissionais a riscos físicos, químicos e biológicos. **Objetivo:** descrever os casos de acidentes laborais com exposição a material biológico envolvendo trabalhadores de lavanderias, considerando aspectos sociodemográficos, laborais e do acidente. **Método:** estudo descritivo, baseado em dados secundários do Sistema de Informação de Agravos de Notificação, envolvendo trabalhadores de lavanderias, no estado da Bahia, entre 2015 a 2024. **Resultados:** Registraram-se 198 casos, com predominância de casos no sexo feminina (67,2%), faixa etária de 20 a 39 anos (58,6%) e autodeclarados pardos (57,1%). A maioria exercia a função de auxiliar de lavanderia (73,7%) e possuía vínculo formal (56,6%). A principal forma de exposição foi percutânea (75,3%), com agulhas com lúmen como agente mais frequente (64,6%). O sangue foi o material biológico mais comum (46%), e houve alto percentual de registros com dados ignorados sobre o tipo de material (37,9%) e evolução dos casos (67,2%). **Conclusão:** aponta-se a necessidade urgente de ações preventivas e protocolos pós-exposição mais eficazes, além de reforço na cultura de segurança e investimento em capacitação e equipamentos de proteção. O uso de sistemas de informação pode contribuir para uma vigilância mais eficaz e redução de riscos ocupacionais nesse setor.

Palavras-chave: Acidente de trabalho; Lavanderia; Perfil epidemiológico.

INTRODUÇÃO

As lavanderias são estabelecimentos que realizam a higienização de roupas e artigos têxteis de diferentes setores, como hospitais, clínicas, hotéis, casas de repouso e presídios. Esses serviços são fundamentais para manter a higiene e prevenir infecções, especialmente em ambientes de saúde (Anel, 2024).

¹ Graduanda; Enfermagem; Universidade do Estado da Bahia; teudessa78@gmail.com

² Graduanda; Direito; Universidade do Estado da Bahia; carolainebritopereira@gmail.com

³ Graduando; Enfermagem; Universidade do Estado da Bahia; herllemluan@protonmail.com

⁴ Graduanda; Enfermagem; Universidade do Estado da Bahia; natiellenfelix1@gmail.com

⁵ Doutora; Enfermagem; Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia; mrios@uneb.br

⁶ Doutor; Direito; Universidade do Estado do Rio de Janeiro; dorivaljunior@uneb.br

Entretanto, essa atividade envolve riscos relevantes, uma vez que a lavagem demanda grande volume de água e utiliza produtos químicos que, quando descartados de forma inadequada, podem contaminar o solo, rios e lagos, afetando o meio ambiente. Além disso, a presença de resíduos biológicos nas roupas hospitalares, como sangue e fluidos corporais, exige cuidados especiais, já que os efluentes podem conter agentes patogênicos (Favarin et al., 2014).

Os trabalhadores dessas lavanderias também estão expostos a riscos físicos, químicos, ergonômicos e biológicos. A ausência de medidas de proteção adequadas pode resultar em acidentes, desconforto físico, problemas posturais e danos à saúde mental. A Norma Regulamentadora nº 9 (NR-9) orienta a identificação e controle desses riscos, visando preservar a saúde dos profissionais (Rodrigues, 2021).

O presente trabalho tem como objetivo descrever os casos de acidentes laborais com exposição a material biológico envolvendo trabalhadores de lavanderias, considerando aspectos sociodemográficos, laborais e do acidente.

MÉTODO

Trata-se de um estudo descritivo baseado em dados secundários, com seleção dos casos notificados ao Sistema Nacional de Agravos de Notificação (SINAN) de acidentes de trabalho com exposição a material biológico, envolvendo trabalhadores de lavanderias, registrados no estado da Bahia, no período de 2015 a 2024.

Utilizaram-se dados coletados eletronicamente no SINAN, contemplando os casos registrados nas seguintes ocupações: supervisor de lavanderia, lavadeiro em geral, lavador de roupas a máquina, conferente-expedidor de roupas (lavanderias), atendente de lavanderia, auxiliar de lavanderia, lavador de roupas e operador de máquina de lavar fios e tecidos.

Foram analisadas as seguintes variáveis: ano da notificação, sexo, faixa etária, escolaridade, raça/cor, região de notificação, situação no mercado de trabalho, vínculo com empresa terceirizada, ocorrência de exposição percutânea, ocorrência de exposição de mucosa, tipo de material orgânico envolvido no acidente, tipo de agente e evolução do caso. Os dados foram analisados com cálculos de frequências por meio do Microsoft Office Excel.

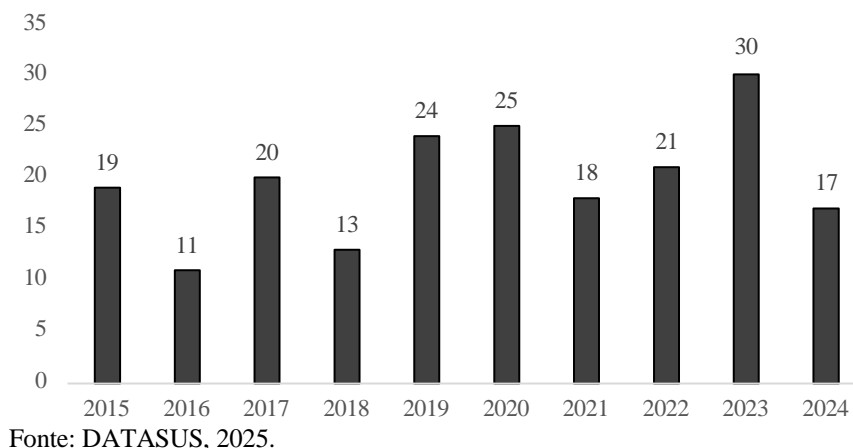
Por se tratar de um estudo baseado em dados secundários e de acesso público não houve submissão a um Comitê de Ética em Pesquisa.

RESULTADOS

Entre os anos de 2015 e 2024 foram registrados 198 casos de acidentes laborais com exposição a material biológico entre trabalhadores de lavanderias no estado da Bahia,

conforme distribuição anual constante na figura 1.

Figura 1. Distribuição de casos de Acidentes laborais com exposição a material biológico em trabalhadores da lavanderia registrados no estado da Bahia, entre os anos de 2015 a 2024.



A análise dos dados sociodemográficos dos trabalhadores acidentados (tabela 1) revela um perfil marcadamente feminino (67,2%), predominando na faixa etária entre 20 a 39 anos (58,6%), pardos (57,1%), seguido de pretos (21,2%) e 32,3% possuem ensino médio completo.

Tabela 1. Características sociodemográficas das vítimas de casos de Acidentes laborais com exposição a material biológico em trabalhadores da lavanderia registrados no estado da Bahia no período de 2015 a 2024.

Variáveis	N	%
Sexo		
Masculino	65	32,8
Feminino	133	67,2
Faixa etária (em anos)		
10 – 19	8	4,0
20-39	116	58,6
40-59	74	37,4
Raça/cor		
Ignorado	20	10,1
Branca	19	9,6
Preta/parda	156	78,8
Indígena	4	2,0
Escolaridade		
Ignorado	70	17,4
Analfabeto	1	0,5
Ensino fundamental incompleto	11	5,6
Ensino fundamental completo	27	13,6
Ensino médio incompleto	21	10,6
Ensino médio completo	64	32,3
Educação superior incompleta	3	1,5
Educação superior completa	1	0,5
TOTAL	198	100

Fonte: SIM/DATASUS, 2025

Com relação ao vínculo empregatício, 56,6% estavam empregados com registro formal; 30,3% dos casos não informaram se pertenciam a empresas terceirizadas, e 22,7% confirmaram atuar em empresas terceirizadas.

Tabela 2. Características das notificações de acidentes laborais com exposição a material biológico em trabalhadores da lavanderia registrados no estado da Bahia, no período de 2015 a 2024, quanto aos aspectos laborais.

Variáveis	N	%
Situação de mercado de trabalho		
Ignorados	15	7,6
Empregado registrado	112	56,6
Empregado não registrado	19	9,6
Autônomo	1	0,5
Servidor público estatutário	16	8,1
Servidor Público celetista	11	5,6
Trabalhador temporário	10	5,1
Cooperativado	4	2,0
Outros	10	5,1
Empresa terceirizada		
Ignorado	60	30,3
Sim	45	22,7
Não	90	45,5
Não se aplica	3	1,5
TOTAL	198	100

Fonte: SIM/DATASUS, 2025.

No que tange às características do acidente, a exposição percutânea foi a mais frequente (75,3%), ocorrendo principalmente com agulhas com lúmen (64,6%), envolvendo sangue (46%). A evolução dos casos mostra um alto número de desfechos ignorados (67,2%), seguido de altas sem confirmação sorológica (21,2%). Houver conversão sorológica em 6,1% dos casos.

Tabela 3. Características dos acidentes laborais com exposição a material biológico em trabalhadores da lavanderia registrados no estado da Bahia no período de 2015 a 2024.

VARIÁVEIS	N	%
Exposição percutânea		
Sim	149	75,3
Exposição de mucosa		
Sim	5	2,5
Tipo de material orgânico envolvido no acidente		
Ignorados	75	37,9
Sangue	91	46,0
Líquor	2	1,0

Fluido com sangue	7	3,5
Soro/plasma	1	0,5
Outros	22	11,1
Tipo de agente		
Ignorados	24	12,1
Agulha com lúmen	128	64,6
Agulha sem lúmen/ maciça	16	8,1
Vidros	2	1,0
Lâmina/ lanceta (qualquer tipo)	15	7,6
Outros	13	6,6
Evolução de casos		
Ignorados	131	67,2
Alta com conversão Sorológica	12	6,1
Alta sem conversão Sorológica	42	21,2
Alta devido a paciente fonte negativo	8	4,0
Abandono	5	2,5
TOTAL	198	100

Fonte: SIM/DATASUS, 2025.

CONCLUSÃO

Verificou-se alta incidência de acidentes percutâneos, principalmente com agulhas, e pela predominância de vítimas do sexo feminino e jovens. A elevada proporção de casos com evolução ignorada aponta para a necessidade de aprimorar o registro de dados.

É essencial esforços para a implementação de estratégias abrangentes de prevenção e controle dos acidentes laborais com exposição a material biológico em lavanderias na Bahia. Além de investir em equipamentos de proteção e treinamentos, é fundamental promover uma cultura de segurança no ambiente de trabalho.

REFERÊNCIAS

ANEL. Associação Nacional das Empresas de Lavanderia. **Manual de lavanderias**: principais conceitos e regulamentação. Conselho Regional de Química – IV região (CRQ-IV/SP). São Paulo, 2024. Disponível em: https://crqsp.org.br/wcontent/uploads/2024/05/manual_lavanderias_15_05_2024.pdf. Acesso em: 30 abr. 2025.

FAVARIN, E. V. et al. Riscos ocupacionais da lavanderia de um hospital universitário: relato de experiência. **Revista Gestão & Saúde**, [S. l.], v. 5, n. 3, p. 1120–129, 2017.

RODRIGUES, R. **Análise e gerenciamento de riscos em uma lavanderia hospitalar**. Universidade Federal do Pampa, [s. l.], p. 1 a 90, 30 set. 2021. Disponível em: <https://repositorio.unipampa.edu.br/jspui/community-list>. Acesso em: 30 abr. 2025.



XIV Semana de Enfermagem

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNEB)

SAÚDE PLANETÁRIA:

A ENFERMAGEM COMO AGENTE DE MUDANÇA NA CONSTRUÇÃO DE UM MUNDO SUSTENTÁVEL



HOSPITALIZAÇÕES POR GASTROENTERITES E DIARREIAS EM CRIANÇAS DE ATÉ 4 ANOS NA BAHIA NO PERÍODO DE 2019 A 2024

Ana Beatriz Botelho Silva¹

Kauanna Couto Alves²

Jucimaura da Cruz e Dias³

Kamille Couto Alves⁴

Marcela Andrade Rios⁵

Eliardo da Silva Oliveira⁶

RESUMO

Introdução: A diarreia e a gastroenterite pertencem ao grupo das infecções gastrointestinais causadas por agentes patogênicos, como vírus, bactérias e fungos, sendo os principais tipos, o rotavírus, a Escherichia coli e a Giardia lamblia. Assim, as internações hospitalares causadas por essas doenças representam um grave problema de saúde pública mundial. Embora evitáveis, configuram como a segunda principal causa de morte entre crianças menores de cinco anos.

Objetivo: Traçar o perfil das internações em crianças de até 4 anos no estado da Bahia no período de 2019 a 2024. **Métodos:** Trata-se de um estudo descritivo, baseado em dados secundários do Sistema de Informação Hospitalar do Sistema Único de Saúde (SIH/SUS), por meio do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS). Foi selecionado os dados de internações em crianças de até 4 anos por gastroenterites e diarreia, registradas na Bahia. **Resultados:** Registraram-se um total de 14.354 internações no período, sendo o maior em 2019, seguido de uma queda expressiva em 2020, e o menor número de internações foi registrado em 2023 com 1.735. **Conclusão:** Notou-se a prevalência de internações pela população infantil do sexo masculino, de cor parda, entre 1 a 4 anos, somado

¹ Graduanda; Enfermagem; Universidade do Estado da Bahia-Campus XII; E-mail: anniinhabotelho15@gmail.com

² Graduanda; Enfermagem; Universidade do Estado da Bahia-Campus XII; E-mail: kcouto.ibce@gmail.com

³ Graduanda; Enfermagem; Universidade do Estado da Bahia-Campus XII; E-mail: jucimauracruzdas84@gmail.com

⁴ Graduanda; Enfermagem; Universidade do Estado da Bahia-Campus XII; E-mail: kmlcouto@gmail.com

⁵ Doutora em Enfermagem e Saúde; Enfermagem; Universidade do Estado da Bahia-Campus XI; E-mail: mrios@uneb.br

⁶ Mestre em Ciências da Saúde pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). E-mail: liiu_cba@hotmail.com

a isso, verifica-se a importância da criação de políticas públicas de promoção da saúde específicas para as necessidades de cada território da Bahia.

Palavras-chave: Crianças; Diarreia; Sistema Único de Saúde; Internações.

INTRODUÇÃO

As doenças diarreicas agudas, de origem infecciosa pertencem ao grupo das infecções gastrointestinais causadas por agentes patogênicos, como vírus, bactérias e fungos, sendo os principais o rotavírus, a *Escherichia coli* e a *Giardia lamblia* respectivamente. Tais enfermidades se manifestam clinicamente por meio de três ou mais episódios de evacuações líquidas ou amolecidas em um período de 24 horas, frequentemente acompanhadas por sintomas como náuseas, vômitos, febre e dores abdominais (Brasil, 2025).

De modo geral, a duração dessas infecções tem duração de cerca de 14 dias. Em casos mais graves, pode evoluir com a presença de muco ou sangue nas fezes, caracterizando um quadro de disenteria. No que diz respeito a intensidade dos sintomas e o risco de complicações em crianças, cita-se a desidratação, que depende do microrganismo causador e das condições individuais de cada paciente (Lemos, 2023).

Diante deste contexto é sabido que as internações hospitalares causadas por gastroenterites e pela diarreia, ainda representam um grave problema de saúde pública, apesar de serem condições evitáveis e tratáveis no âmbito da Atenção Primária à Saúde (APS) (Freitas *et al.*, 2020; Pedraza; Araújo, 2017). Tais agravos são particularmente preocupantes na população infantil, sendo a segunda principal causa de morte entre crianças menores de cinco anos em todo o mundo. Segundo os dados da Organização Mundial da Saúde, mais de 500 mil óbitos e cerca de 1,7 bilhão de casos de gastroenterites ocorrem anualmente, revelando a necessidade e a urgência na implementação de estratégias eficazes de prevenção e controle, especialmente em contextos de maior vulnerabilidade social (Oms, 2017).

Considerando a elevada taxa de internações e os riscos associados à gastroenterite e doenças diarreicas, especialmente entre crianças, este estudo tem como objetivo traçar o perfil das internações em crianças de até 4 anos no estado da Bahia no período de 2019 a 2024.

MÉTODOS

Trata-se de um estudo descritivo, quantitativo, baseado em dados secundários obtidos através do Sistema de Informação Hospitalar do Sistema Único de Saúde (SIH/SUS), por meio do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS).

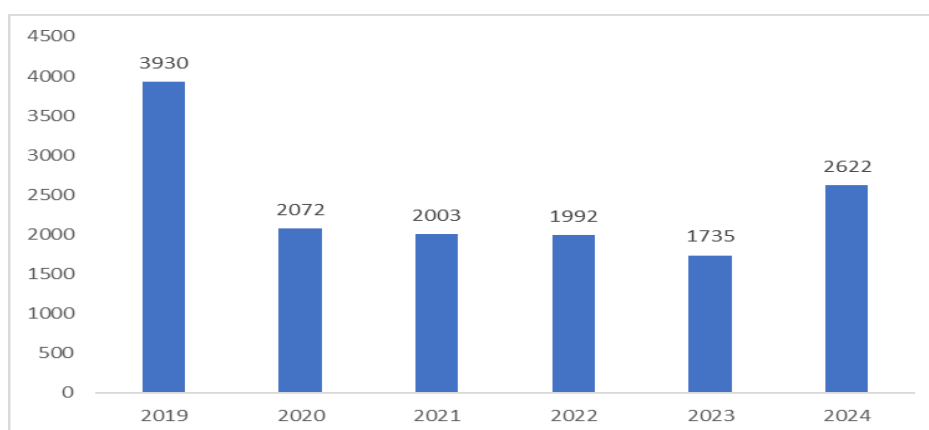
Foram selecionados os dados referentes a internações em crianças de até 4 anos devido a gastroenterites e diarreia de origem infecciosa presumível (código A09 da Classificação Internacional de Doenças, 10ª revisão – CID 10), registradas no estado da Bahia, no período de 2019 a 2024. As variáveis estudadas foram: sexo, faixa etária, raça/cor, média de dias de permanência, valor médio da internação e taxa de mortalidade hospitalar.

Os dados foram acessados eletronicamente e organizados em planilhas do Microsoft Office Excel, possibilitando o cálculo de frequências relativas e a construção de tabelas e figuras. O estudo não foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa por utilizar dados secundários de domínio público, não envolvendo a participação direta de seres humanos.

RESULTADOS

Foi registrado um total de 14.354 internações de crianças de até 4 anos devido a gastroenterites e diarreia de origem infecciosa presumível no estado da Bahia, no período de 2019 a 2024. Em 2019, observou-se o maior número de internações do período analisado. A partir de 2020, verificou-se uma queda expressiva, sendo que, nos anos seguintes, de 2021 a 2023, os números mantiveram-se relativamente estáveis. Em 2023, o número de internações voltou a apresentar queda, chegando a 1.735, contudo, o ano de 2024 marca uma reversão, com um aumento expressivo dessas internações conforme visualizado na figura 1.

Figura 1: Evolução do número de internações por gastroenterites e diarreias em crianças de até 4 anos na Bahia registrados no Sistema de Informações Hospitalares do SUS na Bahia, no período de 2019 à 2024.



Fonte: SIH/SUS/DATASUS, 2025.

A análise das características das crianças de até 4 anos internadas devido a gastroenterites e diarreia de origem infecciosa presumível registrados no SIH revela que a maior parte delas era do sexo masculino (n=7654; 53%) na faixa etária de 1 a 4 anos (n=5797; 52,6%).

Tabela 1: Perfil das internações por gastroenterites e diarreias em crianças de até 4 anos na Bahia, segundo sexo, raça/cor, por faixa etária, no período de 2019 à 2024.

Variáveis	Faixa etária				Total	
	Menor de 1 ano		De 1 a 4 anos		N	%
Sexo	N	%	N	%	N	%
Masculino	1857	55,6	5797	52,6	7654	53,3
Feminino	1481	44,4	5219	47,4	6700	46,7
Raça/cor						
Branca	168	5,0	595	5,4	763	5,3
Preta	74	2,2	258	2,3	332	2,3
Parda	2784	83,4	9324	84,6	12108	84,4
Amarela	9	0,3	31	0,3	40	0,3
Indígena	3	0,1	4	0,0	7	0,0
Sem informação	300	9,0	804	7,3	1104	7,7
TOTAL	3338	23,3	11016	76,7	14354	100

Fonte: SIH/SUS/DATASUS, 2025.

Ao considerar a análise segundo os dias de permanência hospitalar, predominou crianças menores de 1 ano (n= 3,5), com maior custo médio por internação (R\$ 429,39) e maior taxa de mortalidade hospitalar (0,4). Em comparação às crianças de 1 a 4 anos, teve a menor taxa de mortalidade (n= 0,07).

Tabela 2: Internações por gastroenterites e diarreias em crianças de até 4 anos na Bahia, segundo média de dias de permanência, valor médio da internação e taxa de mortalidade, por faixa etária, no período de 2019 à 2024.

Variáveis	Faixa etária		Total
	Menor de 1 ano	De 1 a 4 anos	
Média de dias de permanência	3,5	2,9	3,0
Valor médio da internação (R\$)	429,39	353,12	370,85

Taxa de mortalidade (por 100)	0,4	0,07	0,15
-------------------------------	-----	------	------

Fonte: SIH/SUS/DATASUS, 2025.

CONCLUSÃO

A partir deste estudo é possível concluir que, o estado da Bahia apresentou no ano de 2024, um aumento significativo do número de internações por gastroenterites e diarreia de origem infecciosa presumível, números estes que não ocorriam desde 2019. Os dados expressam a necessidade da ampliação de programas que utilizem uma abordagem focada na diminuição da transmissão de doenças por meio da contaminação da água e/ou alimentos, bem como, no investimento em educação em saúde de fácil acesso à sociedade, voltada para a maneira correta de higienização dos alimentos, consequente a isso, a redução destas doenças.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Saúde. **Doenças diarreicas agudas (DDA)**. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/d/dda>. Acesso em: 03 de maio 2025.
- FREITAS, J. L. G., SILVA, P. P., MOREIRA, K. F. A., CAVALCANTE, D. F. B., SOUZA, M. H. N. & ALVES, J. C. Internações por condições sensíveis à Atenção Primária em crianças em Rondônia de 2008 a 2017. **Cogitare enferm.**, 25:e71904. 2020. Acesso em 03 de maio de 2025.
- LEMONS, R. F. Análise do perfil epidemiológico dos pacientes internados com diarreia e gastroenterite no Rio grande do Norte entre 2013-2022. **Revista Multidisciplinar em Saúde**, [S. l.], v. 4, n. 3, p. 107–112. 2023. Disponível em: <https://editoraintegrar.com.br/publish/index.php/rem/s/article/view/3912>. Acesso em: 03 de maio de 2025.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Diarrhoeal disease**, 2017. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/diarrhoeal-disease>. Acesso em 02 de maio de 2025.
- PEDRAZA, D. F. & ARAÚJO, E. M. N. Internações das crianças brasileiras menores de cinco anos: revisão sistemática da literatura. **Epidemiol. Serv. Saude**, 26(1):169-182. 2017. Acesso em 03 de maio de 2025.

ACIDENTES DE TRABALHO COM EXPOSIÇÃO A MATERIAIS BIOLÓGICOS NA BAHIA ENTRE 2019 E 2023

Flávia Carvalho Aranha¹

Andressa Rodrigues da Silva Lopes²

Silvana dos Santos Martins³

Natiellen Félix dos Santos⁴

Marcela Andrade Rios⁵

Thiago Martins Meira⁶

RESUMO

Introdução: Os acidentes de trabalho com exposição a material biológico (AT-BIO) representam um risco constante na área da saúde, especialmente entre profissionais da enfermagem. **Objetivo:** objetivo descrever o perfil dos acidentes de trabalho com exposição a material biológico entre profissionais da enfermagem na Bahia, no período de 2019 a 2023. **Método:** Estudo descritivo, transversal, agregado e baseado em dados secundários do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), disponibilizado pelo Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), sendo selecionados os dados de acidente de trabalho com exposição à material biológico referente ao estado da Bahia, nos anos de 2019 a 2023. **Resultados:** No período do estudo foram registrados 5702 casos relacionados a acidentes de trabalho com materiais biológico entre profissionais de enfermagem, passando de 3123 em 2019 para 3495 em 2023 o que representa um aumento percentual proporcional de 11%. **Conclusão:** A análise dos acidentes com material biológico destaca a necessidade de reforçar as políticas de segurança, com capacitação contínua dos profissionais de saúde. A maior ocorrência entre jovens recém-formados aponta para a importância de uma formação prática sólida e supervisão inicial.

Palavras-chave: Acidente ocupacional; Materiais biológicos; Saúde.

¹ Graduanda; Enfermagem; Universidade do Estado da Bahia; Flavia2019gbi@gmail.com

² Graduanda; Enfermagem; Universidade do Estado da Bahia; teudessa78@gmail.com

³ Graduanda; Enfermagem; Universidade do Estado da Bahia; silvanamartins1002@gmail.com

⁴ Graduanda; Enfermagem; Universidade do Estado da Bahia; natiellenfelix1@gmail.com

⁵ Doutora; Enfermagem; Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia; mrrios@uneb.br

⁶ Doutor em Odontologia; Docente da Universidade do Estado da Bahia; thiagomartinsm@gmail.com

INTRODUÇÃO

Os acidentes de trabalho com exposição a material biológico (AT-BIO) representam um risco constante na área da saúde, especialmente entre profissionais da enfermagem, devido ao contato direto ou indireto com sangue, saliva, urina e outros fluidos potencialmente contaminados. Esses acidentes por ventura causam danos à saúde física e emocional dos trabalhadores (BRASIL, 2023).

Os principais agentes envolvidos nesses acidentes incluem materiais perfurocortantes contaminados com sangue e outros fluidos corporais, que podem transmitir doenças infecciosas como HIV, hepatite B e hepatite C (TANNO et al., 2022). A frequência desses acidentes sugere falhas nos protocolos de segurança e descarte, o que compromete não só a saúde ocupacional, mas também o cuidado ambiental com os resíduos produzidos

Diante desse cenário, este trabalho tem como objetivo descrever o perfil dos acidentes de trabalho com exposição a material biológico entre profissionais da enfermagem na Bahia, no período de 2019 a 2023.

MÉTODOS

Estudo descritivo, transversal, agregado e baseado em dados secundários do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), disponibilizado pelo Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS).

Foram selecionados os dados de acidente de trabalho com exposição à material biológico referente ao estado da Bahia, nos anos de 2019 a 2023. As variáveis estudadas foram: quantidade de notificação por cidade, sexo, faixa etária, raça/cor, tipo de ocupação do trabalhador, evolução do caso e tipo de material.

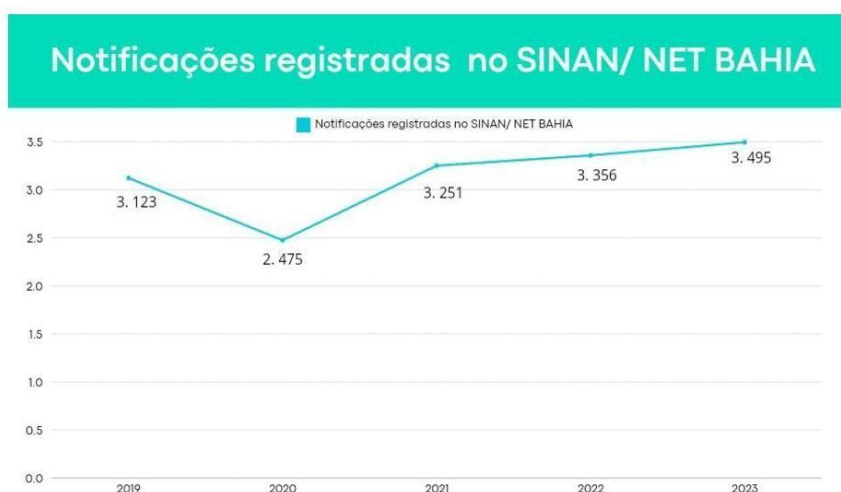
Os dados foram acessados de maneira online, sendo baixada planilha no formato CSV e posteriormente abertas no Microsoft Office Excel, o que possibilitou o cálculo de frequências relativas e construção das figuras e tabela.

Por se tratar de um estudo baseado em dados secundários e de acesso público não houve submissão a um Comitê de Ética em Pesquisa.

RESULTADOS

No período do estudo foram registrados 5702 casos relacionados a acidentes de trabalho com materiais biológico entre profissionais de enfermagem, passando de 3123 em 2019 para 3495 em 2023 o que representa um aumento percentual proporcional de 11%.

Figura 1. Frequência das notificações de acidentes com material biológico, segundo o DATASUS, no nordeste do Brasil, de 2019 a 2023.



Com relação às características dos trabalhadores acidentados, foi notado uma maior porcentagem no sexo feminino (77,07%), na faixa etária de 20 a 34 anos (n=67,66%), raça/cor parda (60,65%). Além disso, a maioria (n=41,03%) eram empregados registrados.

Em relação à evolução clínica, a maioria (25,48%) recebeu alta com o paciente fonte negativa, ou seja, os testes realizados para determinadas infecções ou doenças resultaram negativos, conforme mostra a tabela 1.

Tabela 1. Características das vítimas de acidentes com material biológico, segundo o DATASUS, na BAHIA, de 2019 a 2023.

Variáveis	Nº	%
Faixa etária		
20- 39	10.624	67,66
40- 59	4.472	28,48
60+	231	1,47
Sexo		
Masculino	3.593	22,88
Feminino	12.102	77,07
Ignorado	7	0,02
Raça/cor		
Branco	2.667	16,99
Preta	2.418	15,40
Parda	9.524	60,65
Outros	240	1,53
Ignorado/ branco	1.853	11,80
Evolução clínica		
Alta com conversão sorológica	296	1,89
Alta sem conversão sorológica	1.776	11,31
Alta paciente fonte negativo	4.001	25,48
Abandono	430	2,74
Ignorado/ branco	9.194	7,60
Óbito por acidente	2	0,01
Óbito por outra causa	3	0,02
Situação de mercado de trabalho		
Empregados registrados	6.443	41,03
Empregados não registrados	1.053	6,73
Autônomo	513	3,27
Servidor público estatutário	1.427	9,09
Servidor público celetista	1.058	6,74
Aposentado	21	0,13
Desempregado	53	0,34
Trabalho temporário	694	4,42
Cooperativo	445	2,83
Trabalho avulso	71	0,45
Empregador	28	0,18
Outros	2.065	13,15
Ignorados	1.811	11,53
Total	15.702	100

Fonte: Dados extraídos do DATASUS/BA, 2024.

CONCLUSÃO

A análise dos acidentes com material biológico destaca a necessidade de reforçar as políticas de segurança, com capacitação contínua dos profissionais de saúde. A maior ocorrência entre jovens recém-formados aponta para a importância de uma formação prática sólida e supervisão inicial. A vulnerabilidade feminina, o descarte inadequado de materiais e a carga horária excessiva reforçam a urgência de uma gestão eficiente e revisão das condições de trabalho para proteger os profissionais e garantir a qualidade do atendimento.

REFERÊNCIAS

Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. Boletim Epidemiológico: Acidentes de trabalho com exposição a material biológico em profissionais da enfermagem, 2018-2022. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2023. Disponível em: <https://www.cspdf.net/pdfDetail?eid=2e971fe44c&sid=4eec5f8a-ee0db540-7cfa7faf4d223ea1&area=2> Acesso em: 20/04/2024.

TANNO, Gabriela; OLIVEIRA, Giulia Zoratto de; SILVA, Francisca Roberta Oliveira; DANTAS, Lais; SANTOS, Eduarda Lavínia Carneiro; SANTOS, Beatriz Oliveira; BATISTA, Carolina de Carvalho Lima; OLIVEIRA, Rosa Carolina Santos de; RESENDE, Luana Teles de. Acidentes de trabalho com exposição a material biológico entre profissionais da enfermagem e medicina no Brasil. *Research, Society and Development*, v. 11, n. 15, e568111537511, 2022. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/365956081_Acidentes_de_trabalho_com_exposicao_a_material_biologico_entre_profissionais_da_enfermagem_e_medicina_no_Brasil. Acesso em: 20 maio 2024.



USO RACIONAL DA ÁGUA PARA LAVAGEM DAS MÃOS NO AMBIENTE HOSPITALAR: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Irene Brito Lima¹

Aline Batista Souza²

Alexandre de Almeida Soares³

Ivanete Fernandes do Prado⁴

Eliardo da Silva Oliveira⁵

Darlyane Antunes Macedo⁶

RESUMO: Introdução: A técnica de lavagem simples das mãos com água e sabão é enfaticamente recomendada para garantir a segurança do paciente e dos profissionais de saúde no ambiente hospitalar. Embora seus benefícios sejam amplamente reconhecidos na prevenção de infecções, seu uso inadequado pode resultar em impactos ambientais, especialmente no que se refere ao desperdício de água. Objetivo: Descrever a experiência de graduandos de enfermagem acerca do uso racional da água durante a lavagem das mãos em um contexto hospitalar. Métodos: Trata-se de um relato de experiência vivenciado por discentes da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus XII, durante o estágio curricular em uma unidade de internação de um hospital público da região sudoeste da Bahia. Resultados: No cotidiano das atividades, observou-se que, durante a fricção das mãos com sabão, muitos profissionais de saúde mantinham a torneira aberta durante todo o processo, promovendo desperdício hídrico significativo. Essa constatação provocou reflexões importantes sobre a necessidade de incorporação de práticas sustentáveis no cuidado em saúde. Conclusão: o relato contribuiu para despertar uma consciência crítica e ambiental entre os graduandos, além de reforçar a importância da sensibilização da equipe multiprofissional, pacientes e acompanhantes quanto ao uso consciente da água, sem comprometer a eficácia da higienização das mãos. A adoção de pequenas mudanças de atitude pode representar um passo significativo para a sustentabilidade no ambiente hospitalar.

¹ Graduanda do curso de Enfermagem pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus XII; E-mail: limairene039@gmail.com

² Graduanda do curso de Enfermagem pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus XII; E-mail: alinebatistasouza8@gmail.com

³ Graduando do curso de Enfermagem pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus XII; E-mail: alexandrealmeida.as83@gmail.com

⁴ Doutora em Educação Física; Docente Adjunta da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus XII. E-mail: iprado@uneb.br

⁵ Doutorando em Ciências da Saúde pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), E-mail: liiu_cba@hotmail.com

⁶ Mestra em Saúde coletiva: Políticas e Gestão em Saúde, E-mail: damacedo@uneb.br

PALAVRAS-CHAVE: Lavagem das mãos; Saúde; Meio ambiente; Água.

INTRODUÇÃO

A prática de lavagem das mãos pelos profissionais de saúde é uma atividade essencial, rigorosa e regular, que fornece resultados positivos na prevenção e controle de infecções relacionadas à assistência à saúde (IRAS). Sabe-se que sua implementação deve ocorrer de maneira contínua e padronizada, além de exigir baixo custo. No entanto, na realidade dos serviços de saúde, ainda persiste uma adesão insuficiente dos profissionais ao procedimento adequado, como preconizado pelas autoridades sanitárias mundiais (BELELA-ANACLETO; PERTELINI; PEDREIRA, 2017).

Nessa vertente, é importante mencionar a discussão sobre a segurança do paciente, em que a técnica de lavagem simples das mãos consiste na fricção das camadas superficiais das mãos com água e sabão em um intervalo de 40 a 60 segundos, com o objetivo de remover os microrganismos e demais sujidades. Essa prática é sempre indicada antes e após tocar o paciente, antes de realizar procedimento limpo/asséptico, após o risco de exposição a fluidos corporais e depois de tocar as superfícies próximas ao paciente (BRASIL, 2009).

Nesse contexto, um dos elementos essenciais para a lavagem das mãos é a água, fato que faz surgir problemas sobre o seu uso e possível desperdício, diante da necessidade de garantir uma sustentabilidade ambiental e uma gestão consciente dos recursos hídricos nos ambientes hospitalares (GOULART; DIAS; BUSATO, 2023). Para além de um controle de gastos financeiros, a responsabilidade profissional em relação ao uso da água é uma tarefa de preservação da vida humana, uma vez que os hospitais são grandes manejadores de recursos hídricos. Há evidências de que uma simples lavagem das mãos em torneiras sem retorno automático pode consumir até 1,2 L/min (NERI JÚNIOR; VARALLO; NADAI, 2020).

Diante disso, é necessário compreender o comportamento dos profissionais de saúde em relação ao uso da água como um recurso vital do meio ambiente e as reais implicações do seu uso de forma desenfreada no ambiente hospitalar, que ocasiona impactos impactantes econômicos e ambientais. Assim, é fundamental refletir sobre a necessidade de adoção, pelos profissionais, pacientes e acompanhantes, de práticas sustentáveis no consumo da água durante a higienização das mãos. Diante do exposto, o objetivo deste estudo é descrever a experiência de graduandos de enfermagem sobre o uso racional da água para lavagem das mãos no ambiente hospitalar.

MÉTODOS

Trata-se de um estudo de cunho descritivo, do tipo relato de experiência, realizado por meio da vivência de acadêmicos de Enfermagem da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), DEDC, Campus XII, em hospital público localizado na região do sudoeste baiano.

O presente estudo utilizou-se de uma abordagem observacional realizada pelos graduandos do curso de enfermagem matriculados na disciplina de "Estágio Curricular Supervisionado II", sob orientação de três docentes que também realizam preceptoria nesse campo de prática, durante o mês de abril de 2025.

Para a realização deste estudo, foram necessárias três etapas, iniciando-se com a problematização da realidade pelos graduandos de Enfermagem acerca do uso de água na lavagem simples das mãos pelos diversos profissionais de saúde que compõem a unidade hospitalar em caráter multidisciplinar. A segunda etapa deu-se em um diálogo reflexivo e crítico entre discentes e docentes sobre o consumo hídrico para higienização das mãos no ambiente hospitalar em que estão inseridos no estágio, com orientações para o delineamento metodológico do relato. E a terceira etapa ocorreu com a materialização e escrita da experiência, com busca de literaturas científicas relevantes para aprofundamento teórico do manuscrito.

Não foi necessária a submissão desta pesquisa ao Comitê de Ética e Pesquisa da UNEB, visto que se trata de um estudo com observações e relato de experiências dos próprios graduandos de Enfermagem envolvidos nas atividades de estágio em um dos setores da unidade hospitalar, não envolvendo a participação direta de seres humanos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante do conhecimento sobre o uso racional e responsável da água, que se trata de um recurso imprescindível para a vida em diversos segmentos, surgiu a necessidade de discutir métodos que evitem o seu desperdício, mas que não interfiram na efetividade e qualidade da técnica de lavagem das mãos pelos profissionais de saúde. Observou-se, inicialmente, que durante a fricção das mãos é comum ocorrer esse desperdício, principalmente pela ausência de torneiras adequadas e também pela manutenção da mesma aberta durante todo o processo, contrariando as diretrizes de uso racional desse recurso.

Segundo o Ministério da Saúde (2021), a preocupação com a higiene das mãos está presente entre os cuidados realizados pelos profissionais de saúde, mesmo quando o contato com os pacientes ocorre apenas de forma indireta, visto que os microrganismos podem ser transmitidos por superfícies, equipamentos ou objetos contaminados, variando conforme a

atividade realizada. Em muitos casos, os riscos de infecção não são visíveis de imediato, podendo incluir a transmissão de bactérias multirresistentes, vírus e outros agentes patogênicos, especialmente em ambientes hospitalares.

Observou-se na prática que os profissionais do setor demonstram consciência quanto à importância da higienização das mãos, bem como à necessidade de evitar o consumo excessivo de água, devido à alta frequência desse procedimento durante o plantão. De fato, a adesão ao protocolo institucional é mantida em cumprimento às normas estabelecidas, embora os profissionais compreendam que o modelo de torneira em uso contribui para o desperdício de água, principalmente no momento da lavagem das mãos.

Ressalta-se que uma limitação presente é o tipo de torneira disponível no setor, pois este afeta diretamente os hábitos de uso diário. Ainda nessa análise, os lavatórios que possuem torneiras com sensor ou fechamento automático facilitam a lavagem correta das mãos e também evitam o gasto exagerado de água. Evidências científicas mostram que o ato de fechar a torneira manualmente pode comprometer a técnica correta de lavagem das mãos e, por isso, a tendência é deixar a água correndo durante todo o procedimento (NERI JÚNIOR; VARALLO; NADAI, 2020).

Apesar de não ter sido mensurada a quantidade de água utilizada durante esse procedimento, a observação direta permitiu refletir sobre a importância da atenção durante a lavagem das mãos no dia a dia hospitalar, que pode contribuir para a sustentabilidade dos serviços de saúde. Assim, a experiência relatada reforça que é imprescindível inserir o uso racional da água como um componente das boas práticas no ambiente hospitalar, promovendo não apenas segurança para pacientes e profissionais da saúde, mas também fomentando a responsabilidade ambiental.

CONCLUSÃO

A partir da realidade do relato, conclui-se que a prática da lavagem correta das mãos é essencial para a prevenção de infecções nos serviços de saúde e pode ser conciliada com estratégias de uso racional da água. A inserção do uso racional da água como componente das boas práticas hospitalares é fundamental para assegurar a segurança dos pacientes e profissionais, além de fomentar a responsabilidade ambiental.

Portanto, a adoção de tecnologias adequadas, como torneiras com sensor ou fechamento automático, torneiras com temporizador e torneiras com acionamento por pedal, aliada à capacitação contínua das equipes, pode aperfeiçoar os processos de lavagem das mãos,

promovendo a segurança do paciente e o uso consciente dos recursos ambientais. Assim, torna-se imprescindível integrar sustentabilidade e qualidade assistencial como pilares indissociáveis da atenção à saúde.

REFERÊNCIAS

BELELA-ANACLETO, A. S. C.; PETERLINI, M. A. S.; PEDREIRA, M. L. G. Higienização das mãos como prática do cuidar: reflexão acerca da responsabilidade profissional. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 70, n. 2, p. 442-445, 2017. DOI: 10.1590/0034-7167-2016-0189. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2016-0189>. Acesso em: 1 maio 2025.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Manual de referência técnica para higiene das mãos**. Brasília: Anvisa, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/servicosdesaude/prevencao-e-controle-de-infeccao-e-resistencia-microbiana/ManualdeReferenciaTcnica.pdf>. Acesso em: 3 maio 2025

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Segurança do Paciente em Serviços de Saúde: Higienização das Mãos**. Brasília: Anvisa, 2009. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/servicosdesaude/prevencao-e-controle-de-infeccao-e-resistencia-microbiana/ManualdeReferenciaTcnica.pdf>. Acesso em: 2 maio 2025.

GOULART, M. G. S.; DIAS, K. B.; BUSATO, I. M. S. Boas práticas de gestão em meio ambiente – uma análise de relatórios de sustentabilidade de hospitais de grande porte do Brasil. **Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade**, Curitiba, v. 12, n. 23, p. 59-76, 2023. Disponível em: <https://www.revistasuninter.com/revistameioambiente/index.php/meioAmbiente/article/view/1127>. Acesso em: 2 maio 2025.

NERI JÚNIOR, W. A.; VARALLO, F.; NADAI, T. Impacto da gestão do consumo de água no Hospital Estadual Américo Brasiliense: um estudo piloto. **Jornal Brasileiro de Economia da Saúde**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 42-48, 2020. Disponível em: <https://www.jbes.com.br/index.php/jbes/article/view/181>. Acesso em: 2 maio 2025.



RESÍDUOS HOSPITALARES E SEU IMPACTO AMBIENTAL: DESAFIOS PARA UMA GESTÃO SUSTENTÁVEL NA SAÚDE

Mariana Moreira de Oliveira¹

Karen Camile Pereira Guimarães²

José Álvaro dos Santos Costa³

Tauany Vitória Silva de Carvalho⁴

Rayanne Neves Souza⁵

Alan Rodrigues Azevedo⁶

RESUMO: A crescente geração de resíduos hospitalares representa um desafio significativo para a gestão ambiental e sanitária, especialmente em ambientes críticos, como centros cirúrgicos. Esses resíduos, muitas vezes perigosos, exigem descarte adequado, porém a falta de capacitação e informação entre os profissionais de saúde compromete a segurança, o meio ambiente e eleva os custos institucionais. **Objetivo:** Discutir os desafios relacionados ao gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde (RSS), com foco no descarte em centros hospitalares, no controle de custos e na busca por soluções sustentáveis. **Método:** Foi feita uma revisão narrativa da literatura, utilizando as bases de dados Scielo, LILACS e Elsevier utilizando os descritores saúde and meio ambiente and sustentabilidade. **Resultados:** Das bases de dados Scielo, LILACS e Elsevier, foram selecionados 42 artigos, dos quais 7 foram utilizados para a pesquisa. Evidenciaram-se práticas inadequadas de descarte, influenciadas por infraestrutura deficiente e ausência de treinamento adequado. Também permitiram estimar os custos associados e reforçaram a importância de políticas públicas eficazes. **Conclusão:** Percebe-se que a melhoria da gestão dos resíduos hospitalares é urgente, exigindo investimentos em educação ambiental, capacitação profissional e o envolvimento de gestores e sociedade. A adoção de práticas mais responsáveis e integradas é essencial para promover o equilíbrio entre desenvolvimento econômico, preservação ambiental e saúde coletiva.

¹Estudante do Curso de Bacharelado em Enfermagem da Universidade do Estado da Bahia - UNEB. E-mail:mariana.enf.uneb@gmail.com

²Estudante do Curso de Bacharelado em Enfermagem da Universidade do Estado da Bahia - UNEB. E-mail:karencamilepereiraguimaraes@gmail.com

³Estudante do Curso de Bacharelado em Enfermagem da Universidade do Estado da Bahia - UNEB. E-mail:alvaro27.santos.jll@gmail.com

⁴Estudante do Curso de Bacharelado em Enfermagem da Universidade do Estado da Bahia - UNEB. E-mail:silvadecarlohotauany480@gmail.com

⁵Estudante do curso de Bacharelado em Enfermagem da Universidade do Estado da Bahia - UNEB. E-mail:rayannenevessouza@gmail.com

⁶Doutorando em Ciências da Saúde; Docente da Universidade do Estado da Bahia - UNEB. E-mail:alanuroped@gmail.com

Palavras-chave: Saúde; Sustentabilidade; Meio ambiente.

INTRODUÇÃO:

Segundo a Organização Mundial (OMS, 2024), aproximadamente 15% dos resíduos sólidos originados das atividades de saúde possuem alguma característica perigosa. Essa intensificação na geração de resíduos de serviços de saúde (RSS) tem se tornado uma preocupação significativa, tanto do ponto de vista ambiental quanto sanitário (MOLINARI, 2015). Práticas inadequadas de descarte, especialmente em centros cirúrgicos, podem gerar riscos significativos de ordem ambiental, econômica e social (PATRÍCIO et al., 2022).

Cumprir ressaltar que, a falta de capacitação dos profissionais e a ausência de políticas públicas eficazes agravam a situação, resultando em impactos negativos para a saúde pública e ao meio ambiente (OMS, 2024). Nesse contexto, torna-se indispensável a adoção de práticas seguras, baseadas em normativas como a Resolução RDC nº 306/2004 da ANVISA, que orienta o gerenciamento adequado desses resíduos, promovendo a proteção coletiva e a sustentabilidade ambiental.

Destaca-se a importância deste estudo que reside na busca por estratégias que possam promover serviços de saúde eficientes com práticas sustentáveis de gerenciamento de resíduos. Diante disso, este estudo tem como objetivo analisar os desafios relacionados à geração, descarte e riscos dos resíduos de serviços de saúde, propondo práticas sustentáveis que contribuam para uma gestão eficiente e ambientalmente responsável no setor da saúde. O objetivo desse estudo foi discutir os achados da literatura referentes aos resíduos hospitalares e seu impacto ambiental, através de estudos originais.

MÉTODOS:

A presente pesquisa, trata-se de um estudo descritivo, do tipo revisão narrativa, elaborado a partir de dados coletados em plataformas digitais, a fim de analisar os desafios relacionados à geração, descarte e riscos dos resíduos de serviços de saúde, e evidenciar a importância do descarte correto dos resíduos hospitalares para a saúde coletiva e a sustentabilidade do meio ambiente. A busca na literatura foi realizada nas bases de dados: SciELO, LILACS, e Elsevier, para execução da pesquisa utilizou-se as palavras chaves: saúde, meio ambiente e sustentabilidade, combinados com o operador booleano AND, conforme necessidade da base.

Como critério de inclusão para a pesquisa, definiu-se apenas artigos dentro do tema proposto, publicados entre 2012-2024, disponíveis na íntegra de forma gratuita e com os idiomas inglês e português.

RESULTADOS:

Nesse contexto, foram utilizadas as bases de dados Scielo, LILACS e Elsevier utilizando as palavras-chave relacionadas ao tema. Inicialmente, foram encontrados 358 artigos, referentes aos resíduos hospitalares e seu impacto ambiental. Após a aplicação dos filtros referentes ao idioma (português) e o período de publicação (2012-2025), restaram 42 artigos, dos quais sete apresentaram maior relevância com o tema, e foram selecionados os disponíveis em artigo completo, sendo excluídos os demais títulos que não apresentavam relevância com o tema.

Pode-se observar que o atual modelo econômico em vigência influi na alta produção de resíduos, sejam Resíduos Sólidos Domésticos (RSD) ou Resíduos de Serviços de Saúde (RSS). De fato, cerca de 15% dos RSS (WHO, 2015) possuem periculosidade e necessitam tratamento, ou seja, o restante desse percentual estaria relacionado aos resíduos que precisam receber a mesma atenção, destinação e tratamento dos lixos domésticos. Isso se dá em função da presença de materiais contaminantes em ambos rejeitos, como absorventes, preservativos, vidros quebrados, materiais pontiagudos, entre outros.

Ademais, os profissionais da saúde relatam ter consciência sobre a produção dos RSS, todavia, não sabem sobre a destinação final dada a esses resíduos, seja por não ser um serviço de sua autonomia, ocasionando comodismo, ou por não terem sido instruídos sobre as consequências de tal descarte inadequado à saúde coletiva. A partir desse contexto, é possível analisar a tabela seguinte com um olhar mais crítico:

Quadro 1 - Identificação e descrição dos fatores que levaram a um descarte incorreto de resíduos sólidos de serviços de saúde (RSS) dentro das salas cirúrgicas, 2017.

1 - Presença de tampa na lixeira de resíduo comum	A tampa da lixeira de resíduo comum apresentou-se como fator limitante ao descarte correto. Os profissionais descartavam muito mais nas lixeiras que não tinham tampa (comumente destinada para infectante) pela facilidade e praticidade, fosse por não terem que apertar o pedal da tampa, fosse somente pela praticidade de arremessar o resíduo. Esse fator mostrou-se favorável quando o resíduo em questão era infectante, mas desfavorável quando comum. Nesse caso, havia perda de resíduo comum no lixo destinado para infectante.
2 - Tamanho da sala	O tamanho da sala e a disposição dos equipamentos tornou-se limitante. Quando o procedimento cirúrgico era muito complexo e envolvia diversos equipamentos, o circulante responsável pelo descarte comumente se mantinha no mesmo local. Dessa forma, se a lixeira não estivesse disposta de maneira a favorecer seu descarte e também o eventual descarte por outros profissionais, como médicos e residentes – que pelo tamanho da sala também não se locomoviam com tanta facilidade –, o descarte era frequentemente incorreto.
3 - Disposição das lixeiras	A disposição das lixeiras mostrou-se um dos fatores mais importantes. Neste caso, quando o profissional responsável pelo descarte tinha uma logística correta na disposição da lixeira – de forma a manter a destinada a infectante próximo ao campo cirúrgico e aos médicos e a comum longe do alcance deles –, os descartes eram comumente realizados de forma correta. No entanto, quando o profissional não se preocupava com a logística, deixando a lixeira para resíduo comum mais perto dos médicos que a de infectante, o resultado era o oposto.
4 - Tempo de cirurgia	Notou-se que, conforme o tempo de cirurgia aumentava, os profissionais tornavam-se menos atentos e preocupados com o descarte. Ou seja, em cirurgias mais longas a tendência ao descarte incorreto aumenta.
5 - Complexidade da cirurgia	Em procedimentos cirúrgicos mais complexos, foi comum notar grande número de descartes de infectantes e abertura de embalagens seguidamente. Dessa forma, quando o profissional responsável pelo descarte tinha muitas tarefas, ele comumente realizava o descarte na lixeira mais próxima. Também se observou que, nesses procedimentos, os médicos realizavam um número consideravelmente alto de descartes. Nos casos em que a lixeira mais próxima disponível era a de resíduo comum, houve mistura de infectante no comum. No entanto, o oposto repetiu-se com bastante frequência: embalagens do tipo SMS, utilizada para cobrir materiais cirúrgicos, foram descartadas na lixeira branca.
6 - Ausência de lixeira para resíduo comum destinada à equipe de anestesiologia	Não havia uma lixeira de resíduo comum exclusiva para os anestesiológicos, somente a de infectantes. Dessa forma, como esse profissional não pode se locomover frequentemente dentro da sala operatória, realizava todos os descartes de embalagens na lixeira de infectantes. Mas vale destacar que a grande maioria do resíduo descartado pelos anestesiológicos é de embalagens potencialmente recicláveis, e que deveria haver outra lixeira para os descartáveis.

Patrício et al. (2022)

Dessa maneira, de 75 a 90% dos RSS podem ser equiparados aos RSD e descartados como resíduos comuns (ANVISA, 2006). Desse modo, esse estudo teve como objetivo analisar a gestão e descarte dos RSS, abordando tanto a perspectiva ambiental quanto a econômica. Com isso, a destinação adequada a cada tipo de resíduo permite a redução dos custos de tratamento, o que propicia o processamento adequado de cada um deles, o que será possível a partir do mapeamento dos processos e da gestão de custos nos centros cirúrgicos, a fim de reduzir os impactos do descarte incorreto de RSS na saúde pública e no meio ambiente (PATRÍCIO et al., 2022) uma vez que a destinação incorreta dos RSS aumenta os riscos de infecção da equipe de limpeza, apresentando um risco à saúde pública.

A partir desse estudo, foi possível encontrar resultados de deficiências na gestão de resíduos hospitalares, mostrando desafios na implementação de políticas eficientes, além da falta de atenção dos profissionais trabalhadores da rede de saúde, uma vez que não sabiam a destinação final dos resíduos e, conscientemente, descartavam RSS em locais incorretos. Por meio disso, a implementação de medidas sustentáveis não só reduzirão os custos, como também irão minimizar os riscos à saúde da sociedade.

Portanto, a sustentabilidade ambiental implica utilizar os recursos do planeta pensando na garantia para as futuras gerações, na qual elas também devem ter acesso aos recursos naturais.

CONCLUSÃO:

Este estudo demonstra a importância do descarte correto dos resíduos hospitalares para a saúde coletiva e a sustentabilidade do meio ambiente, ao mostrar que a maioria desses elementos são excluídos de forma inapropriada. Os resultados indicam que há um grande comodismo diante dessa situação dos profissionais da saúde por não estarem cientes do destino final desses RSS. No entanto, é importante considerar as limitações do estudo, como a criação de estratégias que promovam serviços de saúde eficientes para o gerenciamento destes. Futuras pesquisas poderão explorar como são utilizados e de que forma podem causar um impacto no meio ambiente e na saúde, contribuindo para um maior entendimento desses resíduos e seu descarte na sociedade.

REFERÊNCIAS:

MOL, M. P. G.; CUSSIOL, N. A. M.; HELLER, L. **Destinação de resíduos de serviços de saúde do subgrupo A4: política baseada em evidência ou em intuição?** Engenharia Sanitária e Ambiental, v. 22, n. 6, p. 1037-1041, nov./dez. 2017. DOI: [10.1590/S1413-41522017152421](https://doi.org/10.1590/S1413-41522017152421). Acesso em: 30 abr 2025.

NOGUEIRA, D. N. G.; CASTILHO, V. **Resíduos de serviços de saúde: mapeamento de processo e gestão de custos como estratégias para sustentabilidade em um centro cirúrgico.** REGE – Revista de Gestão, São Paulo, v. 23, n. 3, p. 362–374, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.rege.2016.09.007>. Acesso em: 30 abr 2025.

SILVA, I. T. S.; BONFADA, D. **Resíduos sólidos de serviços de saúde e meio ambiente: percepção da equipe de enfermagem.** Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste, Fortaleza, v. 13, n. 3, p. 650-657, 2012. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=324027982018>. Acesso em: 26 abr 2025.

SILVA, M. G. **Sustentabilidade socioambiental e a retórica neodesenvolvimentista: apontamentos sobre meio ambiente e saúde no Brasil.** Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 123, p. 428–446, jul./set. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.031>. Acesso em: 30 abr 2025.

SILVEIRA, M.; ARAÚJO NETO, M. D. N. **Licenciamento ambiental de grandes empreendimentos: conexão possível entre saúde e meio ambiente.** Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 19, n. 9, p. 3829-3838, 2014. DOI: [10.1590/1413-81232014199.20062013](https://doi.org/10.1590/1413-81232014199.20062013). Acesso em: 26 abr 2025.

PATRÍCIO, K.; AMORIM, A. R.; BORGES, B. Z. R. **O descarte incorreto de resíduos sólidos em um centro cirúrgico: um problema ambiental, econômico e social.** Engenharia Sanitária e Ambiental, v. 27, n. 3, p. 617–623, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-41522020305>. Acesso em: 30 abr 2025.

LIXÃO A CÉU ABERTO DE GUANAMBI: IMPACTOS NA SAÚDE E NO MEIO AMBIENTE – RELATO DE EXPERIÊNCIA

Lorraine Montalvão Viana¹

Silvana dos Santos Martins²

Franciele Neves de Souza³

Thiago Martins Meira⁴

Marcela Andrade Rios⁵

RESUMO

Introdução: O processo de desenvolvimento e expansão das zonas urbanas tem contribuído significativamente para o surgimento de diversos impactos ambientais negativos. Nesse cenário, a produção e o descarte inadequado de resíduos sólidos, como ocorre nos lixões a céu aberto, tornam-se elementos centrais na degradação ambiental e nos riscos à saúde pública.

Objetivo: relatar a experiência de discentes de enfermagem em visita realizada em lixão de cidade do interior da Bahia. **Método:** Trata-se de um relato de experiência fundamentado em uma visita técnica realizada ao antigo lixão do município de Guanambi, Bahia, no ano de 2024, com abordagem qualitativa e descritiva, baseada em observações diretas e em referências teóricas sobre o tema. Tal estudo partiu da observação das condições do local e compreensão dos impactos que o descarte de resíduos pode causar à saúde da população e ao meio ambiente.

Resultados: Durante a visita foram observadas condições precárias, como a presença de indivíduos catadores de material reciclável sem equipamentos de proteção, em contato direto com os resíduos, o que os torna vulneráveis a diversas doenças, incluindo arboviroses, problemas respiratórios e infecções gastrointestinais. Além disso, foram constatados fortes odores, poluição visual, contaminação do solo e presença de vetores, demonstrando os riscos ambientais e sociais desse tipo de destinação. **Conclusão:** A experiência reforça a urgência de medidas efetivas para o encerramento dos lixões, substituindo-os por sistemas de manejo adequado, e destaca a importância da inclusão social dos catadores e de políticas públicas que promovam saúde, segurança e preservação ambiental.

¹ Graduanda em Enfermagem pela Universidade do Estado da Bahia; Campus XII; E-mail:lorrannemontalvao@gmail.com.

² Graduanda em Enfermagem pela Universidade do Estado da Bahia; Campus XII; E-mail:silvanamartins1002@gmail.com.

³ Graduanda em Enfermagem pela Universidade do Estado da Bahia; Campus XII; E-mail:francielenesunesneb@gmail.com.

⁴ Doutor em Odontologia; Docente da Universidade do Estado da Bahia; Campus XII; E-mail:thiogomartinsm@gmail.com

⁵ Doutora em Ciências da Saúde. Docente da Universidade do Estado da Bahia; Campus XII. E-mail:mrios@uneb.br

Palavras-chave: Resíduos sólidos; Lixões; Saúde pública.

INTRODUÇÃO

O processo de desenvolvimento e expansão das zonas urbanas ao longo do tempo tem colaborado para o surgimento de inúmeros efeitos ambientais adversos. A origem e o desenvolvimento da sociedade sempre estiveram associados à produção de resíduos sólidos provenientes de diferentes ações humanas, sendo esses resíduos atualmente reconhecidos como um dos principais responsáveis pelos impactos ao meio ambiente (Costa *et al.*, 2016).

Nesse contexto, o lixo é compreendido como qualquer tipo de resíduo resultante das atividades humanas ou originado de processos naturais em áreas urbanas. De acordo com definições encontradas em dicionários, o termo refere-se a sujeira, impureza ou objetos considerados inúteis, antigos ou sem valor. Do ponto de vista técnico, o lixo é equivalente a resíduos sólidos, sendo formado por materiais descartados a partir das ações humanas (Silva *et al.*, 2015).

Os lixões, também chamados de vazadouros a céu aberto, representam uma maneira inadequada de destinar resíduos e rejeitos, caracterizando-se pelo descarte direto desses materiais no solo, sem a aplicação de técnicas apropriadas ou medidas de controle ambiental (Brasil; 2011, apud Brito *et al.* 2019). No entanto, o uso de lixões a céu aberto ainda é recorrente em diversos municípios, mesmo com a existência da Política Nacional de Resíduos Sólidos, que estabelece normas para o manejo adequado dos resíduos e incentiva a substituição desses depósitos irregulares por aterros sanitários, considerados uma forma mais adequada de descarte (Sousa; Ferreira; Carvalho; 2019).

A disposição inadequada de resíduos sólidos a céu aberto contribui para a proliferação de vetores, que podem atuar como transmissores de agentes patogênicos, oferecendo riscos à saúde das pessoas que frequentam ou vivem nas proximidades desses locais (Costa *et al.*, 2016). Em tais espaços, a qualidade ambiental encontra-se comprometida, com níveis de contaminação nas águas subterrâneas e superficiais, no ar e no solo, o que pode causar alterações na biodiversidade local e impactos na saúde da população. A água poluída e os animais atraídos pelos resíduos representam riscos significativos de transmissão de doenças, especialmente para os catadores que convivem nesse ambiente. Além disso, a contaminação do solo contribui para a perda de sua capacidade produtiva (Sousa; Ferreira; Carvalho; 2019).

Diante disso, esse estudo tem por objetivo relatar a experiência de discentes de enfermagem em visita realizada em lixão de cidade do interior da Bahia.

MÉTODOS

Este relato de experiência foi elaborado com base em uma visita técnica realizada por discentes de Enfermagem da disciplina Meio Ambiente e Saúde ao antigo lixão a céu aberto do município de Guanambi, Bahia, no período de 14 de maio de 2024.

O lixão a céu aberto, utilizado para depositar os resíduos urbanos de uma população de 93.065 habitantes, possuía mais de 30 hectares de área e localização em uma das saídas da cidade (Guanambi, 2024). A visita ocorreu com o objetivo de observar as condições do local e refletir sobre os impactos ambientais e de saúde pública decorrentes da disposição inadequada de resíduos. Durante a atividade, foram realizadas observações diretas in loco, com registro das características físicas da área. O estudo adota abordagem qualitativa e descritiva, sendo fundamentado na vivência dos participantes e em referências teóricas que abordam a problemática dos resíduos sólidos.

RESULTADOS

Durante a visita ao lixão foi possível observar condições extremamente precárias. O ambiente insalubre, com forte odor e grande acúmulo de resíduos a céu aberto, o que pode levar a contaminação do solo. Foi possível observar a presença de pessoas que atuavam como catadores de materiais recicláveis, vivendo em situação de vulnerabilidade, com pequenas barracas montadas no entorno do lixão.

A atividade de coleta, feita por tais catadores, sem qualquer tipo de equipamento de proteção, expõe esses trabalhadores a riscos diversos, incluindo contaminações, acidentes e doenças. Nesse contexto, a inalação de fumaça e a presença de vetores são fatores determinantes para o agravamento da saúde dos catadores, que, por estarem mais expostos e em contato direto e prolongado com o ambiente, tornam-se mais vulneráveis a diferentes enfermidades, como arboviroses, problemas respiratórios e infecções gastrointestinais (Melo; 2024). Além disso, o impacto ambiental era evidente, com proliferação de insetos e poluição visual e atmosférica.

Foi possível observar a presença de fumaça resultado da queima de resíduos sólidos, bem como áreas com presença de chorume. A visualização de tal ambiente insalubre e de risco ambiental reforça a reflexão sobre a necessidade do fechamento dos lixões ainda ativos no Brasil e construção de aterros sanitários.

No mês de agosto do ano de 2024, três meses após a realização da visita técnica, o lixão do município foi desativado e iniciado o programa de recuperação de área degradada (Guanambi, 2024).

CONCLUSÃO

A experiência vivenciada durante a visita técnica ao lixão de Guanambi, evidenciou as sérias consequências da disposição inadequada de resíduos sólidos, tanto para o meio ambiente quanto para a saúde humana. As condições observadas, como a presença de catadores em situação de vulnerabilidade, à poluição ambiental e os riscos à saúde, reforçam a importância da implementação efetiva de políticas públicas voltadas à gestão adequada dos resíduos. O estudo também ressalta a necessidade de ações educativas e estruturais que garantam um descarte sustentável e digno, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população e para a preservação ambiental.

REFERÊNCIAS

BRITO, Fábio Sergio Lima *et al.* Impactos socioambientais provocados por um vazadouro a céu aberto: uma análise no distrito de Marudá/PA. **Revista Ibero-Americana de Ciências Ambientais**, v. 10, n. 5, p. 128-139, 2019. Acesso em: 01 de maio de 2025

COSTA, Tancio Gutier Ailan *et al.* Impactos ambientais de lixão a céu aberto no Município de Cristalândia, Estado do Piauí, Nordeste do Brasil. **Revista Brasileira de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 3, n. 4, p. 79-86, 2016. Acesso em: 02 de maio de 2025.

GUANAMBI. Secretaria de Meio Ambiente. **Prefeitura de Guanambi completa cinco meses de desativação do Lixão; problema social, ambiental e de saúde pública durou mais de 40 anos.** 2024. Disponível em: https://www.guanambi.ba.gov.br/noticias/prefeitura_de_guanambi_completa_cinco_meses_de_desativacao_do_lixao;_problema_social,_ambiental_e_de_saude_publica_durou_mais_de_40_anos-25167. Acesso em: 02 de maio de 2025

MELO, Gelvane Lino. O lixão e suas implicações à saúde dos catadores de materiais recicláveis: um estudo de caso. 2024. Disponível em: https://monografias.ufma.br/jspui/bitstream/123456789/8251/1/TCC_Gelvane_Lino.pdf, Acesso em: 01 de maio de 2025.

SILVA, Arthur Ribeiro de Souza *et al.* Impactos ambientais referentes à não coleta de lixo e reciclagem. **Caderno de Graduação-Ciências Exatas e Tecnológicas-UNIT-Alagoas**, v. 2, n. 3, p. 63-76, 2015. Acesso em: 01 de maio de 2025.

SOUSA, Gustavo Lemos de; FERREIRA, Vitória Talita de Oliveira; CARVALHO GUIMARÃES, Jairo de Carvalho. Lixão a céu aberto: implicações para o meio ambiente e para a sociedade. **Revista Valore**, v. 4, p. 367-376, 2019. Acesso em: 01 de maio de 2025.

SANEAMENTO BÁSICO PRECÁRIO: PRÁTICAS E SABERES DA ENFERMAGEM NA PROMOÇÃO DA SAÚDE EM CONTEXTOS DE VULNERABILIDADE

Daniele Luísa Domingues Araújo ¹

Marcela Andrade Rios ²

Natiellen Félix dos Santos ³

Edilaine de Jesus Ribeiro ⁴

RESUMO O saneamento básico, considerado um direito humano, é um determinante social crucial da saúde, cuja ausência agrava desigualdades e favorece a ocorrência de doenças infectocontagiosas, especialmente em áreas vulneráveis. **Objetivo:** Este resumo busca analisar, por meio de uma revisão narrativa, a atuação da enfermagem no que se refere às práticas e saberes na promoção da saúde em contextos de vulnerabilidade social e infraestrutura sanitária precária. **Método:** Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, com buscas nas bases SciELO e PubMed, sendo selecionados artigos com base em critérios de relevância, idioma e período de publicação. **Resultados:** Os resultados revelam que a enfermagem atua de forma estratégica por meio da educação em saúde, vigilância ambiental, articulação intersetorial e uso de tecnologias acessíveis. Apesar de desafios como sobrecarga de trabalho e falta de formação em saúde ambiental, essas práticas têm impacto direto na redução da morbimortalidade e na promoção de ambientes saudáveis. **Conclusão:** Conclui-se que o fortalecimento da atuação da enfermagem nesse campo é essencial para enfrentar as desigualdades sociais e garantir o direito à saúde, especialmente em áreas com saneamento deficiente.

Palavras-chave: Enfermagem; Saneamento básico; promoção da saúde; vulnerabilidade social.

¹ Estudante do Curso de Bacharelado em Enfermagem da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Campus XII; E-mail: dldaraujo0206@gmail.com

² Doutora em Ciências da Saúde; Docente da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Campus XII; E-mail: mrios@uneb.br

³ Estudante do Curso de Bacharelado em Enfermagem da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Campus XII; E-mail: natiellenfelix1@gmail.com

⁴ Estudante do Curso de Bacharelado em Enfermagem da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Campus XII; E-mail: edilainejesusribeiro@gmail.com

INTRODUÇÃO

A Lei orgânica 8.080 do Sistema Único de Saúde (SUS) dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, e traz como fatores determinantes e condicionantes a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais (Brasil, 1990). Nessa perspectiva, o acesso ao saneamento básico é um direito humano fundamental e um componente essencial dos determinantes sociais da saúde, já que é responsável por garantir o abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo das águas pluviais urbanas (Brasil, 2007).

Nesse limiar, sabe-se que em todo o mundo, cerca de 66% das doenças são atribuídas à água contaminada, ao saneamento inadequado ou à higiene insuficiente (Prüss-Üstün et al., 2018). A ausência ou precariedade desses serviços se constitui um dos principais fatores que perpetuam as iniquidades em saúde no Brasil, principalmente em comunidades em situação de vulnerabilidade social — regiões periféricas urbanas, zonas rurais e territórios ocupados irregularmente, como favelas e comunidades ribeirinhas. Esse cenário corrobora o acometimento da população no que tange às doenças de veiculação hídrica — como diarreia infecciosa, cólera e esquistossomose —, às infecções parasitárias e à proliferação de vetores, como o mosquito da dengue (*Aedes Aegypti*) e o *Culex* (Prüss-Üstün et al., 2018).

Diante da persistente vulnerabilidade sanitária que compromete a saúde coletiva, justifica-se a presente investigação por buscar evidenciar o papel da enfermagem na promoção de práticas de saúde efetivas. Desse modo, este resumo busca analisar, por meio de uma revisão integrativa, a atuação da enfermagem no que se refere às práticas e saberes na promoção da saúde em contextos de vulnerabilidade social e infraestrutura sanitária precária.

MÉTODOS

Trata-se de uma revisão narrativa da literatura, realizada com o objetivo de analisar as ações de enfermagem na promoção da saúde em contextos de vulnerabilidade social e infraestrutura sanitária precária. Para realização da pesquisa utilizou-se os descritores em português: enfermagem, vulnerabilidade social, saneamento básico e promoção da saúde combinados com o operador booleano “AND” e “OR” para refinamento dos resultados. Após busca criteriosa nas bases de dados SciELO e PubMed foram selecionados artigos pertinentes ao tema. A

seleção baseou-se em critérios que avaliaram a relevância para o tema, disponibilidade do texto completo gratuito, artigos na íntegra em inglês ou português, e publicados no período de 2015 até o ano de 2025.

RESULTADOS

Foi encontrado um total de 375 artigos nas bases de dados supracitadas. Após filtragem dos resultados utilizando os critérios descritos acima (disponibilidade do texto completo gratuito, artigos disponíveis na íntegra em português ou inglês e publicados a partir de 2015 até o ano de 2025) restaram 37 artigos que após lidos seus títulos e resumos sete foram selecionados por possuírem relação com o tema da revisão.

Os resultados destacam que as condições de saneamento básico figuram entre os principais determinantes dos agravos à saúde humana, especialmente no que se refere às doenças infectocontagiosas. Cerca de 83% dos agravos à saúde e 23% das mortes prematuras são provocadas por exposição a ambientes insalubres e saneamento deficiente (Silva et al., 2019). Evidenciaram ainda, que as estratégias adotadas pelos enfermeiros contribuem, consideravelmente, para o enfrentamento das desigualdades e para a construção de comunidades mais saudáveis e sustentáveis.

Assim, foi possível analisar que as práticas mais utilizadas pelos profissionais para promoção da saúde foram ações de vigilância epidemiológica, educação em saúde, articulação intersetorial e utilização de tecnologias acessíveis (Amorim et al., 2025). Ademais, apesar dos desafios enfrentados pelos enfermeiros, tais intervenções mostraram-se essenciais para a diminuição da morbimortalidade e para a promoção de ambientes mais saudáveis, sobretudo em áreas marcadas por deficiências na infraestrutura sanitária e profundas desigualdades sociais.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, a enfermagem desempenha um papel essencial na promoção da saúde em territórios com precariedade de saneamento básico e vulnerabilidade social.

A atuação da enfermagem vai além do cuidado clínico e curativo, envolvendo ações de educação em saúde, vigilância em saúde ambiental, orientação sobre práticas sanitárias e articulação com redes de apoio comunitário e políticas públicas. Estas ações são formas eficazes de fomentar o empoderamento popular sobre temas como higiene, prevenção de doenças

infecção contagiosas e cidadania sanitária, e contribuem para o reconhecimento de que o acesso a condições dignas de saneamento é um direito humano e não apenas uma questão técnica. Assim, mesmo diante dos desafios (sobrecarga de trabalho, a falta de recursos, a resistência cultural, a falta de articulação intersetorial e a escassez de formação sobre saúde ambiental) as práticas educativas realizadas pelos profissionais da enfermagem podem contribuir para a transformação de realidades de exclusão sanitária e diminuição dos agravos de saúde que permeiam o cenário brasileiro.

REFERÊNCIAS

AMORIM, E. G.; NASCIMENTO, I. R. M. A. O papel dos enfermeiros da Atenção Primária à Saúde (APS) na quebra do ciclo de doenças e danos ambientais causados pela água contaminada em comunidades vulneráveis: uma revisão integrativa. **Research, Society and Development**, v. 14, n. 3, e0714348414, 2025. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v14i3.48414>. Acesso em: 02 maio 2025.

BRASIL. Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nºs 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências. **Diário Oficial da União: seção 1**, Brasília, DF, 8 jan. 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11445.htm. Acesso em: 02 maio 2025.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. **Diário Oficial da União: seção 1**, Brasília, DF, 20 set. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm. Acesso em: 02 maio 2025.

COSTA, N. DO R. Política Pública de Saneamento Básico no Brasil: ideias, instituições e desafios no Século XXI. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 28, n. 9, p. 2595–2600, set. 2023. DOI: 10.1590/1413-81232023289.20432022. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/37672449/>. Acesso em: 02 maio 2025.

LEITE, C. H. P.; MOITA NETO, J. M.; BEZERRA, A. K. L.. Novo marco legal do saneamento básico: alterações e perspectivas. **Engenharia Sanitária e Ambiental**, v. 27, n. 5, p. 1041–1047, set. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/esa/a/c9q3cL4bMT4L4KP7zCMxzCP/>. Acesso em: 03 maio 2025.

MAFFACCIOLLI, R.; OLIVEIRA, D. L. L. C. DE. Desafios e perspectivas do cuidado em enfermagem a populações em situação de vulnerabilidade. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 39, p. e20170189, 2018. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rgenf/a/X93Yj4pfs7DztyBsJp7P9HJ/>. Acesso em: 02 maio 2025.

MASSA, K. H. C. e CHIAVEGATTO, A. D. P. Saneamento básico e saúde autoavaliada nas capitais brasileiras: uma análise multinível. *Revista Brasileira de Epidemiologia* [online]. v. 23, e200050. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1980-549720200050>>. ISSN 1980-5497. <https://doi.org/10.1590/1980-549720200050>. Acesso em: 03 maio 2025.

PRÜSS-ÜSTÜN, A.; BOS, R.; GORE, F.; BARTRAM, J. Safer water, better health: costs, benefits and sustainability of interventions to protect and promote health. Geneva: **World Health Organization**, 2008. Disponível em:

<https://www.researchgate.net/publication/277802990>. Acesso em: 03 maio 2025.

SILVA, E. DE S.; OLIVEIRA, D. D. DE .; LOPES, A. P.. Acesso ao Saneamento básico e Incidência de Cólera: uma análise quantitativa entre 2010 e 2015. **Saúde em Debate**, v. 43, n. spe3, p. 121–136, dez. 2019. DOI: 10.1590/0103-11042019S309. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/KxsWDVxZ5pQsmVnqTJ8TxXb/?lang=pt>. Acesso em: 02 maio 2025.

ROA, L. A.; VARGAS, B. P. Saúde humana e harmonia com o meio ambiente. **Revista Med**, Bogotá, v. 24, n. 1, p. 111-122, janeiro de 2016. DOI: 10.1590/1983-1447.2018.20170189. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0121-52562016000100011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 02 de maio de 2025.



MENOPAUSA PRECOCE E FATORES AMBIENTAIS, IMPLICAÇÕES NA SAÚDE DAS MULHERES: REVISÃO INTEGRATIVA

Tainá Éveli Nogueira Chaves Prates¹;

Darlyane Antunes Macedo²;

Ivanete Fernandes do Prado³

RESUMO

Introdução: A menopausa precoce, caracterizada pela cessação da função ovariana antes dos 40 anos, impacta negativamente a saúde física e emocional das mulheres, aumentando o risco de doenças cardiovasculares, osteoporose e infertilidade. **Objetivo:** Descrever, a partir do que está descrito na literatura, a relação da menopausa precoce com os fatores ambientais. **Método:** A busca foi realizada nas bases SciELO, BVS e PubMed, utilizando os descritores "menopausa precoce", "sintomas físicos", "saúde emocional", "mulheres" e "qualidade de vida", combinados com operadores booleanos. Foram selecionados 15 artigos publicados nos últimos 10 anos. **Resultados:** Os resultados apontam que a exposição a poluentes atmosféricos e a substâncias químicas com potencial disruptor endócrino está associada à falência ovariana precoce. Além disso, fatores como tabagismo, sedentarismo e baixa escolaridade também influenciam o início da menopausa. Por outro lado, práticas saudáveis e acesso qualificado aos serviços de saúde demonstram efeito protetivo. **Conclusão:** Conclui-se que a atuação da enfermagem é essencial na promoção de hábitos saudáveis, no enfrentamento das desigualdades sociais e na orientação quanto aos riscos ambientais, contribuindo para a prevenção da menopausa precoce e para a melhoria da qualidade de vida das mulheres..

Palavras-chave :menopausa precoce poluição ambiental; enfermagem; qualidade de vida; saúde da mulher.

INTRODUÇÃO

A menopausa precoce é definida como a interrupção da função ovariana antes dos 40 anos, sendo um desafio significativo para a saúde feminina. Essa condição afeta cerca de 1% das mulheres no mundo e pode trazer consequências importantes, como infertilidade, doenças

¹ Acadêmica de Enfermagem pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Campus XII. E-mail: tainapratesenf@gmail.com

² Mestra em Saúde Coletiva: Políticas e Gestão em Saúde pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Professora da Universidade do Estado da Bahia – UNEB. E-mail: damedo@uneb.br

³ Doutora em Educação Física pela Universidade Católica de Brasília. Professora da Universidade do Estado da Bahia – UNEB. E-mail: iprado@uneb.br

cardiovasculares, osteoporose, distúrbios metabólicos e uma diminuição da qualidade de vida (COSTA et al., 2023; SOUZA et al., 2022).

Nos últimos anos, estudos vêm sugerindo que fatores ambientais, como poluição atmosférica, exposição a substâncias químicas com ação disruptora endócrina, hábitos de vida e desigualdades sociais, podem influenciar diretamente na antecipação da menopausa (FERREIRA; LIMA, 2021).

Essa associação destaca a necessidade de ampliar o debate sobre sustentabilidade ambiental e saúde reprodutiva feminina. Justifica-se, portanto, este estudo por seu potencial de contribuir para a ampliação do conhecimento e das ações preventivas em saúde pública. Assim, objetiva-se descrever, a partir da literatura, a relação entre menopausa precoce e fatores ambientais.

MÉTODOS

Estudo caracterizado como revisão integrativa da literatura sobre a menopausa precoce e a relação com fatores ambientais. Para isso, a pergunta que norteia esse estudo é: “Como os fatores ambientais se relacionam com a menopausa precoce?” Essa pergunta se estruturou a partir do mnemônico PICo, em que o **P** representa o paciente ou o problema abordado, o **I** é o fenômeno de interesse, e o **Co** é o contexto. Assim, nesse estudo, o **P** – mulheres; o **I** – menopausa precoce; e o **Co** – fatores ambientais (ARAÚJO et al., 2020).

A pesquisa foi realizada com base em uma busca criteriosa nas bases de dados científicas, como SciELO, BVS e PubMed, utilizando vocabulário controlado como “menopausa precoce”, “sintomas físicos”, “saúde emocional”, “mulheres” e “qualidade de vida”, combinados por meio dos operadores booleanos **AND**, para combinar os descritores dentro de cada grupo, e **OR** para ampliar a abrangência entre os grupos.

O foco da revisão foram os estudos que discutem a relação entre fatores ambientais, como a exposição a poluentes e substâncias químicas disruptoras endócrinas, e a saúde feminina, com ênfase no impacto desses fatores sobre o início precoce da menopausa.

Os critérios de inclusão foram: (i) artigos que abordaram a menopausa precoce e sua relação com fatores ambientais e estilos de vida, e (ii) estudos que destacaram a importância do acompanhamento de profissionais de saúde no manejo da condição. Foram excluídos os estudos que se concentraram exclusivamente nos aspectos clínicos da menopausa, sem a consideração de fatores externos, como poluição e estilo de vida.

A seleção dos artigos seguiu uma análise qualitativa, levando em consideração a relevância do tema, a robustez metodológica dos estudos e a atualidade das publicações. A pesquisa não

envolveu seres humanos, portanto, não foi necessária a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa.

RESULTADOS

Foram inicialmente identificados 95 artigos (42 na BVS, 18 na SciELO e 35 na PubMed). Após a exclusão de duplicatas e leitura de títulos/resumos, 60 foram descartados. Na leitura completa, outros 20 não atenderam aos critérios. Assim, 15 artigos foram incluídos na análise final.

Poluição Ambiental e Menopausa Precoce

A literatura aponta que a poluição ambiental está significativamente associada à antecipação da menopausa. Huang et al. (2024) relatam que a exposição prolongada ao material particulado fino (PM2.5) aumenta a prevalência de menopausa precoce. Resultados semelhantes foram descritos por Huan et al. (2021), que ligam toxinas ambientais a alterações no eixo hormonal e falência ovariana prematura.

Estilo de Vida

Hábitos como sedentarismo, má alimentação e tabagismo estão fortemente relacionados à menopausa precoce. Segundo Schoenaker et al. (2014), níveis adequados de atividade física e alimentação equilibrada retardam a menopausa. Já o tabagismo foi apontado por Cui e Wang (2024) como fator de risco direto para falência ovariana precoce.

Fatores Socioeconômicos e Acesso à Saúde

Babbar et al. (2024) evidenciam que mulheres com maior escolaridade e melhor acesso a serviços de saúde apresentam menopausa mais tardia. Desigualdades sociais e falta de orientação agravam os impactos da condição. A educação em saúde e o acesso igualitário são determinantes para a prevenção da menopausa precoce.

Atuação da Enfermagem

A enfermagem tem papel estratégico na prevenção, orientação e cuidado com mulheres expostas a fatores de risco. A atuação inclui desde a educação sobre hábitos saudáveis até o apoio emocional e o encaminhamento adequado. Profissionais capacitados podem mitigar os impactos sociais e físicos da menopausa precoce.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa revisão demonstra que fatores ambientais, que envolvem poluição ambiental, estilo de vida, fatores socioeconômicos e acesso à saúde interferem na ocorrência da menopausa precoce. Com destaque para o papel do/a enfermeiro/a na orientação às mulheres para mudança

de estilo de vida e incorporação de melhores hábitos de vida. Considerando a relevância dos achados, destacamos a necessidade de mais estudos de revisão e pesquisas de campo que correlacionam os aspectos ambientais com a menopausa precoce.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. et al. Epidemiologia da menopausa e dos sintomas climatéricos em mulheres de uma região metropolitana no sudeste do Brasil: inquérito populacional domiciliar. *Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia*, v. 42, n. 6, p. 284–291, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbgo/>. Acesso em: 28 abr. 2025.

ARAÚJO, V. C. de et al. Construção da pergunta de pesquisa: a estratégia PICO. *ConCiência em Debate*, v. 6, n. 2, p. 49–58, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/conci/article/view/13447>. Acesso em: 28 abr. 2025.

BABBAR, K. et al. Rising premature menopause and variations by education level in India. *PubMed*, 2024. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/>. Acesso em: 28 abr. 2025.
COSTA, F. C. et al. Menopausa precoce e fatores ambientais: uma revisão sistemática da literatura. *Revista Saúde e Meio Ambiente*, v. 29, n. 1, p. 45–58, 2023.

CUI, J.; WANG, L. Premature ovarian insufficiency: a review on the role of tobacco smoke, its clinical harm, and treatment. *PubMed*, 2024. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/>. Acesso em: 28 abr. 2025.

FERREIRA, G.; LIMA, M. R. Disruptores endócrinos e menopausa precoce: evidências emergentes. *Revista Brasileira de Saúde Ambiental*, v. 26, n. 3, p. 112–120, 2021.

SCHOENAKER, D. A. et al. Socioeconomic position, lifestyle factors and age at natural menopause: a systematic review and meta-analyses of studies across six continents. *PubMed Central (PMC)*, 2014. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC/>. Acesso em: 28 abr. 2025.

SOUZA, L. M. et al. Menopausa precoce: implicações clínicas e psicossociais. *Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia*, v. 44, n. 2, p. 150–157, 2022.

CONTROLE VETORIAL DA DOENÇA DE CHAGAS NO BRASIL: RELAÇÕES ENTRE MEIO AMBIENTE E SAÚDE HUMANA

Pedro Augusto Soares Gonçalves¹

Ediane Santos Caires²

Resumo

Introdução: A Doença de Chagas (DC) é uma doença infecciosa negligenciada, causada pelo protozoário *Trypanosoma cruzi*. A doença é transmitida por insetos da subfamília *Triatominae*. Assim, as causas que aumentem a possibilidade de contaminação com essa doença devem ser controladas. **Objetivo:** Analisar o histórico do controle vetorial da DC e como o desequilíbrio ambiental interfere no índice de infecções. **Metodologia:** Trata-se de um estudo descritivo, realizado por meio de uma revisão integrativa da literatura. A busca por artigos foi feita majoritariamente na base de dados SciELO, utilizando os seguintes descritores: “Doença de Chagas”, “Análise espacial”, “Políticas de Saúde”. **Resultados:** O estudo evidenciou que a DC afeta principalmente regiões com moradias precárias e/ou que estão localizados em áreas de desequilíbrio ambiental, causado pela interferência humana. Com isso, é perceptível a ligação entre relações ambientais e bem estar humano. **Conclusão:** A degradação ambiental impacta diretamente na qualidade de vida do indivíduo, que foi perceptível com o avanço da DC mesmo após o controle de uma espécie de vetor. Assim, é necessário a análise do controle dessa doença e sua relação com o meio ambiente.

Palavras-chave: Doença de Chagas; Controle; Vetor.

INTRODUÇÃO

A Doença de Chagas (DC) é uma doença causada pelo protozoário *Trypanosoma cruzi* e transmitida por um inseto da família *Reduviidae*, da subfamília *Triatominae*, conhecido popularmente como barbeiro. É uma doença tropical que afeta de 1 a 2,4% da população e que deixa cerca de 70 milhões de pessoas em risco de infecção no Brasil (BRASIL, 2022).

Em 2006, o Brasil recebeu a Certificação Internacional de Eliminação da Transmissão da Doença de Chagas pelo *Triatoma infestans*, concedida pela Organização Pan-Americana da

¹ Graduando em Enfermagem pela Universidade do Estado da Bahia, Campus XII; E-mail: pedroaugusto-soares@gmail.com

² Doutoranda do PPG Enfermagem e Saúde-UESB, Docente da Universidade do Estado da Bahia, Campus XII; E-mail: escaires@uneb.br

Saúde. Embora tenha sido concedida uma certificação, o país não manteve o controle efetivo da doença, principalmente em relação a outras espécies espalhadas pelos biomas do país (FERREIRA, 2006).

A contaminação pela DC é relacionada a diversos aspectos que colocam o indivíduo em vulnerabilidade, sendo evidenciados nesse trabalho os fatores ambientais e as relações do homem (como vivenda, migrações e degradações no espaço) com o meio. Esses fatores influenciam no controle da doença, interferindo na relação entre meio ambiente e saúde humana, como pode ser evidenciado na proliferação de vetores e agentes causadores das patologias conforme o aumento da frequência do desmatamento (DIAS, 2001).

O controle do *T. infestans* influenciou não apenas o decaimento do número de casos, mas também a ordem de nichos vetoriais, já que espécies como o *T. brasiliensis*, *T. panstrongylus* e *T. pseudomaculata* ocuparam áreas antes dominadas pelo inseto controlado. O descontrole nas relações ecológicas entre o homem e o espaço (além de causas sociais) acentuaram a contaminação, como pôde ser visto alguns anos depois com os resquícios de focos do *T. infestans* em algumas regiões e aumento da disseminação por outras espécies ao longo do tempo (BRASIL, 2022).

O objetivo desse trabalho é analisar por meio de uma revisão da literatura, o histórico vetorial da DC e como o desequilíbrio ambiental interfere no índice de infecções.

MÉTODOS

Trata-se de um estudo descritivo, realizado por meio de uma revisão integrativa da literatura. Foram utilizados o SciELO e Ministério da Saúde como base de dados eletrônicos, utilizando alguns descritores como: “Doença de Chagas”, “Análise espacial”, “Políticas de Saúde” além de termos relacionados.

Os critérios de inclusão foram: Artigos escritos em Português, disponíveis na íntegra e publicados entre 2000 e 2022, utilizando após o operador booleano “AND”, as palavras chave “Análise Espacial” ou “Políticas de Saúde” para refinar o conteúdo dos artigos encontrados. A partir desse parâmetro, foram encontrados 16 artigos, dos quais 6 se enquadraram nos critérios de inclusão. Após isso, foram separados por conteúdo para melhor organização. Os trabalhos que foram pesquisados previamente e utilizados como estímulo para produção do resumo foram: “Descrição de focos”, o “Boletim especial” e “Eliminação da transmissão”.

RESULTADOS/DISCUSSÃO

Ao longo das buscas, foram encontrados 16 artigos, mas apenas 6 se enquadraram nos critérios de inclusão. Os artigos utilizados como base compõem o quadro 1, que foi utilizado para condensar os principais resultados que nortearam a pesquisa.

Com a análise dos estudos, é possível perceber que mesmo após controle de uma espécie de vetor em 2006, a DC continua avançando conforme a má gestão do meio ambiente pelo ser humano contribui para a sua degradação. Constata-se então que fatores socioeconômicos e político-ambientais afetam o processo de continuidade, prevenção e tratamento da doença (DIAS, 2007).

A análise do período de 2000 a 2022 evidencia que ações humanas que afetam o espaço natural também afetam a saúde humana, já que o desbalanço nesses ambientes causa descontrole vetorial de patologias. O desenvolvimento de políticas públicas que conscientizem a população é fundamental para a preservação da natureza e, conseqüentemente, da saúde pública. Com isso, a pesquisa evidencia os resultados que a má relação do homem com o ecossistema agrava fatores que acentuem a disseminação da Doença de Chagas (DIAS, 2001).

Quadro 1. Artigos integrantes do estudo.

Autores	Título	Local e Ano de Publicação	Resultados
BRANDÃO, H et al.	Descrição de focos residuais de <i>Triatoma infestans</i> (Klug, 1834) no município de Novo Horizonte, Bahia.	Revista Baiana de Saúde Pública, 2015.	O estudo constatou alguns focos residuais do <i>T. infestans</i> em momentos distintos, de 2011 a 2013. Foram coletados 502 exemplares nesse período.
DIAS, J. C. P.	Doença de Chagas, ambiente, participação e Estado.	Cadernos de Saúde Pública, 2001.	A falta de políticas públicas agrava o principal fator de transmissão, a domiciliação do vetor.

DIAS, J. C. P.	Globalização, iniquidade e doença de Chagas.	Cadernos de Saúde Pública, 2007.	A análise de alguns aspectos que envolvem a globalização, constatou sua relação no processo de produção da doença, assim como na prevenção de manejo.
FERREIRA, I. DE L. M.; SILVA, T. P. T. E.	Eliminação da transmissão da doença de Chagas pelo <i>Triatoma infestans</i> no Brasil: um fato histórico.	Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical, 2006.	Foi analisado o período de 2006, quando o Brasil recebeu a Certificação Internacional de Eliminação da Transmissão da Doença de Chagas pelo <i>Triatoma infestans</i> ,
SOUSA, A. DA S. et al.	Análise espaço-temporal da doença de Chagas e seus fatores de risco ambientais e demográficos no município de Barcarena, Pará, Brasil.	Revista Brasileira de Epidemiologia, 2017.	A análise da curva epidemiológica apresentou sazonalidade da doença, associação com tipos de desmatamento e maior prevalência no município de Barcarena.

CONCLUSÃO

Após a análise dos materiais e da linha do tempo de controle e prevenção apresentado pelos artigos expostos anteriormente, é possível concluir que a DC continua ativa no Brasil e aumentando seu número de casos mesmo após o controle de uma espécie de vetor, o *T. infestans*. A falta de políticas públicas que diminuam a degradação ambiental acaba por agravar a domiciliação dos vetores (principalmente em regiões de moradias precárias) e como consequência, regride o processo controle da DC no Brasil. Assim, degradação do meio ambiente, a faltas de políticas públicas e ambientais, mudança nos vetores e a vinda dos insetos para o ambiente urbano tendem a acentuar o índice de infecção.

Dessa maneira, ao apresentar essa realidade, objetiva-se a conscientização da população acerca de questões ambientais e como o desequilíbrio ambiental causa danos à saúde do homem, principalmente quando se trata de uma doença infecciosa negligenciada.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, H et al. Descrição de focos residuais de *Triatoma infestans* (Klug, 1834) no município de Novo Horizonte, Bahia. **Revista Baiana de Saúde Pública**, v. 39, p. 91-91, 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Boletim especial de doença de Chagas: número especial – abril de 2022**. Brasília: Ministério da Saúde, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/especiais/2022/boletim-especial-de-doenca-de-chagas-numero-especial-abril-de-2022>. Acesso em: 7 maio 2025.

DIAS, J. C. P.. Doença de Chagas, ambiente, participação e Estado. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 17, p. S165–S169, 2001.

DIAS, J. C. P.. Globalização, iniquidade e doença de Chagas. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 23, p. S13–S22, 2007.

FERREIRA, I. DE L. M.; SILVA, T. P. T. E .. Eliminação da transmissão da doença de Chagas pelo *Triatoma infestans* no Brasil: um fato histórico. **Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical**, v. 39, n. 5, p. 507–509, set. 2006.

SOUSA, A. DA S. et al.. Análise espaço-temporal da doença de Chagas e seus fatores de risco ambientais e demográficos no município de Barcarena, Pará, Brasil. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 20, n. 4, p. 742–755, out. 2017.

A MORTE SEM ROSTO: LEGADO DOS DEFUNTOS ANÔNIMOS, ENTERROS SEM DESPEDIDAS NA COVID-19 E SEU IMPACTO AMBIENTAL CAUSADO POR NECROCHORUME

Silvana dos Santos Martins¹

Lorraine Montalvão Viana²

Franciele Neves de Souza³

Marcela Andrade Rios⁴

Luzia Célia Batista Soares⁵

RESUMO: No decorrer da vida, os seres humanos são despertados para a consciência da finitude. Com o surgimento da COVID-19 de uma forma devastadora, mudou-se a forma como o luto foi encarado, o que antes era feito por rituais e despedida, tornaram-se enterros vazios, sem familiares ou amigos na despedida final. E, a COVID-19, não só resume a morte, mas aos riscos ambientais causados por necrochorume. **Objetivo:** refletir sobre o luto na pandemia da COVID-19 e suas consequências tanto sentimentais como ambientais, pela contaminação do solo pelos restos mortais. **Metodologia:** Trata-se de uma reflexão qualitativa na qual foram analisados os impactos da COVID-19 no luto e nos aspectos ambientais advindos do necrochorume. **Resultados:** A pandemia da COVID-19 marcou para sempre a vida em sociedade, não apenas pela crise sanitária, mas pelas dores que causaram profundamente. Os números frios de óbitos registrados causam preocupações também ambientais. Os líquidos cadavéricos podem alcançar os lençóis freáticos causando contaminação das águas subterrâneas. Ademais, os próprios hospitalizados sofrem, não apenas pela falta de ar, mas pela ausência de seus familiares. A dor de saber que vão morrer sozinhos faz estas pessoas entrarem em um luto antecipado. **Conclusão:** Torna-se preocupante o impacto ambiental e emocional que a pandemia tem causado no mundo. Acrescido a isso, também é importante incentivar pesquisas relacionadas a necrochorume uma vez que é uma área pouco estudada.

Palavras-chave: COVID-19; Morte; Necrochorume.

INTRODUÇÃO

¹Graduanda; Enfermagem; Universidade do Estado da Bahia; E-mail: silvanamartins1002@gmail.com

²Graduanda; Enfermagem; Universidade do Estado da Bahia; E-mail: lorrannemontalvao@gmail.com

³Graduanda; Enfermagem; Universidade do Estado da Bahia; E-mail: francielenevesuneb@gmail.com

⁴Doutora em Ciências da Saúde; Enfermagem; Universidade do Estado da Bahia. E-mail: mrios@uneb.br

⁵Mestre em Saúde Coletiva; Enfermagem; Universidade do Estado da Bahia; E-mail: luziasoares@uneb.br

Durante a jornada da vida, os indivíduos passam por processos e transformações. Entre eles, talvez o mais delicado seja encarar a ideia de que, um dia, o corpo humano, antes ágil, pode tornar-se vagaroso, cansado e desajeitado. É nesse percurso de lentidão e silêncio que há o despertar para a consciência da finitude: a consciência de que a vida terá um final. E, justamente pelo conhecimento da vida ser passageira que cada pessoa cria maneiras de entender, lidar, interpretar e até mesmo dar um sentido à própria morte (Nascimento *et al.*, 2022).

Nesse contexto de lidar com a morte, aponta-se o surgimento da Covid-19 de uma forma avassaladora, onde a morte se fez rotina, e o luto, um privilégio negado. A exemplo disso, são as valas comuns, nas cidades mais impactadas pela COVID, onde, o que antes era cercado por rituais e presença familiar, só restaram caixões lacrados, enterros coletivos a céu aberto e números frios estampados nos noticiários. Milhares partiram sem o último adeus, pois, a facilidade de contaminação pelo vírus instaurou-se em um estado de suspensão emocional, onde a despedida foi sequestrada pelo medo e pela pressa, criando formas de dizer adeus, ainda que frias e distantes, como os velórios virtuais, uma tentativa de aproximar, mesmo que de maneira remota, a dignidade do último adeus (Giamattey *et al.*, 2022).

No entanto, estes números elevados pela COVID-19 que resultaram em enterros de muitíssimos corpos em pouco tempo, aumentaram o risco de contaminação ambiental. Isso porque o necrochorume, que é um líquido tóxico que sai dos corpos em decomposição, pode infiltrar no solo e alcançar os lençóis freáticos, contaminando a água subterrânea, além disso, esse líquido ainda pode fluir para fora do cemitério atingindo poços de residentes (Oliveira, 2022).

Diante do exposto, este trabalho propõe uma breve reflexão sobre o luto na pandemia da COVID-19 e suas consequências tanto sentimentais como ambientais. Ao abordarmos a dor que foi invisibilizada dos que ficaram, os enterros apressados e a contaminação silenciosa da Terra, este trabalho objetiva refletir sobre o ritual do luto, os impactos causados pela COVID 19 e a contaminação do solo pelos restos mortais.

MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, utilizando-se do método reflexivo, na qual analisa, o necrochorume e o luto da COVID-19, a partir da questão norteadora: quais os impactos das mortes na pandemia de COVID-19 para o luto dos indivíduos e para questões ambientais relacionadas ao necrochorume?

Por se tratar de um estudo de reflexão, e não uma revisão de literatura, não se delineou especificamente critérios de exclusão e inclusão para a seleção do material bibliográfico. As referências teóricas utilizadas foram incluídas levando em consideração a abordagem acerca da temática e a análise dos dados foi organizada em dois eixos reflexivos, denominados de “Sentimentos de luto na pandemia da Covid-19” e “Riscos ambientais pelo necrochorume”.

Como este estudo é reflexivo e utiliza apenas artigos de caráter público disponíveis livremente à população de maneira geral, não foi necessária a submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, uma vez que, a pesquisa trabalha com informações já publicadas de domínio público.

RESULTADOS

A pandemia da COVID-19 ficou marcada tragicamente na história, não apenas pela crise sanitária que se instalou, mas também pelas dores profundas que esta tem provocado em diferentes contextos na sociedade. No Brasil até novembro de 2021 houve o registro de mais de seiscentos mil óbitos por contaminação da COVID-19 (Brasil, 2021), desencadeando um efeito avassalador diante da sociedade, tanto sentimental como a nível ambiental.

Segundo Nascimento (2020), essa problemática levou a sobrecarga nos cemitérios antigos o que elevou a demanda por abertura de covas em áreas novas, resultando em alto potencial poluidor, muitas vezes, sem as devidas adequações ambientais. E o autor ainda traz que, os cemitérios foram imprescindíveis no cenário pandêmico para a destinação dos cadáveres, mas, que se torna necessário que, mesmo em situações de calamidade pública, como ocorrido durante a pandemia de COVID-19, estes acometimentos estejam em conformidade com a Resolução CONAMA nº 335/2003 e 338/2006, considerando questões ambientais e legais, que objetivem a minimização dos impactos causados por estes cemitérios consolidados.

Os impactos ambientais são geridos pelos cemitérios, e quando estes têm uma gestão inadequada seus prejuízos podem ser duros e de longo prazo, como contaminação da área de empreendimento e de terrenos aos arredores, contaminação de águas subterrâneas e do solo por necrochorume, sendo está a principal problemática inerente aos cemitérios, emanação de gases odoríferos, proliferação de doenças, entre outros (Oliveira, 2022; Oliveira *et al.*, 2020).

Nesse sentido, é imprescindível que a construção de cemitérios considere a legislação vigente que estabelece critérios para o licenciamento ambiental de cemitérios com normas, regras, critérios, restrições e medidas de controle ambiental a serem cumpridas, para minimizar os impactos ambientais e prevenir a contaminação pelo necrochorume, como uso de filtros biológicos, pastilhas microbiológicas ou mantas absorventes (Brasil, 2003).

No entanto, surgiram desafios não somente ao meio ambiente, mas também, a pessoas enlutadas que não puderam se despedir de seus entes queridos, uma vez que o luto não pode ser entendido como algo que pode ser superado.

E esses desafios refletem não somente aos familiares e amigos, mas também, aos pacientes hospitalizados, pois, de acordo Lopes *et al.* (2021), os pacientes internados passaram por momentos de intensa angústia e ansiedade, não apenas pelo desconforto respiratório que a doença causava, mas também pela incerteza sobre o desfecho de seu quadro clínico. O medo de morrer sozinhos, longe de suas famílias, contribuiu para o surgimento do que chamamos luto antecipado, uma forma de sofrimento sentido antes mesmo que a morte chegue.

E ainda em seus estudos, trouxeram que esta experiência envolvia a dor das perdas já sentidas, a exemplo disso, o distanciamento de pessoas queridas somada a consciência da possibilidade de morte. A isolamento do hospital acrescido à comunicação limitada com os familiares, acabava por preparar emocionalmente tanto o internado quanto os seus entes para um possível fim, ainda que, sem a chance de uma despedida digna.

CONCLUSÃO

Torna-se preocupante o impacto ambiental e emocional que a pandemia tem causado no mundo. Desta maneira, é importante buscar estratégias de cuidado para as famílias enlutadas, conforme a necessidade individual de cada indivíduo. Além disso, também é necessário o desenvolvimento de estratégias relacionadas à saúde mental e as formas como lidar com os transtornos que o vírus causou, uma vez que se vivencia um momento atípico provocado pela pandemia da COVID-19, gerando sentimentos como medo, angústia, impotência e incerteza.

Acrescido a isso, considerando a urgência dos sepultamentos realizados, torna-se necessário criar formas de intervir, como o incentivo a pesquisas sobre os problemas inerentes ao necrochorume, pois percebe-se uma limitação no que diz respeito ao assunto, além de políticas públicas, como protocolos para enfrentar emergências de saúde pública, como ocorrido durante a COVID-19.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução CONAMA nº 335, de 3 de abril de 2003. **Dispõe sobre o licenciamento ambiental de cemitérios**, 2003. Disponível em: https://conama.mma.gov.br/?option=com_sisconama&task=arquivo.download&id=355. Acesso em 04 de mai 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Boletim Epidemiológico Especial nº 83: Doença pelo Coronavírus COVID-19. Brasília: Ministério da Saúde, 2021. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/covid-19/2021/boletim_epidemiologico_covid_83.pdf. Acesso em: 4 maio 2025.

LOPES, Fernanda Gomes et al. A dor que não pode calar: reflexões sobre o luto em tempos de Covid-19. **Psicologia USP**, v. 32, p. e210112, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-6564e210112>. Acesso em: 02 de mai 2025.

NASCIMENTO, Francisleile Lima. Cemitério x novo coronavírus: impactos da COVID-19 na saúde pública e coletiva dos mortos e dos vivos. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 2, n. 4, p. 01-04, 2020. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/140>. Acesso em: 01 de mai 2025.

NASCIMENTO, Lilian Ferreira do et al. Compreensão da morte e do morrer: um estudo com residentes. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 42, p. e233879, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003233879>. Acesso em: 01 de mai 2025.

OLIVEIRA, Marina dos Santos. **Avaliação de impacto ambiental no cemitério Parque da Saudade em Ouro Preto/MG**: a problemática da contaminação por necrochorume frente à pandemia de COVID-19. 2022. Disponível em: <http://www.monografias.ufop.br/handle/35400000/3936>. Acesso em: 01 de mai 2025.

OLIVEIRA, Eliany Nazaré et al. Aquele adeus, não pude dar: luto e sofrimento em tempos de COVID-19. **Enferm. Foco**, v. 11, n. esp 2, p. 55-61, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2021/01/aquele-adeus-nao-pude-dar-luto-sofrimento-tempos-covid-19.pdf>. Acesso em: 02 de mai 2025.

GIAMATTEY, Maria Eduarda Padilha et al. Rituais fúnebres na pandemia de COVID-19 e luto: possíveis reverberações. **Escola Anna Nery**, v. 26, p. e20210208, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ean/a/zGDv9BZ6Lc44fxJFBBz8ktC>. Acesso em: 01 de mai 2025.

RISCOS NA FEIRA LIVRE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE O DESCARTE DE RESÍDUOS ORGÂNICOS EM GUANAMBI-BA

Isadora Ferreira Teixeira¹

Laís de Souza Porto²

Otávio Santana dos Santos³

Ivana Santos de Araújo⁴

Marcela Andrade Rios⁵

Luzia Célia Batista Soares⁶

RESUMO

Introdução: as feiras livres são espaços essenciais para a dinamização da economia popular com participação de trabalhadores informais e pequenos produtores, no entanto enfrentam desafios estruturais especialmente no que tange a manutenção das condições sanitárias e manejo de resíduos orgânicos. **Objetivo:** relatar a experiência de observação do ambiente de trabalho de feirantes do município de Guanambi (BA), com foco na identificação de riscos à saúde decorrentes do descarte inadequado de resíduos orgânicos. **Método:** trata-se de um relato de experiência realizado a partir das ações extensionistas na feira livre de Guanambi (BA), durante o ano de 2024 e o primeiro trimestre de 2025, com foco na promoção da saúde de trabalhadores informais. As informações foram obtidas por meio da observação direta do ambiente e da vivência prática no território. **Resultados:** durante as ações extensionistas na feira livre de Guanambi (BA), observou-se o descarte inadequado de resíduos orgânicos e más condições sanitárias nos pavilhões de bancas e açougues. **Conclusão:** diante da experiência, pode-se pensar em estratégias como compostagem e ações de educação em saúde para promover sustentabilidade e ambientes de trabalho mais seguros, além do diálogo com a gestão local para melhorias na estrutura da feira.

Palavras-chave: Resíduos Orgânicos; Feira Livre; Saúde.

INTRODUÇÃO

As feiras livres no Brasil constituem uma tradicional modalidade de mercado varejista, com periodicidade semanal e organização municipal, caracterizando-se como serviço de utilidade pública voltado para a distribuição local de gêneros alimentícios e produtos básicos (Mascarenhas; Dolzani, 2008). São espaços essenciais para a dinamização da economia

¹Graduanda; Enfermagem; Universidade do Estado da Bahia; E-mail: isadoratfgbi@gmail.com

²Graduanda; Enfermagem; Universidade do Estado da Bahia; E-mail: crislai35@hotmail.com

³Graduando; Enfermagem; Universidade do Estado da Bahia; E-mail: otaviosantana153@gmail.com

⁴Graduanda; Enfermagem; Universidade do Estado da Bahia; E-mail: ivanasantosdearaujo9324@gmail.com

⁵Doutora; Ciências da Saúde; Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia; E-mail: mrios@uneb.br

⁶Mestre em Saúde Coletiva; Enfermagem; Universidade do Estado da Bahia; E-mail: luziasoares@uneb.br

popular, permitindo que trabalhadores informais e pequenos produtores divulguem suas mercadorias diretamente à população. No entanto, apesar de sua relevância econômica e social, muitas feiras livres enfrentam desafios estruturais, especialmente no que tange à manutenção das condições sanitárias e à adequada destinação dos resíduos orgânicos produzidos diariamente.

Diante desse cenário, torna-se imprescindível considerar o marco legal que regula a gestão de resíduos no Brasil. A Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), estabelece diretrizes para a gestão integrada e sustentável dos resíduos sólidos urbanos, incluindo os de origem orgânica. A legislação reforça a responsabilidade compartilhada entre geradores, poder público e sociedade, incentivando práticas como a reciclagem, a compostagem e o reaproveitamento dos resíduos como formas de minimizar impactos ambientais e riscos à saúde pública nos ambientes de trabalho e comercialização.

O manejo inadequado dos resíduos, especialmente restos de alimentos e materiais perecíveis descartados diretamente no chão ou acumulados de forma irregular, contribui significativamente para a degradação do ambiente e o surgimento de condições propícias à proliferação de vetores. Insetos como moscas, baratas e mosquitos, além de roedores, são frequentemente atraídos por esses materiais, aumentando o risco de transmissão de doenças como cólera, amebíase e poliomielite (Silva, 2013). Essas doenças estão diretamente associadas à ausência de práticas sanitárias adequadas e à exposição contínua de alimentos em ambientes insalubres.

Corroborando essa preocupação, Guerra et al. (2019) demonstraram, por meio de estudo com moscas coletadas em ambientes com acúmulo de resíduos, a presença de diversos microrganismos patogênicos nesses vetores, incluindo bactérias capazes de causar infecções alimentares. Os resultados reforçam a importância de adotar estratégias que reduzam o volume de lixo orgânico gerado e promovam melhorias nas etapas de produção, manipulação e armazenamento de alimentos. Dessa forma, além de reduzir a incidência de doenças relacionadas à contaminação alimentar, também se contribui para um ambiente de trabalho mais seguro e saudável para os feirantes e consumidores.

Diante da relevância das feiras livres para a economia local e do impacto que o descarte inadequado de resíduos orgânicos pode causar à saúde pública, torna-se essencial refletir sobre as condições sanitárias desses espaços e os riscos enfrentados pelos trabalhadores informais que ali atuam. Justifica-se, portanto, a realização de estudos e ações que evidenciem tais riscos e incentivem práticas sustentáveis e educativas. Nesse sentido, o

presente trabalho tem como objetivo relatar a experiência de observação do ambiente de trabalho de feirantes do município de Guanambi (BA) com foco na identificação de riscos à saúde decorrentes do descarte inadequado de resíduos orgânicos.

MÉTODOS

Trata-se de um estudo descritivo do tipo relato de experiência, desenvolvido a partir das ações extensionistas do projeto “Saúde do Trabalhador Informal do Comércio”, realizadas uma vez por semana, no turno matutino, na feira livre do município de Guanambi, Bahia, durante o ano de 2024 e o primeiro trimestre de 2025. As atividades ocorreram no contexto da promoção da saúde de trabalhadores informais, especialmente feirantes, por meio de atendimentos relacionados à aferição de pressão arterial, verificação da glicemia capilar, coleta de dados antropométricos e orientações em saúde. Também foram realizadas ações educativas com foco na prevenção de agravos relacionados às condições de trabalho.

Durante a execução das atividades, foi realizada observação direta do ambiente da feira livre como parte do processo extensionista, permitindo a coleta de informações empíricas sobre a organização física do espaço e aspectos relacionados ao descarte de resíduos. A feira é composta por quatro pavilhões, dos quais dois foram foco das observações: o pavilhão das bancas, onde se concentram balcões de frutas, hortaliças e demais alimentos orgânicos; e o pavilhão 2, destinado majoritariamente a açougues. Não houve aplicação de instrumentos formais de coleta de dados, e todas as informações foram obtidas a partir da vivência prática no território, no contexto das ações de extensão universitária.

RESULTADOS

Durante a execução das atividades extensionistas na feira livre do município de Guanambi, foi possível perceber diversos aspectos relacionados ao ambiente de trabalho dos feirantes, com destaque para as condições sanitárias e o manejo inadequado de resíduos orgânicos. Nos pavilhões observados, especialmente no de bancas de frutas, hortaliças e outros alimentos perecíveis, constatou-se a presença frequente de restos alimentares acumulados no chão, o que contribui para a proliferação de insetos, como baratas e atrai roedores. Embora nem todos os resíduos fossem descartados diretamente no chão, era comum encontrar esses materiais espalhados e nos cantos das bancas.

Notou-se ainda a presença de um córrego a céu aberto, ligado ao sistema de esgoto, no qual eram descartados, ocasionalmente, resíduos diversos da feira, ainda que em pequenas quantidades. Já no pavilhão 2, destinado majoritariamente à comercialização de carnes, foi

evidente a presença de moscas e cães circulando livremente. Em determinados momentos, observou-se restos de carnes e vísceras sendo oferecidos aos animais. Embora alguns feirantes mantivessem certa organização em seus espaços, a manipulação de produtos de origem animal em um ambiente com pouca estrutura de limpeza e descarte adequado compromete as condições sanitárias do local.

Essas observações despertam uma importante reflexão sobre a necessidade de melhorias na infraestrutura da feira, especialmente no que diz respeito à destinação adequada dos resíduos orgânicos. A inexistência de locais apropriados para esse descarte compromete a salubridade do ambiente e favorece a proliferação de vetores para doenças infecciosas que podem atingir trabalhadores locais e consumidores. Torna ainda mais preocupante diante da presença de restaurantes e estabelecimentos que lidam diretamente com alimentos nos demais pavilhões.

Nesse contexto, surge a possibilidade de pensar em uma dinâmica de descarte mais sustentável para esses resíduos. Muitos dos feirantes, além de comerciantes, também são agricultores, e poderiam ser beneficiados com práticas de reaproveitamento desses materiais, como a produção de compostagem para uso na agricultura. Essa proposta, além de minimizar o impacto ambiental do descarte inadequado, contribui significativamente para a promoção da saúde coletiva, ao reduzir focos de proliferação de vetores e, conseqüentemente, a ocorrência de doenças relacionadas ao ambiente de trabalho.

CONCLUSÃO

A experiência na feira livre do município de Guanambi evidenciou que o descarte inadequado de resíduos orgânicos pode contribuir diretamente para a proliferação de vetores e a ocorrência de doenças, afetando a saúde dos trabalhadores e da população em geral. Nesse cenário, a adoção de práticas sustentáveis, como a compostagem, e a implementação de ações de educação em saúde voltadas à higiene, ao manejo adequado de resíduos e ao cuidado com os alimentos se apresentam como estratégias para promover um ambiente de trabalho mais seguro, saudável e comprometido com a sustentabilidade.

Ademais, torna-se fundamental estabelecer um diálogo com os responsáveis pela organização da feira, bem como com outros entes públicos, como a prefeitura, que possuem papel direto na definição da estrutura e das condições de funcionamento do espaço. Essa articulação visa promover melhorias que ultrapassam a esfera individual dos feirantes, reforçando a necessidade de uma responsabilidade compartilhada na promoção da saúde e na

preservação ambiental. É possível que muitos já possuam esse conhecimento, mas estejam impedidos de aplicá-lo por barreiras estruturais e sociais que precisam ser consideradas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e dá outras providências.** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 3 ago. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm. Acesso em: 1 maio 2024.

GUERRA, Marcones Pires et al. Enterobactérias e estafilococos em moscas capturadas em feira-livre no município de Teixeira de Freitas-BA. **Brazilian Journal of Animal and Environmental Research**, v. 2, n. 3, p. 1130-44, 2019. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJAER/article/view/2148/2186> . Acesso em: 1 maio 2024.

MASCARENHAS, Gilmar; DOLZANI, Miriam CS. Feira livre: territorialidade popular e cultura na metrópole contemporânea. **Ateliê Geográfico**, v. 2, n. 2, p. 72-87, 2008. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/ateliê/article/view/4710/3971>. Acesso em: 1 maio 2024.

SILVA JÚNIOR, Ivan de Matos. **Olhar geográfico sobre a gestão de resíduos sólidos urbanos: um estudo comparativo das representações socioespaciais nas feiras livres dos bairros George Américo e Cidade Nova em Feira de Santana-BA.** 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/17815> . Acesso em: 1 maio 2024.



XIV Semana de Enfermagem

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNEB)

SAÚDE PLANETÁRIA:

A ENFERMAGEM COMO AGENTE DE MUDANÇA NA CONSTRUÇÃO DE UM MUNDO SUSTENTÁVEL



**EIXO 2.3: TECNOLOGIA, SUSTENTABILIDADE E SAÚDE:
INOVAÇÃO PARA O BEM-ESTAR HUMANO E AMBIENTAL.**



USO DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL PARA ORIENTAÇÃO DE MÃES DE PREMATUROS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Kauane Neves Ferreira¹

Jamille Souza Silva²

Silvana dos Santos Martins³

Ivanete Fernandes do Prado⁴

Samara Pimentel Paes⁵

Beatriz Bonfim Lima⁶

RESUMO: Introdução: A orientação às mães de prematuros é essencial para garantir a continuidade do cuidado neonatal, e o uso de tecnologias educacionais surge como uma estratégia eficaz nesse processo. Diante disso, o presente trabalho descreve uma experiência acadêmica com a utilização desses recursos no apoio a mães de recém-nascidos prematuros. Objetivo: Descrever a experiência de acadêmicas de enfermagem na utilização de tecnologias educacionais para orientação de mães de recém-nascidos prematuros. Método: Trata-se de um estudo qualitativo, do tipo relato de experiência, realizado em 2024 por meio do projeto de extensão "Ações extensionistas para mães de prematuros", da Universidade do Estado da Bahia, na unidade neonatal de um hospital público do sertão produtivo. As ações ocorreram semanalmente, com uso de cards informativos, cartilhas e álbum seriado, compartilhados presencialmente e via redes sociais (Instagram e WhatsApp). Resultados: A vivência evidenciou a eficácia das ferramentas digitais na promoção do cuidado, no desenvolvimento da autonomia materna e no suporte pós-alta hospitalar. As mães demonstraram boa receptividade e engajamento com o material educativo, enquanto as acadêmicas desenvolveram competências técnicas e humanas, como empatia e escuta ativa. Dentre os desafios encontrados, destacaram-se as limitações de acesso à internet e o letramento digital de algumas mães. Conclusão: A tecnologia educacional constitui uma estratégia viável e replicável na assistência neonatal, com impacto positivo tanto para as mães quanto para a formação dos futuros profissionais de enfermagem.

PALAVRAS-CHAVE: Prematuridade; Tecnologia Educacional; Cuidado Transicional.

INTRODUÇÃO

¹ Discente; Enfermagem; Universidade do Estado da Bahia; E-mail: kauaneferreiratn@gmail.com

² Discente; Enfermagem; Universidade do Estado da Bahia; E-mail: souzasilvajamille0@gmail.com

³ Discente; Enfermagem; Universidade do Estado da Bahia; E-mail: silvanamartins1002@gmail.com

⁴ Doutora em Educação Física; Docente Adjunta da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus XII.
E-mail: iprado@uneb.br

⁵ Discente; Enfermagem; Universidade do Estado da Bahia; E-mail: pimentelpaes123@gmail.com

⁶ Discente; Enfermagem; Universidade do Estado da Bahia; E-mail: bonfimb746@gmail.com

As tecnologias educacionais têm se consolidado como ferramentas essenciais na promoção da saúde, especialmente na área da enfermagem. Elas facilitam a disseminação de informações, promovem a autonomia dos pacientes e fortalecem a relação entre profissionais de saúde e a comunidade. A utilização de recursos digitais, como aplicativos e plataformas online, permite uma abordagem mais interativa e personalizada no processo de ensino-aprendizagem em saúde (SILVA *et al.*, 2021).

No contexto da maternidade, as tecnologias educacionais desempenham um papel crucial ao fornecer informações acessíveis e de qualidade às gestantes e puérperas. A implementação de materiais educativos digitais, como vídeos e cartilhas interativas, tem demonstrado eficácia na preparação das mulheres para o parto e nos cuidados com o recém-nascido, contribuindo para a redução de ansiedades e promovendo um ambiente mais seguro e acolhedor (NASCIMENTO *et al.*, 2022).

As redes sociais, como Instagram e WhatsApp, têm se mostrado plataformas eficazes para a disseminação de informações em saúde. O uso do WhatsApp, por exemplo, permite a criação de grupos de apoio e o envio de orientações personalizadas, facilitando a comunicação entre profissionais de saúde e mães de recém-nascidos prematuros. Estudos indicam que essas ferramentas digitais promovem maior engajamento e satisfação entre as mães, além de contribuírem para o acompanhamento contínuo no período pós-alta hospitalar (PEREIRA *et al.*, 2022).

A prematuridade é uma condição que requer cuidados especializados devido à imaturidade fisiológica dos recém-nascidos. Nesse contexto, é fundamental que as mães recebam orientações adequadas e contínuas para que possam desempenhar um papel ativo e eficaz nos cuidados domiciliares, promovendo o bem-estar e a saúde do bebê (ARAÚJO *et al.*, 2023).

Diante do exposto, este estudo tem como objetivo descrever a experiência de acadêmicas de enfermagem sobre o uso de tecnologias educacionais para orientação de mães de recém-nascidos prematuros.

MÉTODOS

O presente relato de experiência foi construído a partir de vivências de acadêmicas de enfermagem sobre o uso de tecnologia educacional para orientação de mães de prematuros, desenvolvida no ano de 2024, no âmbito do projeto de extensão "*Ações extensionistas para mães de prematuros: atividades lúdicas e educativas*", vinculado à Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus XII, Guanambi-BA.

O público-alvo da ação são as mães de prematuros internados em uma unidade neonatal. As intervenções são realizadas semanalmente por discentes e docentes envolvidos no projeto de extensão, utilizando-se métodos dialógicos, dinâmicas educativas e materiais visuais.

Como recurso de tecnologia educacional, foram desenvolvidos cards informativos contendo conteúdos relevantes sobre prematuridade, cuidados com o bebê, amamentação, higiene e vínculo afetivo. Esses cards são postados no perfil do Instagram do projeto (@maesdepreaturos_uneb), com o intuito de atingir um público mais amplo, para além do ambiente hospitalar, disseminando informações de forma acessível e visualmente atrativa.

Além do Instagram, foi criado um grupo no aplicativo WhatsApp com as mães participantes das intervenções presenciais, possibilitando a manutenção do contato e o envio contínuo de informações. Nesse grupo, são compartilhados os cards postados no Instagram, bem como cartilhas informativas e um álbum seriado educativo produzido pelo próprio projeto de extensão, intitulado "*Cuidados com o bebê prematuro após a alta hospitalar: orientação aos pais*". Esse material é utilizado como apoio ao processo educativo e busca oferecer suporte às mães no retorno ao ambiente domiciliar.

RESULTADOS

Ao ingressar no projeto de extensão, a expectativa inicial era aplicar os conhecimentos teóricos adquiridos durante a formação em enfermagem por meio de práticas educativas voltadas para mães de recém-nascidos prematuros, utilizando tecnologias como ferramentas de orientação. No entanto, a experiência superou essas expectativas, revelando não apenas a efetividade dos recursos tecnológicos utilizados, mas também a complexidade emocional envolvida no processo de cuidado. A prática exigiu, além do domínio técnico, empatia, escuta ativa e constante adaptação às demandas e sensibilidades das mães, evidenciando que o conhecimento científico precisa caminhar lado a lado com a humanização do cuidado.

Durante as intervenções, observou-se uma boa receptividade das mães em relação aos materiais digitais e à comunicação via WhatsApp. Os cards informativos, a cartilha educativa e o álbum seriado despertaram interesse, facilitaram a compreensão dos conteúdos e promoveram uma interação contínua entre mães e acadêmicas. As participantes demonstraram engajamento ao compartilhar dúvidas e experiências, o que evidenciou a importância de um espaço acolhedor, dialógico e participativo. Esses achados estão em consonância com Nascimento *et al.* (2022), que destacam a eficácia das tecnologias educacionais na redução da ansiedade e no fortalecimento da autonomia materna.

A experiência contribuiu para o fortalecimento do vínculo entre as mães e o projeto de

extensão, ampliando o alcance das ações educativas. As mães relataram sentir-se mais seguras e confiantes nos cuidados com seus filhos no ambiente domiciliar, especialmente no momento de transição após a alta hospitalar. O grupo de WhatsApp foi destacado como um recurso valioso, pois permitiu o esclarecimento de dúvidas e a manutenção do suporte mesmo fora do ambiente hospitalar. Essa continuidade no cuidado reforça os apontamentos de Araújo *et al.* (2023), que enfatizam a importância da orientação prolongada e acessível no cuidado ao prematuro.

A atividade também teve impacto significativo na formação das acadêmicas envolvidas. Sentimentos de gratidão, empatia e realização marcaram a participação no projeto. Estar próximas de mães em situação de vulnerabilidade e poder contribuir de forma efetiva para a saúde dos recém-nascidos gerou um profundo senso de responsabilidade e compromisso com a profissão. Houve também momentos de insegurança diante de situações inesperadas, que exigiram resiliência e trabalho em equipe. Ao final de cada intervenção, predominava o sentimento de dever cumprido e de aprendizado mútuo, reafirmando a relevância das ações extensionistas na formação profissional em enfermagem.

Durante a experiência, foi possível identificar como principal descoberta o impacto positivo das tecnologias educacionais na construção da autonomia materna no cuidado ao prematuro, especialmente por meio da linguagem acessível e do suporte contínuo após a alta hospitalar. Como facilidade, destacou-se o uso do WhatsApp, já familiar às mães, o que facilitou a comunicação direta e constante. A produção visual dos cards também se mostrou eficaz por ser didática e atrativa. Entre as dificuldades, observou-se a limitação de acesso à internet e a dificuldade de compreensão por parte de algumas mães com menor letramento digital, o que exigiu adaptações frequentes nos materiais. Como recomendação, propõe-se a ampliação do uso dessas tecnologias em outras unidades de saúde e o investimento em estratégias de inclusão digital, visando maior equidade na disseminação das informações.

CONCLUSÃO

A participação no projeto de extensão contribuiu significativamente para o desenvolvimento de competências técnicas e humanas, transformando as acadêmicas em profissionais mais críticas, empáticas e reflexivas quanto ao papel fundamental da enfermagem na educação em saúde. Durante o processo, as tecnologias educacionais revelaram-se ferramentas eficazes na orientação de mães de prematuros, não apenas ampliando o alcance das ações educativas, mas também assegurando suporte contínuo após a alta hospitalar.

Os objetivos inicialmente propostos foram plenamente alcançados, uma vez que a intervenção promoveu maior segurança às mães, garantiu a continuidade da assistência e fortaleceu o vínculo mãe-bebê, elementos essenciais para o desenvolvimento saudável do prematuro. Diante dos resultados positivos obtidos, recomenda-se a ampliação dessas práticas inovadoras para outros contextos de atenção neonatal, bem como o incentivo institucional à integração efetiva entre ensino, extensão e cuidado em saúde.

Durante a experiência, foi possível identificar como principal descoberta o impacto positivo das tecnologias educacionais na construção da autonomia materna no cuidado ao prematuro, especialmente por meio da linguagem acessível e do suporte contínuo após a alta hospitalar. Como facilidade, destacou-se o uso do WhatsApp, já familiar às mães, o que facilitou a comunicação direta e constante. A produção visual dos cards também se mostrou eficaz por ser didática e atrativa. Entre as dificuldades, observou-se a limitação de acesso à internet e a dificuldade de compreensão por parte de algumas mães com menor letramento digital, o que exigiu adaptações frequentes nos materiais. Como recomendação, propõe-se a ampliação do uso dessas tecnologias em outras unidades de saúde e o investimento em estratégias de inclusão digital, visando maior equidade na disseminação das informações.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, D. C. *et al.* Prematuridade e orientação materna: desafios e perspectivas no cuidado domiciliar. **Brazilian Journal of Integrated Health Sciences**, v. 4, n. 1, p. 45-54, 2023. Disponível em: <https://bjih.emnuvens.com.br/bjih/article/download/5315/5289/11697>. Acesso em: 30 abr. 2025.

NASCIMENTO, A. P. R. *et al.* Tecnologias educacionais como instrumento de orientação na maternidade: uma revisão integrativa. **Revista Acervo Mais**, v. 5, n. 3, p. 89-98, 2022. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/19012>. Acesso em: 30 abr. 2025.

PEREIRA, M. O. *et al.* O uso do WhatsApp como ferramenta de apoio e orientação em saúde materno-infantil: uma experiência com puérperas. **Escola Anna Nery**, v. 26, e20220205, 2022. DOI: 10.1590/2177-9465-EAN-2022-0205en. Disponível em: <https://www.eanjournal.org/journal/ean/article/doi/10.1590/2177-9465-EAN-2022-0205en>. Acesso em: 30 abr. 2025

SILVA, J. R. *et al.* Uso de tecnologias na educação em saúde: impacto de plataformas, aplicativos móveis e outras tecnologias digitais no ensino e aprendizado. **Revista Brasileira de Educação em Saúde**, v. 11, n. 2, p. 225-233, 2021. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/386237589>. Acesso em: 30 abr. 2025.

MANEJO BIOLÓGICO DE TRIATOMÍNEOS: CAMINHOS SUSTENTÁVEIS PARA A REDUÇÃO DA TRANSMISSÃO DA DOENÇA DE CHAGAS

Maria Eduarda Magalhães Marques¹

Éric da Silva Santos²

Élidi Manuele Pereira Alves³

Ediane Santos Caires⁴

RESUMO

Introdução: O controle biológico surge como uma alternativa promissora e sustentável no combate ao vetor da Doença de Chagas, considerando os impactos ambientais e a resistência aos inseticidas tradicionais. **Objetivo:** Avaliar na literatura o uso do controle biológico como alternativa sustentável aos inseticidas químicos no combate aos vetores da Doença de Chagas. **Método:** Trata-se de uma revisão narrativa da literatura. A busca foi realizada nas bases de dados eletrônicas PubMed, BVS e SciELO utilizando os descritores "Doença de Chagas" e "Controle Biológico de Vetores". **Resultados:** Este estudo avaliou diferentes agentes biológicos, como os fungos *Metarhizium anisopliae* e *Beauveria bassiana*, além de extratos vegetais e bactérias entomopatogênicas, demonstrando resultados eficazes na redução populacional dos triatomíneos em laboratório e campo. **Conclusão:** Os achados indicam potencial de uso integrado dessas estratégias no manejo do vetor, promovendo um controle mais ecológico e alinhado aos princípios da saúde planetária.

Palavras-chave: Doença de Chagas; Controle Biológico de Vetores; Saúde Ambiental.

INTRODUÇÃO

A Doença de Chagas (DC) é uma patologia causada pelo parasita *Trypanosoma cruzi*, cujo vetores são insetos da subfamília Triatominae. A DC é considerada uma das principais doenças tropicais negligenciadas, sendo um relevante problema de saúde pública no Brasil e em toda a América Latina (Brasil, 2022). Estima-se que mais de 6 milhões de pessoas estejam infectadas globalmente, sendo a maioria residentes na América Latina, onde 70 milhões de

¹ Graduanda em Enfermagem pela Universidade do Estado da Bahia, Campus XII; E-mail: duda8385@gmail.com

² Graduando em Enfermagem pela Universidade do Estado da Bahia, Campus XII; E-mail: Ericsilvasantos2029@gmail.com

³ Graduanda em Enfermagem pela Universidade do Estado da Bahia, Campus XII; E-mail: elidimanuele@outlook.com

⁴ Doutoranda do PPG Enfermagem e Saúde-UESB, Docente da Universidade do Estado da Bahia-Campus XII, E-mail: escaires@uneb.br

pessoas vivem em áreas de alto risco para a transmissão da doença (Sociedade Brasileira de Cardiologia, 2023).

No Brasil, as estratégias de combate à DC priorizaram o controle do vetor, com uso intensivo de inseticidas de ação residual. Embora eficazes na redução dos casos, esses produtos têm provocado impactos ambientais relevantes devido à bioacumulação e toxicidade. Ademais, algumas populações de insetos já demonstraram resistência a determinados inseticidas, indicando a necessidade do desenvolvimento de novos mecanismos eficazes no controle desses vetores (Coelho, 2009)

Logo, o manejo integrado de pragas apresenta-se como alternativa para a contenção desses vetores. Entre eles, a utilização de controladores biológicos, visando auxiliar no estabelecimento de estratégias racionais e eficazes de controle de artrópodes vetores, uma vez que causam baixos danos ambientais (Freire, 2023).

Diante desse cenário, o presente estudo tem como objetivo avaliar na literatura o uso do controle biológico como alternativa sustentável aos inseticidas químicos no combate aos vetores da Doença de Chagas.

MÉTODOS

Trata-se de uma revisão narrativa da literatura, de caráter qualitativo e exploratório, com o objetivo de descrever e discutir estudos sobre o uso do controle biológico como alternativa aos inseticidas no combate ao vetor da Doença de Chagas.

A busca foi realizada nas bases PubMed, BVS e SciELO, utilizando os descritores "*Doença de Chagas*" e "*Controle Biológico de Vetores*", combinados pelo operador booleano AND. Foram incluídos artigos publicados preferencialmente nos últimos cinco anos, disponíveis em texto completo e nos idiomas português, espanhol ou inglês. Um artigo de 2009 foi mantido por sua relevância.

Ao todo, foram encontrados 17 artigos. Aplicando critérios de exclusão — como duplicidade, irrelevância temática e indisponibilidade de texto completo —, foram selecionados cinco artigos para análise.

Os dados extraídos foram organizados em tabela com informações sobre autores, título, local e ano de publicação, e principais achados. Por se tratar de uma revisão narrativa da literatura, não houve necessidade de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa.

RESULTADOS

A seguir, apresenta-se a Tabela de Resultados com os principais achados dos estudos selecionados para esta revisão narrativa. Foram incluídas pesquisas que utilizaram abordagens biológicas no controle de vetores da Doença de Chagas, com destaque para o uso de fungos entomopatogênicos, extratos vegetais e nematoides, avaliando sua eficácia tanto em ambiente laboratorial quanto em campo.

TABELA 1. Artigos integrantes do estudo.

Autores	Título	Local e Ano de publicação	Principais resultados
RANGEL, D.E.N.; PIEDRABUENA, A. E.; ROITMAN, I. e MESSIAS, C.L.	Laboratory and field studies for the control of Chagas disease vectors using the fungus <i>Metarhizium anisopliae</i> .	Archives of Insect Biochemistry and Physiology, 2020	O fungo entomopatogênico <i>Metarhizium anisopliae</i> foi avaliado contra ninfas e adultos de <i>Panstrongylus megistus</i> , <i>Triatoma infestans</i> e <i>T. sordida</i> . Testes de patogenicidade demonstraram alta suscetibilidade à infecção fúngica. Em três galinheiros pulverizados com <i>M. anisopliae</i> houve uma grande redução populacional de 38,5% após 17 dias.
CASTELLANOS-SÁNCHEZ, P.; FALCONI-AGAPITO, F.; PARIONA, N. e PAREDES-ESQUIVEL, C.	Isolation of <i>Beauveria bassiana</i> Pr-11 from Andean orthopterans and its effectiveness against Chagas disease vectors in Peru.	Tropical Biomedicine, 2020	Foi avaliada a eficácia inseticida do fungo <i>Beauveria bassiana</i> cepa Pr-11 contra <i>Triatoma infestans</i> , vetor da doença de Chagas. Isolada de um gafanhoto nos Andes do Peru, a cepa induziu 97% de mortalidade em dez dias com baixa concentração fúngica. A cepa mostrou-se altamente virulenta e promissora como alternativa biológica para o controle vetorial da doença de Chagas.
ECHALAR, J.C.; COSSIO-RODRÍGUEZ, R.; VELIZ, D.; CARDOZO-ALARCÓN, F.; NIEMEYER, H. M.; PINTO, C. F.	Smoke of <i>Capsicum baccatum</i> L. var. <i>baccatum</i> (Solanaceae) repels nymphs of <i>Triatoma infestans</i> (Klug) (Hemiptera: Reduviidae).	Boletín Latinoamericano y del Caribe de Plantas Medicinales y Aromáticas, 2022	Destaca o uso de fumaça de plantas nativas como método alternativo de controle. A principal espécie usada, identificada como <i>Capsicum baccatum</i> (Pimenta dedo-de-moça), demonstrou efeito repelente sobre ninfas do vetor em bioensaios com papéis de filtro expostos à sua fumaça mesmo após 9 dias de armazenamento.

COELHO, A. A. M.; DE PAULA, J. E.; ESPÍNDOLA, L. S.	Efeito de extratos de plantas do Cerrado em <i>Dipetalogaster maxima</i> (Uhler) (Hemiptera, Reduviidae).	Revista Brasileira de Entomologia, 2009	Uso de extratos vegetais contra ninfas de <i>Dipetalogaster maxima</i> , vetor encontrado no México. O extrato hexânico do fruto e o etanólico da casca do caule de <i>Simarouba versicolor</i> inibiram a ecdise em 40% e 25% dos insetos, respetivamente. Esses resultados indicam potencial efeito regulador de crescimento e possíveis modelos para compostos biorracionais no controle vetorial.
SMITH-ÁVILA, S.; IBARRA-CERDEÑA, C. N.; BARRANCO-FLORIDO, J. E.; VIDAL-MARTÍNEZ, V. M..	<i>Heterorhabditis indica</i> (Nematoda: Rhabditida): a possible new biological control agent against the vector of Chagas disease	Acta Tropica, 2024	Uso do nematoide <i>Heterorhabditis indica</i> e sua bactéria simbiótica <i>Photorhabdus luminescens</i> para matar o inseto <i>Triatoma dimidiata</i> , um dos principais transmissores da doença de Chagas no México. Os resultados mostraram que, quanto maior a quantidade de nematoides aplicada ao solo, maior foi a mortalidade dos insetos. Em concentrações mais altas, a taxa de morte chegou a 100%. Isso indica que esse método biológico tem potencial para ser uma alternativa eficaz aos inseticidas químicos tradicionais.

CONCLUSÃO

Diante da crescente resistência dos triatomíneos aos inseticidas químicos e dos impactos ambientais associados ao uso intensivo desses produtos, os resultados deste estudo reforçam a importância do controle biológico como uma alternativa viável, eficaz e sustentável no combate ao vetor da Doença de Chagas.

A utilização de fungos entomopatogênicos, bactérias e extratos vegetais demonstrou alto potencial de redução populacional dos vetores, tanto em laboratório quanto em campo, sem os prejuízos ambientais característicos dos métodos químicos tradicionais. Essas evidências apontam para a necessidade de incorporar o controle biológico em programas de manejo integrado de pragas, promovendo uma abordagem que alia eficácia epidemiológica à preservação ambiental.

Nesse contexto, a adoção de estratégias baseadas no controle biológico contribui para o fortalecimento do conceito de saúde planetária, integrando a proteção da saúde humana com a conservação dos ecossistemas no enfrentamento da Doença de Chagas.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. *Boletim especial de doença de Chagas – número especial – abril de 2022*. Brasília: Ministério da Saúde, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/especiais/2022/boletim-especial-de-doenca-de-chagas-numero-especial-abril-de-2022>. Acesso em: 3 maio 2025.
- CASTELLANOS-SÁNCHEZ, P.; FALCONI-AGAPITO, F.; PARIONA, N.; PAREDES-ESQUIVEL, C. Isolation of *Beauveria bassiana* Pr-11 from Andean orthopterans and its effectiveness against Chagas disease vectors in Peru. *Tropical Biomedicine*, v. 37, n. 4, p. 864–870, 2020. Disponível em: <https://msptm.org/files/Vol37No4/864-870-Paredes-Esquivel-C.pdf>. Acesso em: 3 maio 2025.
- COELHO, A. A. M.; PAULA, J. E.; ESPÍNDOLA, L. S. Efeito de extratos de plantas do Cerrado em *Dipetalogaster maxima* (Uhler) (Hemiptera, Reduviidae). *Revista Brasileira de Entomologia*, v. 53, n. 3, p. 444–451, 2009.61
- ECHALAR, J.-C.; COSSIO-RODRÍGUEZ, R.; VELIZ, D.; CARDOZO-ALARCÓN, F.; NIEMEYER, H. M.; PINTO, C. F. Humo de *Capsicum baccatum* L. var. *baccatum* (Solanaceae) repele las ninfas de *Triatoma infestans* (Klug) (Hemiptera: Reduviidae). *Boletín Latinoamericano y del Caribe de Plantas Medicinales y Aromáticas*, v. 21, n. 2, p. 215-223, 2022. DOI: <https://doi.org/10.37360/blacpma.22.21.2.13>. Disponível em: <https://blacpma.msedititions.cl/index.php/blacpma/article/view/231>. Acesso em: 3 maio 2025.
- FREIRE, P. F. S. Impacto dos fungos entomopatogênicos *Metarhizium anisopliae* e *Beauveria bassiana* no controle biológico de *Rhodnius neglectus*: um estudo realizado em condições de laboratório. 2023. Dissertação (Mestrado em Entomologia em Saúde Pública) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023. DOI: <https://doi.org/10.11606/D.6.2023.tde-24102023-195222>. Acesso em: 3 maio 2025.
- RANGEL, D. E. N.; PIEDRABUENA, A. E.; ROITMAN, I.; *et al.* Laboratory and field studies for the control of Chagas disease vectors using the fungus *Metarhizium anisopliae*. *Archives of Insect Biochemistry and Physiology*, v. 105, n. 4, p. e21745, 2020. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/arch.21745>. Acesso em: 3 maio 2025.
- SMITH-ÁVILA, S.; IBARRA-CERDEÑA, C. N.; BARRANCO-FLORIDO, J. E.; VIDAL-MARTÍNEZ, V. M. *Heterorhabditis indica* (Nematoda: Rhabditida): a possible new biological control agent against the vector of Chagas disease. *Acta Tropica*, v. 256, p. 107262, ago. 2024. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/mdl-38801912>. Acesso em: 3 maio 2025.
- SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA. Mais de 1,2 milhão de brasileiros têm Chagas, mas 70% desconhecem. 2023. Disponível em: <https://www.portal.cardiol.br/br/post/mais-de-1-2-milh%C3%A3o-de-brasileiros-t%C3%AAm-chagas-mas-70-desconhecem>. Acesso em: 3 maio 2025.



TECNOLOGIA COMO ALIADA A PROMOÇÃO DA SAÚDE E DO MEIO AMBIENTE

Thaiana Pereira Cotrim Junqueira¹

Élidi Manuele Pereira Alves²

Éric da Silva Santos³

Jade Ramos da Silva⁴

Sarah Mirelly Castro Gondim Neves⁵

Alan Rodrigues de Azevedo⁶

RESUMO

Este trabalho tem como proposta uma análise sobre como a Tecnologia pode ser uma aliada na promoção da saúde e do meio ambiente. A partir de análises de artigos científicos, busca-se compreender de que maneira esses três pilares, tecnologia, saúde e meio ambiente, se conectam e se fortalecem mutuamente. O estudo parte da ideia de que os avanços tecnológicos, quando aplicados com responsabilidade, têm potencial para transformar realidades, facilitar o acesso à saúde e estimular práticas sustentáveis. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, foram selecionados cinco artigos publicados entre os anos 2020 e 2025 nas bases de dados SciELO e Portal Periódicos da CAPES, a partir da busca e análise os resultados encontrados apontam que a tecnologia tem desempenhado um papel relevante nas gestões da saúde, no monitoramento ambiental e no estímulo as práticas sustentáveis.

¹ Graduando em Enfermagem; Curso de Enfermagem; Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Campus XII, E-mail: junqueirathaiana@gmail.com:

² Graduando em Enfermagem; Curso de Enfermagem; Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Campus XII, E-mail: elidimanuele@outlook.com:

³ Graduando em Enfermagem; Curso de Enfermagem; Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Campus XII, E-mail: ericsilvasantos2029@gmail:

⁴ Graduando em Enfermagem; Curso de Enfermagem; Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Campus XII, E-mail: rjade4886@gmail.com:

⁵ Graduando em Enfermagem; Curso de Enfermagem; Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Campus XII, E-mail: sarahmirelly-gondim@hotmail:

⁶ Doutorando em Ciências da Saúde; Docente do Curso de Enfermagem; Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Campus XII, E-mail: alanuroped@gmail:

Palavras-chave: Inovação Tecnológica; Impacto na Saúde; Meio Ambiente.

INTRODUÇÃO

O Art.225 da Constituição Federal de 1988 determina que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, assim assegurando qualidade de vida saudável à população presente e futuras, partindo do princípio de que meio ambiente e saúde estão integralmente relacionados.

Diante desse contexto, a tecnologia se apresenta como uma aliada estratégica ao Ministério da Saúde e desempenha um papel crucial nos avanços significativos da saúde pública. O uso da tecnologia em saúde cresce e ganha a adesão de muitos centros e sistemas, e, sem dúvida, é uma ferramenta importante para o diagnóstico e tratamento de doenças. (LORENZETTI et al., 2012 apud BOAVA, L. et al., 2020, p.3).

A inter-relação entre o meio ambiente, a tecnologia e a saúde têm se aprofundado no cenário atual, adquirindo uma importância crescente, especialmente em decorrência das mudanças e desafios impostos pela pandemia da Covid-19. A limitação das atividades presenciais e de contatos pessoais intensificou o uso de tecnologias, as quais, apesar de já serem empregadas anteriormente, adquiriram um papel preponderante como solução eficaz para superar os desafios impostos pela situação. (TOFANI, Luís et al., 2023, p.2). Nesse sentido, o presente estudo busca responder à seguinte questão de pesquisa: De que maneira a tecnologia atua como uma ferramenta auxiliar no contexto ambiental e quais são seus impactos na promoção da saúde?

Assim, este estudo tem como objetivo explorar a complexa relação entre saúde, meio ambiente e tecnologia, destacando como as inovações tecnológicas podem ser direcionadas para promover a sustentabilidade ambiental. Desse modo, visando identificar como os fatores supracitados afetam a saúde humana e avaliar como essa relação tem se tornado progressivamente mais significativa no cenário atual.

MÉTODOS

O trabalho trata-se de uma revisão integrativa da literatura, que visa reunir e sintetizar produções científicas sobre a Tecnologia como Aliada da Promoção da Saúde e do Meio Ambiente. A busca foi realizada nas bases de dados SciELO e Portal de Periódicos da CAPES. Os descritores utilizados para a montagem do trabalho foram: “tecnologia”, “saúde”

e “meio ambiente”, utilizando exclusivamente dados secundários, disponíveis em domínio público, não havendo envolvimento direto com seres humanos, o que dispensa a necessidade de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa. Selecionaram-se 11 artigos publicados entre os anos de 2004 a 2025, disponíveis na íntegra, em português e que abordassem a temática de forma direta. Foram excluídos estudos que não apresentam relação com o tema proposto e estudos repetidos. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, cinco artigos de relevância para o estudo, publicados entre os anos de 2020 e 2025 foram selecionados para análise.

RESULTADOS

A busca realizada nas bases de dados, utilizando os descritores “tecnologia”, “meio ambiente” e “saúde”, resultou em 11 artigos publicados entre 2004 e 2025. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, apenas 5 artigos, publicados entre 2020 e 2025 foram selecionados revelando uma diversidade de contribuições e desafios relacionados à aplicação tecnológica nesses campos.

Destacam-se estudos como o de Boava et al. (2020), que evidenciam o impacto positivo da implementação de sistemas informatizados na gestão hospitalar, o desenvolvimento de aplicativos para monitoramento da saúde individual e coletiva, e a consolidação da telemedicina, especialmente durante a pandemia de Covid-19, facilitando o acesso e acompanhamento remoto de pacientes. Outro estudo, de Tofani et al. (2025), reforça o papel de aplicativos móveis, como o WhatsApp, na comunicação entre profissionais e pacientes, garantindo a continuidade do cuidado em contextos de isolamento social.

Além disso, Fernandes e Carvalho (2020) destacam o uso de tecnologias educacionais, como cartilhas digitais, para promoção da saúde ambiental em escolas, evidenciando a importância de estratégias lúdicas e educativas para prevenção de doenças. No campo ambiental, a revisão integrativa da Agenda para as Américas sobre Saúde, Meio Ambiente e Mudança Climática (2021-2030) enfatiza a necessidade de reduzir a pegada ambiental do sistema de saúde, promovendo práticas sustentáveis como manejo adequado de resíduos e uso de tecnologias limpas. Por fim, estudos sobre o uso de tecnologias da informação e comunicação em serviços de urgência apontam para a melhoria da qualidade do registro e da continuidade da assistência, contribuindo para a segurança e eficiência do cuidado (Silva et al., 2024).

Em síntese, os artigos analisados indicam que a tecnologia, quando integrada de forma responsável às políticas públicas, tem potencial para otimizar processos em saúde e meio ambiente, ampliar o acesso a serviços, promover a educação e fortalecer a sustentabilidade, embora desafios como o consumo energético e impactos ambientais de algumas tecnologias digitais ainda demandem atenção e regulamentação.

CONCLUSÃO

A análise realizada evidencia que a tecnologia, quando aplicada de modo responsável e integrado, constitui uma aliada importante na promoção da saúde e na preservação do meio ambiente. Os estudos revisados demonstram que inovações tecnológicas têm viabilizado melhorias significativas para ampliar o acesso a serviços de saúde, otimizar diagnósticos, tratamentos e monitoramento de condições de saúde, além de contribuir para práticas sustentáveis que minimizam impactos ambientais negativos. Observa-se que a interconexão entre tecnologia, saúde e meio ambiente é cada vez mais relevante diante dos desafios contemporâneos, como os impostos pela pandemia de Covid-19, que aceleraram a adoção de soluções digitais e remotas nos cuidados em saúde e no monitoramento ambiental, portanto, a integração entre saúde, meio ambiente e tecnologia é essencial para o desenvolvimento de políticas públicas mais eficazes, que considerem o bem-estar humano em equilíbrio com a conservação ambiental.

Ressalta-se assim, o incentivo a pesquisa, o investimento e a implementação de tecnologias inovadoras que promovam simultaneamente o bem-estar humano e a conservação ambiental. Em síntese, o fortalecimento dessa tríade - tecnologia, saúde e meio ambiente, é fundamental para garantir qualidade de vida às gerações presentes e futuras, consolidando um caminho para o equilíbrio entre progresso, saúde coletiva e sustentabilidade ambiental, tendo em vista o uso ético e sustentável da tecnologia como ferramenta de transformação social e ambiental.

REFERÊNCIAS

BOAVA, Leon et al. **Tecnologia em saúde – uma reflexão necessária**. Revista Mundi Engenharia, Tecnologia e Gestão, Paranaguá, v. 5, n. 3, p. 1-13, 2020

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em:https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=318230.

Acesso em: 01 de maio de 2025.

Fernandes, M. K. M.; Carvalho, D. P. S. R. P. **Tecnologia educacional na educação ambiental para promoção da saúde: uma revisão integrativa**. Educação & Linguagem, v. 7, n. 2, p. 24-33, mai.-ago. 2020. Disponível em: https://www.fvj.br/revista/wp-content/uploads/2021/02/3_REdLi_2020.2.pdf. Acesso em: 1 maio 2025.

Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). **Agenda para as Américas sobre Saúde, Meio Ambiente e Mudança Climática 2021–2030**. Washington, D.C.: OPAS, 2021. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/documentos/agenda-para-americas-sobre-saude-meio-ambiente-e-mudanca-climatica-2021-2030>. Acesso em: 1 maio 2025.

Silva, J. S. Et al. **Tecnologia de informação e comunicação entre os profissionais do SAMU: visão dos profissionais**. Revista Contemporânea, v. 12, n. 2, 2022. Disponível em: <https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/view/6119>. Acesso em: 1 maio 2025.

TOFANI, Luís et al. **Uso do aplicativo WhatsApp na gestão, no trabalho e no cuidado à saúde no enfrentamento da pandemia de COVID-19**. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, p. 1-14, 2025.

TECNOLOGIAS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE NO ENFRENTAMENTO DA DOENÇA DE CHAGAS: INOVAÇÃO PARA O CUIDADO EM ÁREAS ENDÊMICAS.

Cleisla Amaral Ramos¹

Edilaine de Jesus Ribeiro²

Karine Vitoria Cotrim Ferreira³

Kauan Magalhães Santana Rodrigues⁴

Ediane Santos Caires⁵

RESUMO:

Introdução: A Doença de Chagas (DC) continua sendo negligenciada nas ações da Atenção Primária à Saúde (APS), especialmente em áreas endêmicas e socialmente vulneráveis.

Objetivo: investigar o uso de tecnologias na Atenção Primária à Saúde no enfrentamento da Doença de Chagas em áreas endêmicas, destacando desafios e estratégias para qualificar o cuidado

Metodologia: estudo descritivo, baseado em revisão narrativa da literatura. A pesquisa foi realizada nas bases BVS, LILACS, PubMed e SciELO, com artigos publicados nos últimos cinco anos. **Resultados:** os resultados mostram fragilidades como ausência de campanhas educativas, subnotificação de casos, falta de capacitação profissional e baixa priorização da DC nas políticas públicas. Em contrapartida, diversas tecnologias foram identificadas como promissoras: telemedicina, aplicativos móveis, sistemas de informação, redes sociais e algoritmos clínicos. Essas ferramentas podem ampliar o acesso, qualificar o cuidado e integrar os níveis de atenção. **Conclusão:** viu-se que a adoção de inovações tecnológicas, aliada à educação em saúde e à capacitação contínua das equipes, é essencial para tornar o cuidado mais efetivo e equitativo frente à Doença de Chagas.

Palavras-chave: Doença de Chagas; Atenção Primária a Saúde; Tecnologias; áreas endêmicas;

INTRODUÇÃO

A Doença de Chagas é uma enfermidade tropical historicamente negligenciada, que afeta, sobretudo, populações de baixa renda e com acesso limitado aos serviços de saúde. No Brasil, essa condição ainda não recebe a devida atenção das políticas públicas, resultando em

¹ Graduanda; enfermagem; Universidade do Estado da Bahia; E-mail: ramoscleisla@gmail.com

² Graduanda; enfermagem; Universidade do Estado da Bahia; E-mail: edilainejesusribeiro@gmail.com

³ Graduanda; enfermagem; Universidade do Estado da Bahia; E-mail: karinevitoria402@gmail.com

⁴ Graduando; enfermagem; Universidade do Estado da Bahia; E-mail: kauan.mgssantana@gmail.com

⁵ Doutoranda em enfermagem, Universidade do Estado da Bahia; E-mail: escaires@uneb.br

falhas nas ações de educação, prevenção e controle, o que contribui para que o país continue entre os de maior prevalência da doença. (Souza et al. 2023).

A Atenção Primária à Saúde (APS) representa a porta de entrada do usuário no Sistema Único de Saúde (SUS), oferecendo ações que vão da promoção e prevenção à reabilitação e tratamento. Diante disso, a APS desempenha um papel central tanto no controle da Doença de Chagas quanto na assistência integral aos indivíduos acometidos. No entanto, diversos entraves dificultam essa atuação, como a escassez de diagnósticos oportunos, a ausência de protocolos terapêuticos específicos e a falta de capacitação contínua das equipes multiprofissionais. (Santos et al. 2023).

Nesse cenário, o uso de tecnologias surge como uma estratégia promissora, especialmente em áreas vulneráveis, endêmicas e de difícil acesso. Ferramentas digitais podem ampliar o alcance da APS, qualificar o cuidado prestado e reduzir desigualdades no atendimento. Roberti et al. (2020). Desse modo, o presente trabalho tem como objetivo investigar o uso de tecnologias na Atenção Primária à Saúde no enfrentamento da Doença de Chagas em áreas endêmicas, destacando desafios e estratégias para qualificar o cuidado.

MÉTODOS

Trata-se de um estudo descritivo com revisão narrativa da literatura. A busca foi realizada nas bases BVS, LILACS, PubMed e SciELO, com os descritores “Chagas”, “área endêmica”, “atenção primária” e “tecnologia”, incluindo artigos publicados nos últimos cinco anos, nos idiomas português e espanhol. Após a triagem e leitura dos resumos, foram selecionados oito artigos. Utilizou-se a análise temática para identificar os principais desafios na atenção primária e propor práticas sustentáveis para o enfrentamento da Doença de Chagas em áreas endêmicas.

RESULTADOS

Apesar de a DC ser amplamente reconhecida pela população por seu caráter histórico, ainda persiste marcada pela invisibilidade e negligência nas ações de saúde pública. Um estudo destaca que a participação comunitária é fundamental no enfrentamento da doença, pois os moradores conhecem os focos de triatomíneos e podem colaborar com a vigilância, desde que tenham o conhecimento necessário. No entanto, essa participação é limitada pela ausência de ações educativas eficazes e contínuas. Os autores ressaltam que a escassez de campanhas baseadas em evidências atualizadas enfraquece o papel da população na identificação e

notificação dos vetores, evidenciando a urgência de investimentos em educação em saúde (Souza et al. 2021).

Segundo Silva et al. (2024), as equipes da Atenção Primária a Saúde (APS) frequentemente concentram esforços em doenças mais visíveis, como as arboviroses, deixando a DC em segundo plano. Essa priorização compromete o controle da doença, gerando escassez de recursos financeiros e humanos, subnotificação de casos e falhas no acompanhamento epidemiológico. O estudo também revela a ausência de ações específicas para a DC durante visitas domiciliares em áreas endêmicas, indicando falhas na atuação multiprofissional e lacunas na implementação de políticas públicas voltadas às populações mais afetadas.

A APS, por ser a porta de entrada do sistema e elo entre o usuário e os demais níveis de atenção, tem papel essencial nas áreas endêmicas. É nesse nível que o paciente com DC deve ser acolhido, diagnosticado e acompanhado. Contudo, há deficiências nas ações voltadas à doença, principalmente pela falta de capacitação contínua e atualizada dos profissionais. Essa fragilidade compromete a qualidade da assistência, gerando insegurança nas equipes e descontinuidade no acompanhamento (Santos et al. 2023).

Um estudo na Argentina propõe estratégias para superar essas fragilidades, com ênfase no uso de tecnologias em saúde. O artigo defende a criação de um sistema integrado de informações sobre Chagas, que conecte os níveis de atenção, reduzindo a fragmentação do cuidado. Também sugere o uso de algoritmos clínicos como ferramentas de apoio ao diagnóstico, tratamento e intervenções na doença. Destaca ainda a importância da capacitação da equipe multiprofissional: médicos, enfermeiros, farmacêuticos e outros profissionais envolvidos no cuidado, para o uso eficaz dessas tecnologias (Roberti et al., 2020).

Complementando essa visão, Silva et al. (2021) reforçam a relevância das tecnologias, especialmente em contextos de maior vulnerabilidade social, como comunidades ribeirinhas, rurais e de floresta, onde a cobertura sanitária é limitada e o acesso aos serviços, precário. Nessas regiões, os enfermeiros enfrentam grandes desafios nas ações de prevenção e controle da DC. O estudo destaca a necessidade de incorporar tecnologias assistenciais e gerenciais que fortaleçam a APS e promovam educação continuada e capacitação técnica das equipes, elementos essenciais para garantir a qualidade do cuidado e a sustentabilidade das ações.

Diversas tecnologias vêm sendo sugeridas para facilitar o manejo da DC, especialmente na Atenção Primária. Vasconcelos et. al (2024) aponta o uso de aplicativos móveis, prontuários eletrônicos e softwares para coleta e gestão de dados, que fortalecem os fluxos de referência e

contrarreferência, assegurando o acompanhamento contínuo e a integração entre os níveis de atenção. Bender et al. (2024) complementam, destacando o potencial da telemedicina e do monitoramento remoto para otimizar o diagnóstico precoce e a vigilância em áreas endêmicas. No entanto, alertam para limitações estruturais e desigualdades regionais, que dificultam a implementação efetiva, exigindo capacitação das equipes e adaptação das soluções à realidade local.

Adicionalmente, Costa et. al (2022) destacam as redes sociais como tecnologias estratégicas para a APS, por oferecerem comunicação acessível, difusão de informações e educação em saúde alinhada ao contexto atual. Plataformas de vídeos curtos surgem como alternativas mais atrativas e sustentáveis que métodos tradicionais, como panfletos, que muitas vezes têm baixo impacto e geram resíduos. A educação em saúde pelas redes sociais pode abordar temas como a DC, promovendo mudanças comportamentais e incentivando a participação ativa dos usuários no processo de aprendizagem.

CONCLUSÃO

. Os estudos analisados evidenciam que, embora a Doença de Chagas seja historicamente conhecida, ela continua sendo negligenciada nas práticas da Atenção Primária à Saúde, sobretudo em áreas endêmicas e socialmente vulneráveis. A ausência de ações educativas contínuas, de capacitação adequada das equipes e de priorização nas agendas políticas compromete o controle efetivo da doença, resultando em subnotificação, descontinuidade no cuidado e fragilidade no acompanhamento dos casos.

Nesse contexto, destaca-se o potencial das tecnologias em saúde como ferramentas estratégicas para reverter esse cenário. Recursos como telemedicina, aplicativos móveis, sistemas integrados de informação e redes sociais podem melhorar a comunicação entre os níveis de atenção, apoiar o diagnóstico precoce e qualificar a atuação das equipes multiprofissionais. Dessa forma, integrar inovação tecnológica com estratégias de educação e participação social se mostra essencial para reverter o cenário de invisibilidade da DC e promover um cuidado mais equitativo, contínuo e resolutivo.

REFERÊNCIAS:

BENDER, Janaína Duarte; FACCHINI, Luiz Augusto; LAPÃO, Luís Miguel Velez TOMASI, Elaine; THUMÉ, Elaine. O uso de Tecnologias de Informação e Comunicação em Saúde na Atenção Primária à Saúde no Brasil, de 2014 a 2018. **Ciência e Saúde Coletiva**, Pelotas.

v.29, n.1, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/RMGFtwjzx55kFM4fNNZtgCy/>. Acesso em 05 de maio de 2025.

COSTA, Sedruoslen Guelir Cavalcanti; PEDROSA, Mikaelly Martins; SANTOS, Josilene Soares Carvalho Santos; AMORIM, Janaina Gomes de Paiva; NORO, Luiz Roberto Augusto. Avanços e limitações das redes sociais como estratégia de comunicação no Sistema Único de Saúde: relato de experiências em Unidades de Saúde da Família. **Revista da ABENO**, [S. l.], v. 22, n. 2, p. 1656, 2022. DOI: 10.30979/revabeno.v22i2.1656. Disponível em: <https://revabeno.emnuvens.com.br/revabeno/article/view/1656>. Acesso em: 7 maio. 2025.

ROBERTI, Javier; ALONSO, Juan Pedro; ROUVIER, Mariel; BELIZAN, Maria; KLEIN, Karen. Abordaje de la Enfermedad de Chagas em el Primer Nivel de Atención: Investigación Cualitativa en una Zona Endémica de Argentina. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 24, p. 1-16. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/psz7xc94wKSQmjk5S3Dn7cN/?lang=es>. Acesso em: 7 maio 2025.

SANTOS, Ana Clara de Jesus; ARAÚJO, Isabela Monção; SILVA, Luane Caroline Alves da; DAMASCENO, Renata Fiuza; RIBEIRO, Antônio Luiz Pinho; SABINO, Ester Cerdeira; FERREIRA, Ariela Mota; HAIKAL, Desirée Sant'Ana. Manejo clínico da doença de Chagas na atenção primária à saúde em área endêmica do estado de Minas Gerais, Brasil. **Revista de APS**, Juiz de Fora, v. 26, p 1-16, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/aps/article/view/e262338290>. Acesso em: 7 maio 2025.

SILVA, Aldemes da; BARROSO, Diana Clara Bueno de Souza Brandão; FONSECA, Sara da Silva Sirqueira; FREITAS, Simone Patrícia Carneiro; SANTOS, Jéssica Pereira dos; MALLETT, Jacenir Reis dos Santos. Entraves que permeiam a Atenção Primária à Saúde para o manejo e controle da doença de Chagas no Brasil. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, [S. l.], v. 15, n. 11, p.1-8, 2024. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/17773>. Acesso em: 7 maio 2025.

SILVA, Ana Gracinda Ignácio da; GURJÃO, Wanne Thaynara Vaz; SANTOS, Fernanda Carmo dos; COSTA, Gabriel Fazzi. Tecnologia gerencial para mediar a consulta de enfermagem a pessoas vivendo com doença de Chagas. **Nursing Edição Brasileira**, v. 24, n. 281, p.6319- 6326. 2021. Disponível em: <https://revistanursing.com.br/index.php/revistanursingarticle/view/1976>. Acesso em: 7 maio 2025.

SOUZA, Izabella Cristina Alves de; RODRIGUES, Fernanda Cristina Santos; ARAÚJO, Alexandra Paiva; SOUZA, Janice Maria Borba; DIOTAIUTI, Liléia Gonçalves; FERREIRA, Raquel Aparecida. Moradores de áreas rurais de municípios mineiros endêmicos para a doença de Chagas: ideias e concepções sobre a doença, os vetores e os serviços de saúde. **Cadernos de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 3, p.1-10, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cadsc/a/99rGRzcsyfc4wxdgpzzn7ZJ/?lang=pt>. Acesso em: 7 maio 2025.

VASCONCELOS Marcela Karem dos Santos de; PRADO, Maria Melissa Lima; SILVA, Antonio Janderson Rodrigues da Silva; BARROSO, Aurea Izabel de Andrade; MACHADO, Lara Maria Conrado; AZEVEDO, Mariana Ferreira; ANDRADE, Fagner Chagas Raulino; MENEZES, João Gabriel Pinheiro de; BARBOSA Adriano José Rêgo; YANO, Natsuki Coelho. Impacto das Tecnologias de Saúde na Atenção Primária a Saúde para Atendimento e Gestão. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, v. 6, n. 4, p. 1052-1068, 2024. Disponível em: <https://bjih.emnuvens.com.br/bjih/article/view/1863/2113>. Acesso em 05 de maio de 2025.



SAÚDE MENSTRUAL E SUSTENTABILIDADE: INOVAÇÕES ECOLÓGICAS PARA O CUIDADO ÍNTIMO

Edilaine de Jesus Ribeiro¹

Natiellen Felix dos Santos²

Daniele Luísa Domingues Araújo³

Elionara Teixeira Boa Sorte Fernandes⁴

RESUMO

Introdução: A saúde menstrual pode ser entendida como um estado completo de bem-estar físico, mental e social em relação ao ciclo menstrual. Nessa perspectiva, apesar dos produtos como coletores e calcinhas absorventes já existirem, o movimento entre as mulheres com o intuito de normalizar o ciclo menstrual gerou a necessidade de desenvolver melhorias para os produtos já existentes e a criação de novos produtos para higiene menstrual com materiais não descartáveis e ciclo de vida maior. **Objetivo:** Explorar as inovações ecológicas voltadas à saúde menstrual, considerando o impacto ambiental decorrente do uso contínuo de absorventes descartáveis. **Método:** Trata-se de uma revisão narrativa de literatura. A busca foi realizada nas bases de dados Biblioteca Virtual em Saúde e *Scientific Electronic Library Online*, utilizando descritores relacionados à saúde menstrual e sustentabilidade. Foram incluídos artigos publicados nos últimos cinco anos, resultando em 9 estudos selecionados para análise. **Resultado:** Os resultados evidenciam que há uma crescente conscientização sobre o impacto ambiental dos métodos menstruais convencionais. Alternativas sustentáveis, como coletores menstruais, calcinhas absorventes, discos menstruais e absorventes reutilizáveis estão ganhando espaço por oferecerem soluções duráveis e ecologicamente conscientes. **Conclusão:** Conclui-se que é necessário repensar os hábitos de consumo frente ao impacto ambiental dos absorventes descartáveis.

Palavras-chave: Saúde menstrual; Sustentabilidade; Inovações Ecológicas.

¹ Graduanda; Enfermagem; Universidade do Estado da Bahia; edilainejesusribeiro@gmail.com

² Graduanda; Enfermagem; Universidade do Estado da Bahia; enfatiellenfelix@gmail.com

³ Graduanda; Enfermagem; Universidade do Estado da Bahia; dldaaraujo0206@gmail.com

⁴ Doutora em Enfermagem e Saúde; Enfermagem; Universidade do Estado da Bahia; E-mail: eboasorte@uneb.br

INTRODUÇÃO

A saúde menstrual pode ser entendida como um estado completo de bem-estar físico, mental e social em relação ao ciclo menstrual. Ter saúde menstrual pode ter significados diferentes, dependendo do estilo de vida das pessoas que menstruam (Oliveira *et al.*, 2023). Nessa perspectiva, apesar dos produtos como coletores e calcinhas absorventes já existirem, foi o movimento entre as mulheres com o intuito de normalizar o ciclo menstrual que gerou a necessidade de desenvolver melhorias para os produtos já existentes e a criação de novos produtos para higiene menstrual com materiais não descartáveis e ciclo de vida maior (Silva *et al.*, 2024).

Os absorventes descartáveis são os produtos de higiene menstrual mais utilizados no mundo, são usados por mais de 100 milhões de pessoas menstruantes, enquanto os descartáveis externos mais propagados em uma escala global compreendem uma indústria multibilionária (Lima *et al.*, 2022). Haja vista que cada pessoa que menstrua faz uso, em média, de 10 absorventes por ciclo, o que consiste em aproximadamente 10 a 15 mil absorventes da puberdade até a menopausa, gerando em torno de 150 kg de resíduos sólidos. Não há reciclagem para esses itens descartáveis, uma vez que, devido à sua composição, não são biodegradáveis, levando de 500 a 800 anos para se decompor (Silva *et al.*, 2024).

Dessa forma, o presente estudo tem como objetivo explorar as inovações ecológicas voltadas à saúde menstrual, considerando o impacto ambiental decorrente do uso contínuo de absorventes descartáveis. A relevância da temática consiste na necessidade de repensar hábitos de consumo que comprometem tanto o meio ambiente quanto a saúde pública.

MÉTODOS

Trata-se de uma revisão narrativa da literatura, que seguiu as etapas de identificação do tema, definição da pergunta norteadora, busca nas bases de dados, seleção dos artigos conforme critérios de inclusão e exclusão, e análise dos resultados. A questão norteadora foi: "Quais as inovações ecológicas voltadas à saúde menstrual?". As buscas foram realizadas nas bases eletrônicas Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), utilizando os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): "Menstrual Cycle" e "Human Ecology", combinados com o operador booleano "AND". Entretanto, não foram encontrados artigos que atendessem à questão de pesquisa nas bases consultadas.

Diante disso, foram incluídas publicações obtidas por busca livre, no mês de abril de 2025. Os critérios de inclusão adotados foram: estudos originais ou de revisão, disponíveis na

íntegra, nos idiomas português ou inglês, publicados entre os anos de 2020 e 2025. Foram excluídos os estudos que não abordaram a temática proposta. Ao final da seleção, 14 publicações foram inicialmente identificadas, das quais 9 foram incluídas na análise final.

RESULTADOS

De acordo com Altoé e Melo (2024), apesar do surgimento dos absorventes descartáveis ter sido transformador para as pessoas que menstruam, elas não devem se prender à sua praticidade e esquecer dos danos que esses produtos causam ao meio ambiente — especialmente considerando os avanços tecnológicos atuais, que já permitem o uso de meios mais sustentáveis. O descarte de absorventes representa uma agressão significativa ao meio ambiente, começando com a extração e o processamento das matérias-primas plásticas e continuando com a decomposição e liberação de aditivos químicos, o que contribui para a poluição e a degradação ambiental a longo prazo (Zanola *et al.*, 2020).

Nessa perspectiva, o consumo sustentável tem como norteador o respeito socioambiental, visando atender não somente às necessidades imediatas, mas, principalmente, às das gerações futuras (Altoé e Melo, 2024). Segundo estudo de Daboit *et al.* (2024), cresce cada vez mais o número de pessoas interessadas por produtos menstruais reutilizáveis, pois ajudam a evitar o descarte e a produção de lixo. Observa-se uma abertura para a adoção de práticas menstruais mais conscientes e o surgimento de um mercado que disputa a preferência das pessoas que menstruam, por meio da oferta de opções reutilizáveis. Diante disso, as alternativas sustentáveis visam reduzir os resíduos gerados no ciclo menstrual ajudando o meio ambiente (Viana, 2023).

A combinação dos fatores “preocupação com a sustentabilidade” e o “fortalecimento do movimento feminista” impulsionou inovação e diversificação do mercado menstrual (Daboit *et al.*, 2024). O coletor menstrual, por exemplo, é um receptor de coleta do fluxo menstrual interno feito de silicone cirúrgico, um dispositivo normatizado pela ANVISA, que preconiza que todo material de fabricação do “copinho” deve ser atóxico. O mesmo tem vida útil de aproximadamente 10 anos, sendo ecológico, higiênico, sustentável e hipoalergênico (Santos, 2021). Já o absorvente reutilizável é uma versão lavável e reutilizável do absorvente descartável, geralmente feito de camadas de tecido absorvente, que pode ser lavado e utilizado novamente, alcançando cerca de 2 a 3 anos de vida útil (Daboit *et al.*, 2024; Guiraldelo, 2023).

Além desses, destaca-se a calcinha absorvente, que, segundo Guiraldelo (2023), é o método mais recente de cuidado menstrual sustentável. Também reutilizável, pode durar cerca de 2 a 3 anos, ou aproximadamente 100 lavagens, o que conseqüentemente reduz a produção

de lixo menstrual ocasionada pelos absorventes descartáveis, representando ainda um melhor custo-benefício no médio e longo prazo.

Complementando as alternativas sustentáveis, os discos menstruais surgem como uma opção semelhante ao coletor menstrual, esse modelo possui validade de 3 a 5 anos após a fabricação (Viana,2023). Dessa forma, os resultados evidenciam uma crescente conscientização sobre o impacto ambiental dos métodos menstruais convencionais e apontam para a expansão do uso de alternativas reutilizáveis como práticas sustentáveis, acessíveis e alinhadas com os princípios da saúde coletiva e da preservação ambiental.

CONCLUSÃO

Diante dos resultados apresentados, torna-se evidente a necessidade de repensar os hábitos de consumo relacionados à higiene menstrual, especialmente frente ao impacto ambiental causado pelo uso excessivo de absorventes descartáveis. A crescente adesão a métodos sustentáveis, como coletores menstruais, calcinhas absorventes, discos menstruais e absorventes reutilizáveis, demonstra uma mudança positiva nos padrões de cuidado íntimo, favorecendo não apenas o meio ambiente, mas também a saúde e a autonomia das pessoas que menstruam.

Além de evidenciarem os benefícios ambientais e econômicos dessas alternativas, os dados reforçam a importância da ampliação do acesso e da informação sobre tais produtos. Promover a saúde menstrual de forma sustentável é também uma questão de justiça social e ambiental, sendo fundamental que políticas públicas, ações educativas e estratégias de saúde coletiva considerem essas inovações como ferramentas eficazes na promoção do bem-estar e da equidade no cuidado íntimo.

REFERÊNCIAS

ALTOÉ, Isadora Laguila; MELLO, Sônia Trannin de. Conhecimento de graduandos da saúde da Universidade Estadual de Maringá sobre o impacto dos absorventes no meio ambiente. **Arquivos do Mudi**, Maringá, v. 28, n. 1, p. 1–12, 2024. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ArqMudi/article/view/71147/751375157390>. Acesso em: 2 maio. 2025.

DABOIT, Sandra Beatriz Belo Guimarães; MORAIS, Bárbara Oliveira de; LEAL, Lidiane Manthay; ARAÚJO, Ana Paula Sodré. Ciclo menstrual e sustentabilidade podem caminhar juntos? Interações em uma comunidade virtual de produtos menstruais reutilizáveis. **Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundace**, Ribeirão Preto, v. 15, n. 3, p. 1–20, 2024. Disponível em: <https://racef.fundace.org.br/index.php/racef/article/view/1203>. Acesso em: 2 maio. 2025.

GUIRALDELO, Julia. Calcinhas absorventes: potenciais benefícios à proteção da dignidade menstrual e do meio ambiente. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnologia em Processos Químicos) – **Faculdade de Tecnologia de Americana “Ministro Ralph Biasi”**, Americana, 2023. Disponível em: <https://ric.cps.sp.gov.br/handle/123456789/14255>. Acesso em: 2 maio. 2025.

LIMA, Cindy Loureen Bernardo; BRAGA, Núbia Costa de Almeida; SOBREIRA, Érica Maria Calíope; ROMERO, Claudia Buhamra Abreu. Higiene menstrual: investigando a preferência e resistência ao consumo de alternativas sustentáveis. **ECCOM: Educação, Cultura e Comunicação**, Salvador, v. 13, n. 26, p. 105–123, jul./dez. 2022. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/362592027_Higiene_Menstrual_investigando_a_preferencia_e_resistencia_ao_consumo_de_alternativas_sustentaveis. Acesso em: 2 maio. 2025.

OLIVEIRA, Viviane Caroline de; PENA, Érica Dumont; ANDRADE, Gisele Nepomuceno de; FELISBINO-MENDES, Mariana Santos. Acesso e práticas de higiene menstrual na América Latina: revisão de escopo. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 31, e4030, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlae/a/X5DgJwFnC8LYvPR3pdQS6VR/?lang=pt>. Acesso em: 2 maio. 2025.

SANTOS, Stephane Louize Paiva; AMORIM, Mônica Oliveira de Rocha. Qualidade de vida dentro de um copinho: coletor menstrual. *Revista UNI-RN*, Natal, v. 21, n. 1/2, p. 105–117, 10 abr. 2023. Disponível em: <https://revistas.unirn.edu.br/index.php/revistaunirn/article/view/809>. Acesso em: 2 maio. 2025.

SILVA, Mércia Dark Bastos da. Análise da percepção de mulheres sobre o uso de absorventes reutilizáveis como alternativa sustentável. 2024. Dissertação (Mestrado Profissional em Tecnologias Ambientais) – **Instituto Federal de Alagoas**, Maceió, 2024. Disponível em: <https://www2.ifal.edu.br/ppgtec/tccs/arquivos/arquivos-tcc-2024/dissertacao-mercia-dark.pdf>. Acesso em: 2 maio. 2025.

VIANA, Esther Moreira. O uso de opções sustentáveis durante o ciclo menstrual: possíveis impactos para redução dos resíduos sólidos. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnologia em Gestão Ambiental) – **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco**, Recife, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ifpe.edu.br/xmlui/handle/123456789/949>. Acesso em: 2 maio. 2025.

ZANOLA, Fernanda de Aguiar; FERREIRA, Ana Cristina; ANTUNES, Lucas Gabriel Rodrigues; VIEIRA, Letícia Rodrigues; BOAS, Luiz Henrique de Barros Vilas. Por dentro do copinho: consumo simbólico e identitário das consumidoras de coletor menstrual. **ReMark: Revista Brasileira de Marketing**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 361–387, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/remark/article/view/17774>. Acesso em: 2 maio. 2025.